

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS DE SOROCABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

PAULO CESAR FRANCO

OFICINAS DE FANDANGO CAIÇARA COMO VIVÊNCIA DE
EDUCAÇÃO POPULAR NA ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA JUREIA-
AJJ/BARRA DO RIBEIRA – IGUAPE – SP: REAFIRMANDO O
POTENCIAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS

Sorocaba 2015

PAULO CESAR FRANCO

OFICINAS DE FANDANGO CAIÇARA COMO VIVÊNCIA DE
EDUCAÇÃO POPULAR NA ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA JUREIA-
AJJ/BARRA DO RIBEIRA – IGUAPE – SP: REAFIRMANDO O
POTENCIAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos-Campus Sorocaba, na linha Educação, Comunidade e Movimentos Sociais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira e Coorientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues.

Franco, Paulo Cesar.

F825o Oficinas de fandango caiçara como vivência de educação popular na Associação dos Jovens da Jureia-AJJ/Barra do Ribeira – Iguape–SP: reafirmando o potencial das comunidades tradicionais caiçaras. / Paulo Cesar Franco. -- 2015.
136 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2015

Orientadora: Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira

Banca examinadora: Teresa Mary Pires de Castro Melo, Alik Wunder

Bibliografia

1. Educação popular. 2. Fandango. – Iguape (SP). 3. Iguape – SP – História. I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 370.115

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca *Campus* Sorocaba.

Paulo Cesar Franco

Oficinas de fandango caiçara como vivência de educação popular na Associação dos Jovens da Jureia-AJJ/Barra do Ribeira-Iguape-SP: reafirmando o potencial das comunidades tradicionais caiçaras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos-Campus Sorocaba, na linha Educação, Comunidade e Movimentos Sociais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira e co-orientação do prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira
Instituição: UFSCar – Sorocaba.
Assinatura_____

Membro titular interno. Prof.^a Dra. Teresa Mary Pires de Castro Melo
Instituição: UFSCar – Sorocaba.
Assinatura_____

Membro titular externo. Prof.^a Dra. Alik Wunder
Instituição: Unicamp
Assinatura_____

Dissertação apresentada e aprovada em: ___/___/___.

DEDICATÓRIA

A Sophia, minha filha, que nasceu durante esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus da vida porque entendo emanar dele a força e a coragem necessária para entrar, permanecer e concluir esse sonhado percurso acadêmico. *In memoria*, meu pai Pedro Estevam Franco, que me fez rebelde diante de seu pessimismo com a educação. Contrariei seu descrédito na escola e acreditei no estudo como meio de libertação humana. Minha mãe, Domingas Prado Franco, hoje com 81 anos, com quem aprendi e continuo a prender o valor da simplicidade, do incondicional, das histórias da Jureia e dos infindáveis conselhos! “Mingas”, obrigado pela educação que me destes!

Meus irmãos *in memoria*: Ivani (Nica) pelo exemplo de organização e esforço pela busca da liberdade através da educação, que lhe fez, em seu tempo, capaz de passar na primeira fase do vestibular da USP. Elizete, sua história aqui na terra nos uniu como irmãos: apesar da dor, sentimos saudades sua. Odair... Difícil externar palavras que possam traduzir a gratidão que tenho por você. Apenas quero dizer muito obrigado pelo irmão que foi. Companheiro que me carregou pela primeira vez na bicicleta pela praia da Jureia. Exemplo de amor à família, disposição para o trabalho e garra pela vida! Obrigado por nos trazer para morar na comunidade da Vila Nova e também por me ajudar a continuar meus estudos. Sua memória nos é sempre presente!

Zezinho, exemplo de assiduidade e responsabilidade nos afazeres e na família. Abraço meu irmão, continuemos acreditando na vida! Nice, irmã das mediações. Agradeço pelo carinho e incentivos que sempre me deu, principalmente, quanto aos meus estudos. Obrigado pela felicidade que me proporcionou com o presente da bicicleta BWX quando morava na Jureia. Saudade daquele tempo que saía pedalando pela praia... Márcia (Bilhá), obrigado por me encorajar naquela vez que fizemos juntos uma roça de mandioca lá na Jureia. Nós dois tínhamos um sonho em comum: depois da roça pronta, sonhávamos em fazer farinha torrada para tomar com café e peixe assado. Nosso sonho não pode ser concretizado do jeito que planejávamos, pois você precisou deixar a Jureia devido a uma infecção na mão causada por um calo do cabo da foice. Aprendemos com aquela experiência e, com tantas outras, que devemos continuar alimentando a esperança e o sonho por uma vida melhor.

Agradeço a convivência com os moradores da Cachoeira do Guilherme, Aguapeú e Carvalho: Joaquim e família, Dona Alice (*in memoria*), Pradel e Dona Paula (*in memoria*), Orlando e família, Nilson, Seo Carlos Raymundo e família, Seo Estevam e família,

Valdir e família e meus alunos da Escola Caiçara: Ison, Valdemir, Marilene, Elesina, Débora, Edimilson, José e Cláudia.

Agradeço a Dauro Marcos do Prado, “Chico Mendes da Mata Atlântica”, líder das Comunidades Tradicionais Caiçara da Jureia, que proporcionou meu retorno à Jureia, minha terra natal, e meu início no magistério na Escola Caiçara da Jureia- ECJ, na Cachoeira do Guilherme, Coração da Jureia e a todos os integrantes da Associação dos Jovens da Jureia- AJJ, entidade onde convivo há mais de dez anos.

Agradeço em especial: Glorinha, Gilson, Anderson (Andinho) que filmou minha defesa e que me ajudou a formatar minha dissertação, Heber, Cleiton, Zeli, Mariana, Marquinhos, Pidóco, Pedrinho, Dalva, Edinho, Tio Onésio, Tia Nancy... Agradeço também ao Professor Diegues pelo trabalho realizado na ECJ e na aceitação da co-orientação dessa pesquisa.

Pelas entrevistas, agradeço Adriana, Cleiton, Seo Nicleto e Odirlei. Quero também agradecer meus amigos sindicalistas André, Conceição, Rita, Washington, Irineu, Helder, João, meus amigos da APEOESP-Vale do Ribeira, com quem compartilhei este trabalho e também Adriano, professor de história, com quem convivi três anos e meio na faculdade de pedagogia na Unesp de Registro, tempo que falamos muito sobre esta pesquisa.

Agradeço a Beá pela leitura atenta deste trabalho, a Ana Castro pela ajuda nas tramitações das burocracias da secretaria do programa de mestrado, a Paulinha da APEOESP de Sorocaba que me ajudou na procuração junto à secretaria do Programa de Pós-Graduação da UFSCAR. Paula, eu não esqueço suas mensagens dizendo: “deu certo por aqui”! Obrigado companheira sindicalista pela imensa força nessa caminhada.

Agradeço a Alik que começou ler meus escritos a partir de minha experiência na Escola Caiçara da Jureia e, de lá para cá, sempre me motivou a continuar produzindo até que chegasse o dia da minha defesa de mestrado quando integrou a minha banca examinadora. Alik, seus escritos me foram inspiradores. Professora e mestra, Luiza Alonso, seu exemplo de vida e dedicação pelo Vale do Ribeira é um matrimônio vivo, pulsante. Sua presença na minha trajetória educacional, na qualificação e defesa significa um presente que não consigo agradecer... Quero registrar um enorme abraço caiçara a você a Alik!

Meu agradecimento a minha orientadora, Professora Dulce, que sem querer foi a primeira pessoa a me acolher na UFSCar de sorriso e olhar confiante pela vida. Depois aceitou me orientar nessa caminhada onde aprendi palavras vivificadoras: rota de fuga,

credível, possibilidades, escovar palavras e tantas outras que me deixaram marcas reflexivas. Obrigado professora Dulce por acreditar no meu projeto, por me orientar com tamanho entusiasmo e por proferir palavras encorajadoras que me fez acreditar em novas possibilidades de vida e de pesquisa no território existencial caçara. Professora Dulce, fico muito agradecido pela nossa amizade e pela nova visão de mundo que aprendi contigo!

Também meus agradecimentos às professoras e aos professores do programa de mestrado: Teresa, Carla, Viviane, Kelen, Marquinhos, Marcos e meus amigos do mestrado com os quais convivi menos tempo: Ari, Caio, Elaine...

Agradeço aos meus amigos do mestrado, especialmente a galera do “Pega firme”, com quem convivi mais tempo: Dani, Paty, Suelaine, Cadu, Escobar. Dani que nos acolheu em sua casa (Eu, Su e Cadu) no primeiro dia de aula teórica e Escobar que nos adotou em sua casa juntamente com sua mãezinha, dona Rosa e Natalino por mais de um ano de estudo. Muito obrigado Escobar, Valeu amigão!

Agradeço o Professor Matheus da Diretoria de Ensino de Miracatu pelo incentivo e colaboração e também a minha comunidade da Vila Nova em especial os artesãos Walter, Tio Florêncio, Jiko, Tio João, Odirlei e a molecada que participaram do projeto “Oficina de Fandango Caiçara na Vila Nova”. Valeu pessoal da Vila Nova!

Quero agradecer de modo especial minha esposa Marilene (Táta), que me acompanha desde o início dessa pesquisa. Desde o dia que juntos fizemos a inscrição e fomos a Sorocaba fazer a prova e depois por acompanhar e viver junto a expectativa do resultado de aprovação. Nesse percurso nossa filha Sophia veio ao mundo para nossa alegria e ao mesmo tempo nos desafiando a conciliar o papel de pai e pesquisador. Obrigado companheira, de toda hora, por me acompanhar nesse percurso que envolveu silêncios, reflexões, atritos, emoções, superação e perseverança em busca de um objetivo em comum: nossa vida.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram na conquista deste título de mestre em educação, mas quero levar sempre comigo a mensagem de Guimarães Rosa: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”.

RESUMO

Essa dissertação é um trabalho de pesquisa que procurou relevar as potencialidades da cultura caiçara partindo do saber de experiência que se traduziu no fazer das oficinas de fandango caiçara concebida como vivência de educação popular na Associação dos Jovens da Jureia-AJJ, entidade situada na comunidade da Barra do Ribeira, no município de Iguape, SP, com objetivo de reafirmar o potencial das comunidades tradicionais caiçaras. Dividindo-se em três capítulos, a pesquisa primeiramente refletiu o processo de formação e desenvolvimento das comunidades tradicionais caiçaras da Jureia em quatro momentos distintos, partindo do Tempo dos Antigos, Tempo da Especulação Imobiliária, Tempo da Nuclebrás e Tempo da Estação Ecológica. No segundo capítulo foi discutida a relação das ecologias de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos com o modo de vida caiçara enquanto alternativa ao modelo de racionalidade ocidental. O quarto capítulo, destinou-se a reflexão e análise das oficinas de fandango caiçara onde se traduziu os passos da construção da rabeça enquanto um processo de educação popular que expressa e empodera as comunidade caiçaras da Jureia a partir da mística e do fazer fandango.

Palavras-chave: Oficina de Fandango Caiçara, Educação Popular, Comunidades Tradicionais Caiçaras da Jureia.

ABSTRACT

This dissertation is a research study that sought to reveal the potential of caiçara culture starting from the knowledge of experience which has resulted in making the workshops of caiçara fandango conceived as experience of Popular Education at the Youth Association of Jureia-AJJ, entity located in the community Barra do Ribeira, in the city of Iguape, SP, to reaffirm the potential of traditional caiçara communities. Divided into three chapters, research primarily reflected the process of formation and development of traditional caiçara communities of Jureia in four different times, starting from the Ancient Time, Real Estate Speculation Time, Time Nuclebrás and Ecological Station Time. In the second chapter we discussed the relationship between the ecologies of knowledge proposed by Boaventura de Sousa Santos and the caiçara way of life as an alternative to Western rationality model. The third chapter was aimed at reflection and analysis of caiçara fandango workshops in which were translated the steps of building the fiddle as a popular education process that express and empower caiçara community of Jureia through the mystic and the way of doing fandango.

Keywords: Caiçara Fandango Workshop, Popular Education, Traditional Caiçara communities of Jureia

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13
ESPIANDO, COSTURANDO E ENTRALHANDO... UM POSSÍVEL ESPANTO.....	15
MEMORIAL.....	18
INTRODUÇÃO.....	32
METODOLOGIA.....	36
OBJETIVOS DA PESQUISA.....	46
JUSTIFICATIVA.....	46
CAPÍTULO I - CENÁRIOS DOS TEMPOS CAIÇARAS: DO TEMPO DOS ANTIGOS AO TEMPO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA.....	49
1.1. O Tempo dos Antigos.....	49
1.2. O Tempo da Especulação Imobiliária e o Tempo da Nuclebrás.....	58
1.3. O Tempo da Estação Ecológica.....	61
CAPÍTULO II – A CRÍTICA À RACIONALIDADE OCIDENTAL E A ECOLOGIA DE SABERES NO MODO DE VIDA CAIÇARA.....	65
2.1. Crítica ao modelo de racionalidade ocidental segundo Santos.....	65
2.2. A Ecologia de Saberes presente no modo de vida caiçara.....	67
2.2.1. O vento Leste.....	70
2.2.1.1. A rede de espia.....	71
2.2.1.2. O tresmalhos.....	72
2.2.2.O vento nordeste: o secante.....	73
2.2.2.1.O mutirão de Fandango.....	74
2.2.2.2. As plantas medicinais.....	76
2.2.2.3. O Fandango Caiçara.....	77
2.2.3. O vento noroeste.....	78
2.2.3.1. A cestaria.....	79
2.2.3.2. A comida típica.....	80
2.2.4. O vento sul	82
2.2.4.1. As rodas de causos.....	83

CAPÍTULO III – OFICINA DE FANDANGO CAIÇARA: CARTOGRAFIA DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA E DE EMPODERAMENTO NA ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA JUREIA-AJJ.....	87
3.1. A adaptação dos caiçaras a Barra do Ribeira que foram expulsos da Jureia.....	87
3.2. A Vila da Barra do Ribeira.....	87
3.3. Adaptando-se a Vila.....	89
3.4. Origem da Associação dos Jovens da Jureia.....	92
3.5. Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira e as oficinas de fandango: um projeto de Educação Popular.....	94
3.6. As Oficinas de Fandango Caiçara como Educação Popular.....	95
3.7. A experiência educativa e o empoderamento da comunidade caiçara.....	96
3.8. Indo para a prática: Chegando às escolas.....	97
3.9. Experiência educativa no Centro de Cultura Caiçara como Educação Popular.....	98
3.10. O baile de fandango: A festa de Santo Antônio na Comunidade do Prelado.....	105
DESPEDIDA NA FOLHA DA TAQUARA.....	110
REFERÊNCIAS.....	113
ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	119
AUTORIZAÇÃO.....	120
APÊNDICES.....	121
APÊNDICE 1.....	121
APÊNDICE 2.....	127
APÊNDICE 3.....	130
APÊNDICE 4.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJJ- Associação dos Jovens da Jureia

APEOESP-Sindicato dos Professores Oficial do Estado de São Paulo

CNPCT-Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

DPRN – Departamento de Proteção dos Recursos Naturais Renováveis

EEJI- Estação Ecológica Jureia - Itatins

ECJ – Escola Caiçara da Jureia

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITESP - Instituto São Paulo de Estudos Superiores

MINC – Ministério da Cultura

MOAB-Movimento dos Ameaçados por Barragens

NUCLEBRÁS- Empresa Nuclear Brasileira

NUPAUB- Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humana em Áreas Úmidas Brasileiras

PROAC-Programa de Ação Cultural da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

[...] Eu gosto de ser recolhido pelas palavras. E a palavra falada não me recolhe. Antes até me deixa ao relento. O jeito que eu tenho de me ser não é falando; mas escrevendo (BARROS, 2010, p.15).

Espiando, costurando, entralhando... Um possível espanto

Larguei de espiar as ondas do mar do barranco da praia de onde me encontrava sentado e segui em direção a nossa cozinha de fogão à lenha. Estive lá no barranco olhando o movimento das ondas que nunca tinham fim. Era um dos primeiros dias do mês de agosto, da década de 1980 e todos os nossos vizinhos estavam na Festa do Bom Jesus, na cidade de Iguape.

As ondas do mar me embalavam nas intermináveis reflexões existenciais enquanto estava espiando a imensidão do mar. Meus devaneios diziam respeito à solidão e as circunstâncias econômicas que não nos permitiram ir a cidade festejar aquele ano, mas aquela realidade concreta não me chegava como um motivo enfraquecedor, e sim desafiador...

Segui a passos largos em direção a nossa cozinha à lenha. Atravessei o campo de futebol que ficava em frente de nossa casa o qual fiz sozinho para jogar bola com meus amigos. Meu pai se avistava na área em frente a seu inseparável rádio de pilha do qual o vento leste trazia os chiados das faixas de ondas médias que se misturavam com os ruídos característicos da trovoada.

Entrei na cozinha a lenha e minha mãe se encontrava sentada num banquinho costurando a barra da calça

de meu pai. Fazia-lhe companhia um pito de barro que trazia no canto da boca e algumas mutucas no chão, que vez ou outra, ela esmagava quando pilhava filada na perna. Sentei-me ao lado dela para espiar o ofício de costurar barras de calça. Primeiro ela alinhavava passando a linha de costurar para marcar o local e depois ela vinha pacientemente costurando com um dedal, uma capa de metal na ponta do dedo, que ajudava empurrar a agulha no tecido.

O ritmo lento e contínuo, naquele momento, não combinava com minha vontade de brincar. A ausência dos amigos me fez momentaneamente deixar a companhia de



Foto 1: **Eu**, em minha bicicleta BMX (presente de minha irmã Nice) no campo de futebol na Jureia-Itapel, em 1983. Autoria: Romeu de Biasi.

minha mãe e voltar para o terreiro de onde podia enxergar as volumosas nuvens brancas que cobriam o Morro da Jureia transportadas pelo suave vento leste.

O ímpeto de liberdade me motivou seguir pelo caminho que levava a casa de João Zito. A passagem estreita em meio à vegetação de restinga permitia alcançar os frutos do araçá e amassar o capim gordura que invadiam a trilha.

O solitário velho João Zito também se encontrava sentado em seu banquinho e pelo chão também havia mutucas assassinadas. A diferença dele para minha mãe estava no cigarro de palha que trazia no canto da boca e o entralhe da tarrafa que executava a sombra de um cajueiro.

Entrei momentaneamente no mundo silencioso daquele velho. Meus olhos não conseguiam ultrapassar a estrutura carnal que o tempo havia marcada no seu corpo. Parei para reparar os movimentos de suas mãos entalhando sua preciosa tarrafa. Apenas o barulho do mar acionava nossos ouvidos e tudo mais era parado, imóvel... Angustiei-me porque o silêncio me provocava! Um canivete que avistei no banquinho, ao seu lado, me sugeriu um desfecho: escrever as palavras que havia espiado no mar, na costura das barras da calça e daquele entralhe de tarrafa.

Sem que me vise de posse do canivete, sai pelo terreiro. A primeira árvore que avistei foi uma frondosa cauneira na qual subi até alcançar a sua copa. Lá de cima eu podia avistar o mar, a praia, o morro e a grande mata. Mas eu queria avistar mais longe, queria avistar o meu próprio interior.

O efêmero momento tocado pelo vento leste, que batia em meu rosto e refrigerava meu espírito, fez com que eu escrevesse várias palavras no galho daquela árvore. Eu queria que aquelas palavras fossem levadas pelo vento, pelo sol, pela chuva e que resultassem em conceitos, experiências e conhecimento de vida.

Enquanto descia da cauneiras espiei João Zito passando com uma enxada nas costas e, então, eu o segui até encontrá-lo carpindo nas covas das ramas de mandioca. Encurvado, com um lenço amarrado na cabeça, calça arregaçada até o joelho e descalço. Seu movimento era constante na enxada para conter a força competitiva das ervas daninhas.

Interrompi-o por um instante para lhe entregar o canivete. Seu rosto cansado, escorria o suor e sua voz já tremula não era mais possível ouvir direito o que pretendia dizer. Sua mão direita estendeu-se para receber o canivete e eu pude ver as marcas da vida na mão do velho caiçara.

Nunca mais vi o velho e também nunca mais consegui me lembrar das palavras que escrevi nos galhos daquela caueira. No entanto, tenho esperança que elas tenham me retornado em “estalos” no trabalho de “tradução” que agora aqui apresento.

MEMORIAL

Quando findava o mês de agosto de 1973, os trinta-réis¹ eram lançados pelas ondas do mar à praia da Jureia². O vento sul, que costuma visitar o litoral com frequência no mês de agosto, provocara grossurão nas ondas deixando-as agitadas durante dias. A praia quase não se avistava direito devido as fortes ondas que chegavam constantemente ao barranco entulhando de madeiras os riachos e impedindo a passagem de quem quisesse ir à casa do vizinho, escola ou seguir para a cidade de Iguape ou Peruíbe.

Não se pensava em pescaria por aqueles dias porque as ondas eram tamanhas que ninguém conseguia entrar para passar os tresmalhos³ e muito menos se arriscar na captura de algum tipo de fruto do mar.

Os trinta-réis, trazidos pelo vento sul, misturavam-se as espumas do mar e eram lançados pelas ondas entre as madeiras transformando-se em alimentos para os urubus que amanheciam e anoiteciam esperando nos galhos secos das cauneiras⁴ o momento certo de devorar as carnes daquelas aves vindas de longe.

A chuva fina e incessante confinava as famílias caiçaras em suas casas ao mesmo tempo em que proporcionava um espaço de convivência e aprendizagem em torno do fogão a lenha, ambiente aquecido pelo fogo, pelas narrativas e o compartilhamento das experiências de vidas que tradicionalmente aconteciam na companhia de uma saborosa comida típica preparada na chapa.

Sentado ao pé do fogo⁵, na humilde casa de meus avós, situada no Costão da Jureia⁶, meus pais planejavam a minha chegada. O mês de agosto já estava na sua segunda quinzena e o tempo apresentava sinais de melhora fazendo com que a face dos caiçaras apresentasse traços de alegria e animação. Esperava-se a chegada do vento leste.

¹ Trinta-réis são aves migratórias que normalmente acostam a praia da Jureia no inverno, litoral paulista. Elas sinalizam tempo prolongado de chuva e os caiçaras associam as aves com mal tempo e fome.

² A Praia da Jureia está localizada entre a Barra do Ribeira e o costão da Jureia, no município de Iguape, litoral Sul paulista.

³ Tresmalho é uma rede de pesca muito utilizada pelos caiçaras para capturar tainhas, paratis e outros peixes da costa do mar.

⁴ Caúna é uma árvore típica da Mata Atlântica que se encontra em grande quantidade a beira mar.

⁵ “Sentar ao pé do fogo” era uma tradição antiga dos caiçaras onde se fazia as coisas ao lado do fogão a lenha.

⁶ O Costão da Jureia é o início da Trilha do Imperador ou caminho de telégrafo que irei falar mais adiante.

Os dias se sucediam e, aos poucos, o vento sul foi perdendo força e a chuva fina parou de cair. Veio à calmaria e logo o vento leste⁷ entrou em cena. A maré abaixou deixando a praia larga e limpa. Os riachos recuperam o fluxo natural e o mar já permitia pescar de tresmalho. No costão da Jureia já se conseguia capturar mariscos e outros moluscos da pedra.

O sol voltou a aparecer e o cotidiano caiçara retornou ao seu ritmo normal. As dores aumentaram no ventre de minha mãe. Meu pai, mais que depressa, arrumou as malas e anunciou a viagem para a casa da parteira. Antes de sair ele foi ao galinheiro e escolheu um galo bem grande e gordo para dar de pagamento ao trabalho de parto. Apoiados pelos parentes, que ficaram na casa, ambos se puseram a caminho seguindo pela praia com destino a Vila do Prelado⁸.

Essa cena, pela qual dou início ao meu memorial, é um breve relato de como foram os dias que antecederam o meu nascimento e também um ligeiro contexto da realidade do tempo dos antigos onde o aprendizado e a solidariedade caminhavam juntos tanto para receber uma vida como também no seu pleno desenvolvimento.

Procuro nesse memorial, relacionar a minha pesquisa de mestrado com fragmentos de minha vida, fragmentos que embora distantes e dispersos constituem partes do meu ser que agora os busco para compor as “marcas” deste trabalho e da minha própria história.

Lanço-me num possível diálogo com o devir, procurando nos estados inéditos que me instigam a reflexão sobre minhas marcas passadas, as experiências atuais e as novas aberturas como discorre Suely Rolnik.

[...] marcas são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um desses estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir (ROLNIK, 1993, p.02).

As marcas de minha história são os fundamentos que me orientaram nesse trabalho de pesquisa que, com a ajuda de minha orientadora, professora Dulce, me faz refletir

⁷ O vento leste, para o caiçara, é sinal de tempo bom, disposição e alegria. Já o vento sul, pelo contrário, causa prolongados dias de chuva tornando os dias cinzentos e tristes.

⁸ A Vila do Prelado é um povoado localizado entre a Barra do Ribeira e o Costão da Jureia. Através dela, tem-se acesso ao Rio Comprido onde, em suas margens, no Tempo dos Antigos, moraram muitas comunidades caiçaras inclusive a população da comunidade da Cachoeira do Guilherme onde foi sediada a Escola Caiçara da Jureia. No Tempo dos Antigos, a comunidade do Prelado abrigava um leprosário que era visitado somente por prelados, denominação eclesiástica de padre na época. Desse tempo originou-se o nome de Vila do Prelado.

sobre a relação de minha pesquisa com minha prática educativa e social nas escolas e no território caiçara do qual faço parte.

É com esse entusiasmo que dou continuidade ao meu memorial citando uma marca inicial na minha vida que foi dita a mim, por minha querida mãe:

Me lembro que a maré tava bem baixinha. Lá por cima do mar tinha as nuvens bonitas, coloridas pelo sol da tarde. O vento leste nos levou pro Prelado. Nha Zurmira já sabia que a gente ia pra lá naquele dia. Foi ela quem fez seu parto. Quando nós ía na praia, a praia tava um baixa mar daqueles!! Tava sentindo dores de vc. Era uma tarde bem bonita. Nós paramos pra comer abricó no barrando da praia. Seu pai levava um galo pra dar de pagamento pelo seu parto. De madrugada você nasceu. Tava uma noite de lua e o clarão entrava pela fresta da parede (Entrevista com dona Domingas Prado Franco, setembro de 2003).

Conforme a fala de minha mãe, humilde caiçara que me pôs no mundo, e que cujo pai era português e a mãe indígena, nasci de parto caseiro sob o trabalho humanitário da falecida Dona Zulmira, parteira muito querida e prestativa que viveu muitos anos na comunidade da Vila do Prelado.

Ao comentar sobre o mundo simbólico e imaginário do caiçara, o professor Iguapense, Paulo Fortes Filho, escreveu na Enciclopédia Caiçara, o extinto ritual do ofício de uma parteira caiçara:

A parteira caiçara, quando é chamada para os trabalhos do parto, obedece a um ritual que ela segue religiosamente. Começa com a preparação do ambiente, a arrumação do quarto e a fervura da água em vasilhas especiais: prepara o banho dos “quartos” da parturiente com ervas especiais. A seguir, passa uma vistoria cuidadosa nos panos e lençóis que vão ser usados para “aparar” o vivente. Após certificar que tudo esta em ordem, inicia a parte mística do seu trabalho, com a defumação da casa e do quarto, com a queima de folhas de plantas aromáticas, ao mesmo tempo que faz orações, invocando a proteção para o sucesso do serviço. Não se esquece de se informar a respeito da maré e vai olhar no porto da casa a movimentação das águas. Ao Voltar, se for necessário, acalma a parturiente, afirmando, baseada na sua experiência e sabedoria – “[...] a criança tem hora certa para nascer... ninguém vem ao mundo antes do tempo. O vivente chega sempre na força da maré, na fortidão da água e da lua. A força da lua, a força da maré e da natureza é que fazem o serviço, a parturiente só deve ajudar, para que tudo dê certo [...] (FILHO, 2005. p.67)

As parteiras desempenhavam um papel semelhante à maiêutica socrática. Entendida do ponto de vista da facilitação entre mestre e discípulo, Sócrates, 470 a.C., dizia que seu método pedagógico era baseado na observação do trabalho de parto que sua mãe realizava. O filósofo acrescentava que enquanto sua mãe fazia partos de vidas, ele costumava fazer partos de ideias.

A parteira da Vila do Prelado parecia não ser diferente. Não fazia o parto, mas ajudava o vivente nascer tocado pela força da lua, da maré, da água. Ela também ajudou a

natureza fazer meu parto e hoje eu penso como essa sabia tradição pode me ajudar na produção de novos ideais, possibilidades, rotas de fugas...

A luz emitida pela lua, que segundo minha mãe chegava até ela pela fresta da parede, no momento da minha chegada, certamente foi uma das energias que me lançou nesse mundo. Agora entendo a reverência dos indígenas pela lua, pelo sol, pela água e também o amor e o carinho que São Francisco tinha pela mãe natureza.

Após quinze dias de vida, meus pais me levaram para casa de meus avós, no costão da Jureia, distante cinco quilômetros da vila onde nasci. Lá, quando completei três anos de idade, fiquei doente e fui internado na Santa Casa de Misericórdia na cidade de Iguape, onde permaneci por aproximadamente seis meses recolhido.

Curado, retornamos à Jureia e posteriormente fomos morar no município de Itanhaém, cidade para onde meus pais foram em busca de emprego, pois na época, a região da baixada santista oferecia abundantes serviços na área de construção civil em função da expansão turística.

No início de 1980, quando eu tinha sete anos de idade, meus pais retornaram ao município de Iguape indo trabalhar de caseiro contratado em uma firma denominada Balneário Itapel⁹ que estava implantando um extenso loteamento próximo ao costão da Jureia.

Naquela localidade, que atualmente esta coberta pela Mata Atlântica, vivi até meus doze anos de idade. Quando lá chegamos havia máquinas e caminhões trabalhando na terraplanagem do loteamento com objetivo de vender os terrenos aos turistas.

No ambiente do loteamento fui crescendo e aprendendo a viver o modo de vida caiçara. Eu e meus amigos fazíamos os nossos próprios brinquedos e ao mesmo tempo, sem saber, aprendíamos a pensar sobre nós mesmos. Nós juntávamos na praia algumas bóias de redes, que acostavam com a maré, e arranjavamos as madeiras e as ferramentas com o nossos pais e sem querer praticávamos o construtivismo, ou seja, construíamos mentalmente o modelo de nossos carrinhos e depois praticávamos a carpintaria. Ficávamos felizes com a criação dos nossos brinquedos, pois como dizia o pedagogo campinense “os brinquedos dão prazer. Os brinquedos fazem pensar” (ALVES, 2003, p.31).

Também fazíamos canoas de bambu e balsa para pescar no rio. Para construirmos a balsa, escolhíamos duas toras de madeira leves, preferencialmente toras de

⁹ Itapel foi uma das empresas que iniciou, na década de 1980, a implantação loteamento nas terras da Jureia.

Guapuvuru, e sobre elas pregávamos tábuas para fazer à plataforma onde nós nos sentávamos para remar rio à cima.

Era um prazer enorme quando nos dávamos por terminado nosso projeto e nos víamos em cima da plataforma sendo empurrado por nós mesmos pela água escura do Valo, o rio próximo a nossa casa. Como explicar essa experiência que a liberdade nos permitia viver? Onde ela anda que quem um dia vai poder revivê-la?

Quanto à fabricação das canoas de bambu, devo confessar que até aprender bem o ofício renderam vários cortes no dedo causado pelo facão e também com a própria fibra da planta. Mas, apesar das dores e das broncas dos nossos pais, os ferimentos causados pelas experiências, que nos moviam a criar nossos próprios brinquedos, também nos permitiram conhecer e a usar as plantas medicinais que eram utilizadas para nos curar das machucaduras. Entre elas, a arnica era umas das mais usadas para cicatrizar nossos felizes ferimentos.

Em 1981, entrei na escola da Jureia. O professor Renato, que era meu tio, nunca havia frequentado escola formal. Seu aprendizado aconteceu em casa, com seus pais, numa tábua onde estava escrito o alfabeto. Em 1968, ele prestou exame de admissão na Prefeitura Municipal de Iguape e foi contratado como professor da Escola Mista Rural, do Bairro da Jureia, onde lecionou até o ano de 1988.

Eu não gostava de ir à escola, pois sentia muita vergonha do professor tio Renato. Lembro-me da dificuldade que era quando ele se aproximava de minha carteira. Eu ficava mudo e minhas mãos começavam a suar. Piorava situação quando ele me chamava para cantar o Hino Nacional com as mãos posicionadas no peito diante da classe.

A sala de aula me imobilizava e por isso resistia estudar. Preferia ficar em casa construindo meus próprios brinquedos, pois eles me traziam muito mais prazer e alegria. Mas, minha mãe foi uma grande incentivadora de meus estudos. Quando eu estava desmotivado, ela me animava citando o exemplo do próprio tio Renato que aprendera a ler e escrever no ABECEDÁRIO, escrito a carvão em uma tábua de pinho. Os conselhos de minha mãe sempre me foram entusiasmador.

Sobre a minha experiência na escola, a professora orientadora do curso de pedagogia da Unesp-Registro, que frequentei durante o período de 2010-2013, Maria Luiza

Suginoshita, incluiu no discurso de formatura, um fragmento de minhas atividades avaliativas do curso que transcrevo aqui:

Muitas famílias têm a escola como fundamental em suas vidas. Foi assim com você Paulo Cesar que teve o privilégio de ter a escola instalada no quintal da casa do seu tio. O Tio Renato que apesar de não diplomado professor, depois de ter aprendido a ler e a escrever com seus pais por meio do “ABECEDÁRIO” escrito a carvão em tábuas de madeiras encontradas na praia, obteve um aval do prefeito autorizando a abertura da escola da Juréia. Foi assim que você pôde cursar uma escola e hoje se lembra do raio do sol no chão da sala de aula (SUGUINOSHITA, 2013).



Foto 2: Casa do Professor Renato Monteiro e Escola Mista Rural da Juréia. Autoria: Marilene Oliveira S. Franco (Táta)

Em 1985, fomos obrigados a deixar nossa casa na Juréia. O governo estadual paulista preparava os caminhos para a implantação da Estação Ecológica Juréia Itatins-EEJI¹⁰ e as leis restritivas que vinham sendo impostas pela Unidade de Conservação de Uso Integral¹¹, amparada pela polícia florestal, amedrontavam as pessoas fazendo com que elas abandonassem suas casas. Nós também fomos vítima

dessa política excludente do Estado.

Saindo da Juréia, fomos morar na comunidade da Vila Nova, “pequena comunidade lagunar situada na extremidade norte do sistema estuarino-lagunar Iguape-Cananeia, a sudoeste do Estado de São Paulo” (CAVANAGH, 2005, p.147) onde começamos a construir nossa casa em um terreno adquirido pelos meus irmãos.

No mesmo ano, fui matriculado na Escola Estadual Elvira Silva, no bairro de Icapara, onde dei continuidade ao estudo primário até concluir o ensino fundamental em 1991.

¹⁰ Sobre a Estação Ecológica Juréia-Itatins/EEJI irei explicar detalhadamente mais adiante nesse trabalho.

¹¹ De acordo com a lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000 que rege o Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza-SNUC, diz no capítulo III, art. 9º. A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

Morando na comunidade da Vila Nova aprendi a pescar manjuba¹², fiz parte do time de futebol da localidade, ingressei na pastoral da juventude e também tirei meus documentos iniciando minha vida de cidadão emancipado.

Em 1992, matriculei-me na Escola Agrícola de Iguape¹³ onde estudei o ensino médio e me formei técnico em agropecuária no ano de 1994. Quando lá estudava, conheci um colega de sala que me apresentou a Congregação dos Missionários do Verbo Divino¹⁴ onde comecei a participar de encontros vocacionais na cidade de São Paulo, no Seminário do Espírito Santo, no bairro de Santo Amaro.

Nos encontros, conheci jovens engajados em projetos sociais em bairros periféricos da cidade de São Paulo bem como de outras regiões do interior paulista. As experiências que vivi e compartilhei nos encontros vocacionais me motivaram a entrar para a vida religiosa que aconteceu em 1995 quando iniciei meus estudos propedêuticos na cidade de Araraquara, interior paulista.

Após um ano de experiência na vida religiosa, fui morar no bairro da Vila das Belezas, na região sul da cidade de São Paulo, onde entrei para a faculdade de filosofia no ano de 1996.

Na casa onde morava, nossa rotina de formação seguia um ritual que começava com a oração matinal, seguia como o estudo universitário de filosofia na faculdade e terminava com a pastoral no final de semana, na periferia da zona sul de São Paulo. Além das pastorais, também participávamos da formação e organização dos movimentos dos moradores de rua para encaminhá-los aos acampamentos do MST.

No segundo ano de faculdade, quando estava fazendo meu TCC, cuja temática foi a “Escola pública como estrutura reprodutora da ideologia burguesa”, comecei pesquisar nas bibliotecas da Universidade de São Paulo onde me deparei com trabalhos científicos sobre as comunidades tradicionais caiçaras da Jureia.

O contato com as literaturas que traziam fotos das casas de farinha, viola branca, rabeca, comidas típicas e o mutirão de fandango causavam-me saudades de Iguape, minha terra natal, fazendo refletir sobre minha identidade e a missão que estava vivendo naquele momento na cidade de São Paulo.

¹² Manjuba é um peixe típico do Rio Ribeira de Iguape e pescado em grande escala na foz do Rio Ribeira e foz do Mar pequeno, complexo lagunar Iguape-Cananeia. Devido à redução do pescado, no mês de Dezembro é dado o período de defeso da manjuba.

¹³ <http://www.etecagricoladeiguape.com.br/etec.html>.

¹⁴ Conferir história no site: <http://www.svdesdeva.com.br/>. Acesso em 11 de junho de 2014.

Cada dissertação que abria cujo assunto tratava sobre minha história, acontecia um convite para refletir sobre meu projeto de vida ao mesmo tempo em que sentia alegria, saudade, tristeza, indignações e perguntas: Qual a relação disso tudo que sinto com a minha a missão de vida?

Lembro-me que senti muita indignação quando li um texto que falava a respeito da especulação imobiliária na Jureia. Tal leitura me fez recordar a história que minha mãe conta sobre um grileiro que queimou nossa casa e nos expulsou da Jureia. Aquela leitura me causara um sentimento de indignação, de impotência e de tristeza em relação à história passada de meus pais e de outras famílias que também sofreram opressões territoriais.

Foi a partir daquele momento que me veio um “estalo¹⁵” e passei a refletir sobre a possibilidade de contar a história da minha cultura, do meu território, da minha família e de falar sobre minha identidade caíçara.

Minha experiência de vida na cidade de São Paulo “acordou o ser caíçara dentro de mim” como bem me falou um dia a nossa mestra educadora do Vale do Ribeira, Luiza Alonso, enquanto conversávamos na margem da Cachoeira do Guilherme olhando o vagaroso movimento das águas que levava as flores em direção ao caudaloso Rio Comprido.

Além da experiência das pesquisas acadêmicas, a vida comunitária na casa de filosofia, os trabalhos pastorais e os encontros de formação me proporcionaram amadurecimento pessoal e intelectual na minha trajetória de vida.

Em 1999, véspera do Novo Milênio, voltei para o Vale de o Ribeira indo morar na cidade de Juquiá onde vivi a experiência do Noviciado, etapa de intenso retiro espiritual comparada a outras etapas de formação da vida religiosa.

Na cidade de Juquiá participei da pastoral comunitárias, na pastoral Afro, no Movimento dos Ameaçados por Barragens-MOAB, conheci o Batucajé¹⁶, grupo que conta a história do Vale do Ribeira através da música regional e da poesia e ampliei minhas experiências e conhecimentos sobre a região do Vale do Ribeira.

Terminada a experiência de noviciado, no ano 2000, regressei à cidade de São Paulo para estudar teologia no Instituto São Paulo de Estudos Superiores- ITESP¹⁷. Enquanto estudava teologia, participei do projeto EDUCAFRO na cidade de Diadema/SP, idealizada e

¹⁵ Termo bastante utilizado nas aulas teóricas e nas orientações pela minha orientadora, profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira.

¹⁶ Conferir em: <http://batucajedovale.blogspot.com.br/>. Acesso em 18 de julho de 2014.

¹⁷ Conferir em: <http://ittesp.com.br/>. Acesso em 20 de junho de 2014.

coordenada pelo Frei Davi, que visava oferecer curso de pré-vestibular preferencialmente para afrodescendentes e brancos pobres, vindo mais tarde, tornar-se a política de cotas para as universidades.

Durante o curso de teologia entrei num processo de discernimento sobre minha vocação e cheguei à decisão de optar pela vida laica. Então, no ano de 2001 pedi afastamento da Congregação do Verbo Divino-SVD, mas nunca esqueci o carisma missionário verbita.

A partir de 2001, após ter trancado a matrícula no curso de teologia, comecei a trabalhar de agente educacional em um albergue que atendia pessoas em situação de rua da zona sul de São Paulo e também contribui com o jornal “O Trecheiro”¹⁸ escrevendo alguns textos que retratava a vida das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

Através de uma proposta irrecusável, em maio de 2003, decidi voltar definitivamente para o Vale do Ribeira a convite da Associação dos Jovens da Jureia-AJJ¹⁹, na pessoa de Dauro Marcos do Prado, e do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras–NUPAUB²⁰, coordenado pelo professor Antonio Carlos Diegues, para lecionar na Escola Caiçara da Jureia-ECJ²¹, projeto implantado na comunidade da Cachoeira do Guilherme, região conhecida por coração da Jureia (MELO, 2000, p.04).

Apesar da saudade, quando regressei para Iguape, fui aos poucos me adaptando em minha terra natal. Minha cabeça ainda se encontrava na correria de São Paulo. Transcrevo aqui um trecho desse regresso:

[...] De posse de minhas malas cheguei ao terminal de ônibus da Barra Funda, zona norte da cidade de São Paulo. Comprei a passagem com destino a Iguape e me dirigi a plataforma de número sete. No ônibus, a placa de destino indicava a cidade de Ilha Comprida [...] Aos poucos, as casas, as ruas, as placas, o barulho foram ficando para trás. O ônibus foi vencendo os semáforos e entrando na rodovia. Ao longo da Regis Bitencourt (BR 116), sentia-me entre dois mundos. Um mundo das luzes, da movimentação, das construções. O outro mundo era o que viria. Outra realidade, mas também um sonho, uma utopia que vislumbra viver. Um retorno ao local que um dia deixei para trás na esperança de minha realização pessoal... Mas agora estava de volta, podia sentir o cheiro da mata, rever o jeito das pessoas, reviver tudo o que havia faltado durante sete anos longe de casa. Após três horas e meia, o ônibus

¹⁸ Conferir no site: <http://www.rederua.org.br/rederua/>. Acesso em 11 de junho de 2014.

¹⁹ Sobre a AJJ falarei mais adiante neste trabalho onde descreverei detalhadamente o histórico da entidade. Conferir site: <https://www.facebook.com/ajj.associacaodosjovensdajureia>. Acesso em 11 de junho de 2014.

²⁰ <http://speedtest.copel.net>. Acesso em 18 de julho de 2014.

²¹ A Escola Caiçara da Jureia será mais bem detalhada ao longo desse trabalho que daqui para frente será identificada pelas iniciais: ECJ. No site seguinte também é possível encontrar informações sobre o modelo de escola que se pretendia nas comunidades caiçaras da Jureia. <http://www.registro.unesp.br/sites/museu/basededados/arquivos/00000228.pdf>. Acesso em março de 2014.

atravessara a Ponte do Matias e, então, percebi que estava próximo da cidade de Iguape [...] Cheguei à Rodoviária de Iguape às dez , do dia 10 de maio de 2003, mas como o ônibus sairia às onze, aproveitei para caminhar ali por perto. Procurei um local tranquilo onde pude me sentar e ficar a vontade. Tudo parecia parado, até mesmo o andar das pessoas era diferente comparado ao da cidade de São Paulo [...] Após embarca no ônibus, passado uma hora de viagem desci na Vila Nova e segui pela rua de meu bairro cumprimentando os parentes, amigos e todos que conhecia. Vencido 1 km de caminhada cheguei à casa de minha mãe. Bati à porta e ela veio me encontrar com os braços abertos. Foi um momento de muita alegria. Guardei minhas malas e sentamos para conversar (FRANCO, 2003, p.14).

Da casa de minha mãe, na Vila Nova, segui para a Barra do Ribeira e de lá para a Cachoeira do Guilherme. Levava comigo o sonho de ser professor, de ensinar os jovens, encontrar amigos da infância, ouvir histórias antigas e principalmente contribuir no projeto da Escola Caiçara da Jureia. Meu corpo, um território de passagem²², era tomado pelo entusiasmo.

Na ECJ comecei minha carreira no magistério. Abaixo, continuo contanto como foi minha chegada à comunidade da Cachoeira do Guilherme.

Passados quarenta minutos, chegamos ao encontro das águas da Cachoeira do Guilherme com o Rio Comprido. O motor foi reduzido por Joaquim [barqueiro] cessando o vento que soprava em nossos rostos. Em ritmo lento fomos adentrando a cachoeira acima. A nossa frente, uma placa branca, pressa nos galhos de uma árvore, posicionava-se no meio da passagem. Nela estava escrito: "Bem Vindo à Cachoeira do Guilherme". Agradei a acolhida silenciosamente enquanto a expectativa da chegada aumentava. As árvores se estendiam sobre o leito da cachoeira, cobrindo-a completamente e escurecendo as águas. Folhas e flores flutuavam na superfície tornavam aquela paisagem calma e peculiar. De repente, o barco fez uma curva a esquerda e a primeira casa apareceu a minha frente. Um senhor de estatura mediana caminhava próximo à margem da cachoeira parecendo que nos esperava. Aproximamo-nos dele e levantando o braço respondi o sinal que me fizera. Era o Senhor Pradel, conhecido violeiro da Cachoeira do Guilherme. Passamos por ele e mais à frente, do lado direito, ouvi barulhos que vinham de outra casa entre as árvores. [dormitórios e cozinha da ECJ] Em meio a barrancos altos e água límpida o barco encostou no porto da casa de Joaquim. Era maio de 2003. Estávamos na Escola Caiçara da Jureia (FRANCO, 2010, p.20).

Lecionei na ECJ de maio de 2003 a dezembro de 2005. A experiência de professor naquela localidade me proporcionou um entusiasmo pela educação que carregou comigo como um modelo possível de educar a partir da comunidade mesmo que nas escolas públicas essa realidade esteja longe de acontecer.

A ECJ funcionava entre a Mata Atlântica, circunscrito no cotidiano das famílias da Comunidade da Cachoeira do Guilherme e seu currículo tinha por base os saberes da cultura local conforme observou Wunder.

²² Termo retirado do texto de Jorge Larrosa, o saber de experiência.

"Escola Caiçara da Jureia": uma escola comunitária de moradores - alguns pais de alunos da escola da Barra - da Estação Ecológica Juréia-Itatins, idealizada por eles como uma maneira de manterem-se, ou retornarem, ao local de origem. Esta escola, situada no centro da Estação Ecológica, além de suprir uma necessidade básica das crianças e jovens que lá ainda moram, tem também objetivos mais amplos. A ideia que move a sua criação é a necessidade que estas famílias estão sentindo de retornarem à Juréia e de verem seus filhos aprendendo, não só os conhecimentos escolares, mas também aqueles locais, relacionados à pesca, agricultura, arte, culinária, cura, enfim aqueles conhecimentos que se construíram e constroem na relação com a natureza (WUNDER, 2002, p.204).

Por questões políticas, a ECJ não pode dar seguimento com o ensino médio. No final de um ano e sete meses ela precisou ser fechada e os alunos foram obrigados a ir morar nas cidades, caso quisessem continuar estudando. A respeito do fechamento da ECJ, registrei o seguinte momento que ficou no tempo:

Ao entardecer do dia 13 de dezembro de 2004, entrei na sala do Centro Espírita, onde funcionou a ECJ, e olhei demoradamente o espaço onde nos encontrávamos para estudar e fazer nossas reuniões. Por alguns instantes fiquei imaginando o que seria daquela sala, daquela comunidade futuramente... Aproximei-me das janelas e fui fechando-as devagar. O sentimento que tinha era de tristeza, quase saudade e também de contentamento pelo trabalho que ali realizamos. Cada janela que fechava representava um sinal de despedida. Ao fechar a última janela fui para próximo do interruptor que ficava ao lado da porta que dava acesso a varanda da casa de Joaquim. Acionei-o. A sala escureceu a minha frente, mas as nossas consciências partiram dali para novos horizontes iluminados (FRANCO, 2004, p.51).

A partir de 2005, após o fechamento da ECJ, continuei meu trabalho docente nas escolas estaduais do município de Iguape e Ilha Comprida onde passei a lecionar a disciplina de filosofia e também atuar como educador social pela AJJ onde ajudava nos trabalhos sociais da AJJ.

Minha chegada a AJJ aconteceu num momento em que a entidade já tinha um histórico de atuação e luta em busca dos direitos ao território das comunidades tradicionais caiçaras, contexto que irei desenvolver mais bem adiante. Este percurso histórico aconteceu no período que sai da Jureia até a minha volta de São Paulo para a ECJ em 2003.

Assim, em 2006, quando comecei meu trabalho de educador popular na AJJ, conciliando o horário com meu ofício de professor na rede estadual de ensino, estava sendo implantado na associação um projeto que foi batizado por "Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira". Inicialmente esse projeto contou com a ajuda financeira do Ministério da Cultura-MINC através do programa federal de Pontos de Culturas que possibilitou o

fortalecimento e visibilidade dos trabalhos da entidade e da realização de oficinas de saberes da Cultura Caiçara que veio dar origem as oficinas de fandango.

A Associação Cultural Caburé²³, entidade do Rio de Janeiro, na pessoa da Joana Ramalho, ajudou enormemente no desenvolvimento do Centro de Cultura dando suporte nas ações relacionado à idealização, burocracia e estruturação das atividades culturais.

Minha experiência com a gestão do Centro de Cultura me rendeu valiosos contatos e conhecimentos. Dentre eles posso destacar o conhecimento obtido sobre as questões relacionadas à burocracia do projeto e os saberes adquiridos no campo da educação popular.

Com relação às burocracias devo dizer que sofremos muito enquanto entidade e caiçaras desconhecedores de projetos para captação de recursos públicos. Inicialmente a política dos Pontos de Cultura do Governo Federal seguia uma lógica que não condizia com a realidade das comunidades tradicionais e isso dificultava bastante o diálogo entre o governo e a base. O recebimento de recursos, as aplicações, as notas fiscais, os pagamentos com RPAs, os planos de trabalhos, as prestações de contas, etc., constituíram verdadeiro calvário até assimilarmos a linguagem burocrática que vinha de Brasília. Mas conseguimos sobreviver e aprendemos bastante naquele processo.

Apesar das inúmeras dificuldades, o desenvolvimento do projeto do Centro de Cultura se tornou um autêntico espaço de educação popular. O contínuo encontro, discussão e planejamento em conjunto com as comunidades, escolas e integrantes da Associação parceira, como a Caburé, possibilitou a criação da “Oficina de Fandango Caiçara”, uma atividade educativa itinerante para trabalhar os saberes caiçaras nos variados espaços comunitários da Barra do Ribeira e adjacências.

A partir de 2006, as oficinas de fandango caiçara começaram a ser realizadas na sede da AJJ e mais tarde foi se estendendo para as comunidades caiçaras, escolas estaduais e municipais de Iguape e Ilha Comprida e chegou até acontecer em encontro estadual como foi o caso no II Encontro de Fandango e Cultura Caiçara realizado em 2008, na cidade de Guaraqueçaba, Paraná.

Atuando a partir dos princípios da educação popular, em 2008, participei no projeto “A caxeta e os saberes locais²⁴” que foi coordenado pelo Artesanato

²³ Ver site: <http://associacaoculturalcabure.blogspot.com.br>. Acesso em abril de 2014.

²⁴ <http://www.artesol.org.br/site/iguapesp/>

Solidário/ArteSol, em parceria com o Ministério do Turismo. O projeto foi desenvolvido na comunidade da Vila Nova com objetivo de capacitar a comunidade local a valorizar a identidade caiçara produzindo e comercializando artesanato de tradição.

Também na Vila Nova, em 2012, desenvolvi outro projeto intitulado “oficina de fandango na Vila Nova” com financiamento da Secretaria da Cultura através do programa Ação Cultural – PROAC²⁵ com objetivo de ensinar a construir rabecas e violas brancas (instrumentos do fandango). O projeto proporcionou o encontro e partilha de experiências entre mestres artesãos fandangueiros, comunidade local e adjacente. Ambos os projetos tiveram parceria com a AJJ

Em 2013, completei uma década de filiação na AJJ e de educador popular. Retomando minha trajetória de vida na AJJ, cujo marco inicial foi em 2003, quando iniciei meu ofício de professor na ECJ, posso dizer que continuo entusiasmado a continuar nessa caminhada.

Quando cheguei a AJJ, o reencontro com as minhas raízes cultural me possibilitou, por várias vezes, retomar as lembranças de quando visitava as bibliotecas da USP onde me encontrava com as literaturas das comunidades caiçaras da Jureia. Naquele tempo, na biblioteca, eu pensava num projeto, numa utopia. Agora, no chão da AJJ, a ideia de outrora estava posta em ação. Os quereres, as possibilidades se faziam presentes.

A experiência que vivi e continuo vivendo na AJJ, representa para mim uma escola de formação popular, pois através da dela tenho constantemente refletido minha ação educativa mediante a frase de Freire que diz “toda prática educativa implica numa teoria educativa” (FREIRE, 1978, p.17).

Neste contexto, no qual estou inserido, que me motivei a pesquisar sobre o fandango uma vez que é um assunto presente na minha vida, da AJJ e constitui uma das formas de resistência da cultura caiçara.

Em 2012, entusiasmado e com apoio da AJJ que procurei a Universidade Federal de São Carlos – Campus de Sorocaba para apresentar meu projeto de pesquisa tendo em vista que nela há uma linha de pesquisa intitulada “Educação, Comunidade e Movimentos Sociais” que tem afinidade e valoriza a educação popular, estilo de educação que trabalhamos na AJJ.

²⁵ <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>

Fui aprovado no final de 2012, no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação - Stricto Sensu em Educação – mestrado acadêmico – PPGEd que foi composto por uma prova dissertativa, análise de currículo Lattes, análise de projeto de pesquisa e entrevista.

Aprovado, em março de 2013 comecei a frequentar os créditos (aulas) obrigatórios e no segundo semestre de 2014 me aprofundei na produção deste trabalho que agora compartilho nas linhas que seguem aqui.

INTRODUÇÃO

Comecei a me interessar pelo estudo do fandango caiçara²⁶ a partir do ano de 2003 quando iniciei minha vida docente na Escola Caiçara da Jureia-ECJ onde convivi com os antigos moradores das comunidades da Cachoeira do Guilherme, Carvalho, Aguapeuzinho, Rio Verde e Grajaúna, os alunos e parceiros da AJJ.

Minha vivência na comunidade do Guilherme me despertou a curiosidade em entender como o fandango, enquanto um ritual musical e festivo conseguia reunir pessoas de cidades distantes e próximas naquela comunidade isolada, de difícil acesso para rezar e dançar a noite o passadinho ao som da viola branca e da rabeca.

As pessoas chegavam a comunidade vindo pela trilha da comunidade do Grajaúna e também através de barco pelo Rio Comprido e até 2005, data que fechou a ECJ, acontecia na comunidade do Guilherme à festa de São João, onde no mês de junho se passava a fogueira descalço e no mês de setembro era celebrada a festa de São Miguel Arcanjo, padroeiro da comunidade.

Vivendo a experiência do fandango caiçara, que Pimentel chama de “expressão musical-coreográfica-poética e festiva da cultura caiçara” (PIMENTEL, 2010, p.14), mergulhava na minha história de vida indo até minha infância, lá na Jureia, quando frequentava os bailes de viola com meus pais na Vila do Prelado, localidade onde nasci.

Refletindo sobre meu percurso histórico, comecei a observar que a experiência que estava vivendo na comunidade do Guilherme era semelhante com a que vivi na minha infância e, portanto, percebi que o fandango detém uma mística que consegue reunir as pessoas para viver a cultura caiçara.

Essa percepção me trazia questionamentos constantes sobre como trabalhar na escola o assunto do fandango. Que metodologia utilizar para desenvolver a potencialidade do fandango?

Minha experiência inicial de educador talvez fosse um fator limitante na busca de caminho para explorar o assunto com profundidade, mas meu espanto pela potencialidade do fandango não se apartou de mim.

²⁶ O fandango é popularmente conhecido na região da Jureia como baile de viola, mas sua potencialidade permite a organização dos mutirões comunitários e espaços de educação popular.

O fato de a ECJ estar instalada na comunidade do Guilherme, comunidade tradicional cooptada pela Estação Ecológica Jureia-Itatins/EEJI²⁷, unidade de conservação que não permite presença humana, era sabido que o projeto poderia ser interrompido, mas havia também a esperança de que a mística do fandango pudesse resistir e contribuir na continuidade do projeto da ECJ mesmo funcionando em outra localidade tendo em vista que o fandango “reemergem com vitalidade surpreendente nos últimos anos em vários lugares do Brasil e do mundo” (RODRIGUES, 2013, p. 31).

A vivência com os alunos na ECJ foi muito além da sala de aula. Em volta do fogão à lenha, na pescaria, na fabricação da farinha de mandioca, na colheita do arroz, na casa de Joaquim²⁸, nós nos reuníamos com a comunidade para viver uma educação popular enraizada no cotidiano daquela humilde comunidade.

Histórias, contos e lendas sobre a fauna, flora e do simbolismo imaginários da Jureia eram compartilhados no convívio diário com as pessoas que faziam parte da ECJ ou daquelas que passavam por aí.

Aquele ambiente propício e rico de sabedoria era aproveitado para discutir com os alunos procurando estimular o protagonismo juvenil referente aos saberes tradicional bem como a valorização da identidade caiçara local.

Em 2005, como já se esperava, a ECJ foi desativada com a justificativa da Diretoria de Ensino da Região Miracatu de que a demanda existente na comunidade da Cachoeira do Guilherme e adjacência não era suficiente para dar continuidade ao ensino médio.

O fechamento da ECJ trouxe tristeza para as comunidades locais e ao mesmo tempo a confirmação de que educação diferenciada e regionalizada ainda não é valorizada no estado de São Paulo.

No entanto, o breve aprendizado adquirido na ECJ foi de grande valia na minha vida de educador. Dentre o aprendizado, vale destacar o contato com o conhecimento dos mestres fandangueiros-artesãos quanto à época certa de extrair a caxeta da mata, árvore típica da Mata Atlântica, a preparação da madeira, o manuseio e a confecção da rabeça e da viola branca iguapeana (instrumentos musicais do fandango caiçara), a afinação e a condução desses instrumentos nos bailes de fandango de mutirão, os saberes sobre as plantas

²⁷ A EEJI será mais bem explicada adiante neste trabalho.

²⁸ Joaquim é filho do mestre Sátiro, reconhecido líder espiritual da Cachoeira do Guilherme. Ele trabalhou até 2010 de barqueiro no Rio Comprido sendo

medicinais, o período da reprodução dos animais, o cultivo das roças de mandioca, a fabricação da farinha da mandioca, a confecção de cestos de cipós, as gamelas, pilões, canoas de um tronco só, os remos, os instrumento de pescas e a entretida preparação dos bijus de goma, corujas, pixé de manema, paçoca de carne seca, moqueca de peixe e outras tantas comidas típicas da diversificada culinária caiçara.

Deixando a comunidade do Guilherme e a ECJ, a partir de 2006, continuei meu trabalho docente nas escolas estaduais do município de Iguape e Ilha Comprida e também segui atuando como educador popular na AJJ.

Lecionado filosofia na rede pública estadual comecei a constatar que os alunos, principalmente nas escolas Sebastiana Muniz Paiva (Barra do Ribeira) e Elvira Silva (Icapara), que tem a população predominantemente caiçara, não se interessavam tanto pelo estudo da história local, desconheciam o fandango caiçara e poucos reconheciam e valorizavam a identidade local.

Diante desse contexto social e da realidade de salas de aulas, comecei a refletir minha prática educacional articulando a educação formal com a cultura caiçara local. Dessa reflexão surgiram as seguintes questões: Como relevar o potencial da cultura caiçara fortalecendo os saberes das comunidades tradicionais? Como formar jovens protagonistas que valorizem sua história, seus saberes e sua identidade? O fandango seria um meio para trabalhar essas questões?

Associando a reflexão filosófica com o saber popular, comecei a realizar em 2007, oficinas de fandango caiçara nas salas de aula e principalmente na escola da família da escola Elvira Silva e Sebastiana Muniz Paiva, bairro do Icapara e Barra do Ribeira respectivamente.

As atividades oficinairas contavam com a presença de mestres fandangueiros e artesãos que compartilhavam seus saberes de experiência sobre a construção e condução dos instrumentos do fandango caiçara (Viola Branca e Rabeca) e também ensinavam o processo do manejo sustentado da caxeta²⁹, manuseio da madeira, construção do instrumento, afinação e finalizavam com a dança do fandango caiçara como acontecia no mutirão do Tempo dos Antigos.

Nas salas de aulas, as oficinas de fandango caiçaras eram realizadas de forma resumida devido à limitação do tempo.

²⁹ A Caxeta é uma árvore típica da Mata Atlântica que cresce em local alagadiço e sua madeira é muito utilizada na confecção de rabeca e viola branca (instrumentos do fandango caiçara) por ser leve de fácil manuseio.

O objetivo das oficinas era discutir a Cultura Caiçara a partir da confecção dos instrumentos musicais do fandango promovendo um espaço de educação popular para despertar e instigar os jovens caiçaras e iguapense a se interessarem pelo estudo da cultura local, a história da cidade, da região, sua potencialidade e a valorizar a identidade caiçara.

Além das oficinas de fandango, também desenvolvi outros projetos educativos com temáticas voltadas a cultura caiçara. Os projetos contaram com o apoio da direção das escolas, dos professores e da Diretoria de Ensino da Região de Miracatu e aconteceram inspiradas na concepção de educação popular de modo que minha realidade como educador também foi se modificando com o fazer e viver o saber da experiência.

Dentre as experiências realizadas nas escolas, destaco as seguintes: “A Barra do Ribeira pelo olhar da Sebastiana”, “Filosofia em versos caiçaras”, “um dia caiçara na Jureia”, “Siri na Lata” e “Espaço Caiçara.”

Após uma década lecionando em escolas públicas e atuando como educador popular pela AJJ decidi apresentar minha proposta de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Carlos–UFSCAR/Sorocaba, na linha 2: Educação, Comunidade e Movimentos Sociais tendo como objetivo resgatar, discutir e relevar essas experiências educacionais e o potencial da cultura caiçara.

O trabalho nos possibilitou o contato e o reconhecimento das potencialidades educativas presentes no modo de vida da cultura caiçara onde o fandango, através das oficinas de rabeça e de viola branca, revela ambientes de educação popular possibilitando que as experiências de vida que possam ser compartilhadas.

Metodologia Caiçara: a construção do caminho

Quando não houver caminho. Mesmo sem amor, sem direção. A sós ninguém está sozinho. É caminhando que se faz o caminho (BRITO, 2003).

No ano de 2012, recebi um e-mail da APEOESP que anunciava o site do programa de Pós-Graduação em educação da Universidade de São Carlos-PPGE-UFSCar-Campus Sorocaba, na modalidade mestrado acadêmico.

Conforme já mencionei no memorial, fiz minha inscrição na linha 2, depois veio a prova escrita, análise do currículo, projeto e finalmente a entrevista e finalmente a aprovação no programa de mestrado e logo no início do mês de março de 2014, comecei minha viagem semanal para a cidade de Sorocaba com destino a UFSCar para cursar as disciplinas obrigatórias do programa.

Os 200 km que separam o Oceano Atlântico da serra de Paranapiacaba, percurso da minha casa a UFSCar, são interligados por caminhos de terra, asfalto, serras, aclives, declives e muitas matas e cachoeiras.

A chegada a UFSCar aconteceu bem antes do horário marcado para início da aula inaugural, tempo necessário para se ambientar no novo espaço a ser frequentado por dois anos. A caminhada pelo Campus me possibilitara olhar as pessoas, as estruturas, a reforma e pensar meu projeto em construção. Como seriam as aulas? Como desenvolveria minha pesquisa?

Após conhecer o programa, as regras, os professores, os amigos... Vieram às aulas teóricas: Paradigmas! Que são e quais segui-los?

Seguindo as aulas adentrei nas que diziam respeito à linha2, linha de pesquisa na qual meu projeto fora inscrito. Professora Dulce lança palavras com sentidos certos: “corpo em coma”, “Rota de fuga”, “escovar palavras”, “credíveis”, “possibilidades”...

Os retornos para casa se comparavam aos crepúsculos temporais que vivenciava a cada viagem a Sorocaba. O final do dia e o começo da noite na estrada confiavam uma passagem. O crepúsculo é assim: nem dia nem noite, uma verdadeira indefinição. Assim me sentia na estrada procurando caminhos para seguir na minha pesquisa. Pura angústia!

Um e-mail da professora Dulce veio confirmar seu aceite do meu pedido de orientação da pesquisa. A palavra dela foi sugestiva e entusiástica: “seu projeto tem potencial!” Daquele dia em diante comecei a procurá-lo.

Um determinado dia, durante a orientação, a palavra da professora Dulce me motivou a apresentar um texto com meus pensamentos. Tempo depois, quando ela lia, sua reação foi surpreendente: elogiou-me emocionada dizendo que eu estava naquelas palavras e que eu era aquilo que havia escrito. Alívio para mim e incentivo na minha caminhada! A partir de então, as conversas de orientação começaram a fluir concretude até que um dia pensamos em construir os passos da pesquisa conforme o modo de vida caiçara.

A ideia era montar o percurso da minha escrita semelhante o mutirão caiçara uma vez que a temática do fandango faz parte desse universo cultural. Daí surgiu à metodologia caiçara que foi descrita abaixo.

Metodologia da pesquisa

Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade dominante, pelo menos durante os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativa que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descréditos (SANTOS, 2000, p.94).

Normalmente a ideia que se tem de pesquisa associa-se ao intelectual, aquele que detém conhecimento e poder e por, isso, um trabalho distante do homem comum.

Segundo Oliveira,

Para a grande maioria das pessoas a palavra pesquisa vem sempre associada à elaboração por especialistas e estudiosos de volumosos trabalhos científicos, que tratam de temas complexos e, por isso, devem ser redigidos numa linguagem inacessível ao comum dos mortais. Pesquisa é coisa de intelectual, de universitário, que não tem nada a ver com a vida real (OLIVEIRA in: Brandão, 1983, p.17).

Tendo em vista que faço parte da AJJ e participo do desenvolvimento das oficinas de fandango nos espaços educativos - entidade, escolas e comunidades- opto pela pesquisa participante porque entendo ser um caminho que me propicia relacionar a educação popular com o saber de experiência presente nas oficinas de fandango, conhecer minha história e da comunidade, discutir sobre as ideologias que desvalorizam a cultura caiçara,

valorizar as experiências dos mestres fandangueiros e artesãos e caminhar junto com a comunidade de modo a construir coletivamente o conhecimento como salienta Brandão.

Conhecer a sua própria história. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no agente de pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante- onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes-pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular (BRANDÃO, 2006, P.11.).

Partindo de minha origem caiçara e da minha vivência como educador popular na AJJ e nas escolas, onde desenvolvo as oficinas de fandango, fui percebendo que existia uma grande aproximação entre a pesquisa e o processo do “mutirão de fandango”. Então passamos a pensar a metodologia da pesquisa estruturada em 5 etapas. São elas:

- a) Escolha do terreno;
- b) Coivara da roça (Preparação do Solo);
- c) Mutirão de plantio;
- d) Colheita e o tráfico da farinha³⁰;
- e) Baile de fandango (conclusão da pesquisa).

O escritor Graciliano Ramos, em seu discurso proferido em 1962, em que apresenta seu modo de trabalhar com as palavras, ele diz o seguinte:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada. Molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Depois colocam o anil, ensaboam, e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Depois batem o pano na laje ou na pedra limpa e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso, a palavra foi feita para dizer (RAMOS, 1962).

Assim como as lavadeiras vão pacientemente lavando as roupas, etapa por etapa, as palavras que aqui compartilhamos também seguiram um percurso que se inspira no ritmo do mutirão de fandango que acontece nas comunidades caiçaras da Jureia. Esse ritmo é o ritmo “caiçara”, pois como sujeito social é “um ser entre dois mundos” (COTRIM, 2010,

³⁰ O tráfico da farinha, que irei adiante mais bem descrever, é a casa onde se fabrica a farinha da mandioca artesanalmente.

p.112) que nessa mediação ele constrói sua cultura, seu modo de vida, sua cosmovisão e simbolismo existencial.

Este percurso começou pela escolha do terreno. Na cultura caiçara, quando chega a época de roçar para plantar a mandioca, por exemplo, o caiçara escolhe na mata um estirão³¹ onde pode fazer a sua roça. Então ele espera a quadra da lua minguante e começa a derrubada das árvores. De posse de uma foice bem afiada, inicia atorando as árvores menores até demarcar os limites da roça que deseja fazer. Depois da limitação do espaço, vem com o machado derrubando as árvores maiores até que a mata vá para o chão. Novamente a foice entra em cena para picar as madeiras que vão secando lentamente até ficar no ponto de queimada que geralmente acontece nos dias mais quentes do ano.

A escolha do terreno é fundamental para que a roça seja produtiva e o tipo das árvores é um indicador da qualidade do solo. Se o solo não for bom, dá Saporema³² na mandioca e a qualidade da farinha fica comprometida. Por isso é prudente escolher com sabedoria a terra para o plantio.

Semelhante à escolha do terreno, comecei a pesquisa de mestrado. Considerando minha experiência como educador popular, membro da AJJ e professor de escola pública, iniciei com o objetivo de relevar as oficinas de fandango enquanto espaço de educação popular na AJJ. Como o caiçara que analisa o terreno para fazer sua roça, discuti a ideia do meu projeto de pesquisa com a comunidade e a relevância da temática no que diz respeito à contribuição da pesquisa no fortalecimento da cultura caiçara, da identidade local e da importância do fandango enquanto uma mística de resistência na luta das comunidades caiçaras pelo território bem como na valorização da própria história da entidade.

Após a apresentação da ideia de pesquisa à comunidade caiçara, comecei a escrever o projeto, fiz levantamento bibliográfico na AJJ, nos espaços culturais do município de Iguape e votei a rediscutir com a comunidade a problemática, metodologia e objetivos da pesquisa.

Com o projeto elaborado apresentei na Universidade Federal de São Carlos, Campus de Sorocaba, no programa de Pós-Graduação em Educação–PPGED, na linha 2: Educação, Comunidade e Movimentos Sociais.

³¹ O estirão é uma terra boa para se plantar mandioca onde geralmente não alaga.

³² Saporema é uma doença que causa apodrecimento na mandioca. O caiçara conhece o solo que tem essa doença pelas características das árvores.

Coivarear a roça (preparação do solo para o plantio)

Após a escolha do terreno, vem à derrubada das árvores, a queimada e em seguida o momento de coivarear³³ a roça. Nesta etapa, o caiçara retira todas as madeiras da área e as leva para a beira da roça deixando livre o espaço onde os cavadores deverão fazer as covas. Coivarear é preparar o terreno para receber as manivas da rama da mandioca, serviço que exige paciência, pois é necessário tirar os tocos, os gravetos e as raízes para que o solo fique bem limpo dando condições para que os cavadores trabalhem com segurança.

Quanto à pesquisa, foi o momento de reunir a comunidade novamente para rediscutir o projeto. Regacei as mangas, coloquei a mão na massa e comecei a cursar as disciplinas obrigatórias e eletivas na Universidade. Estudei e discuti a intencionalidade da minha pesquisa refletindo como se dava minha relação de integrante da AJJ e pesquisador.

Nesse momento, defini a orientadora da pesquisa, Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira, e juntos passamos a pensar nas questões que integrarão os roteiros de entrevistas refletindo sobre o papel das oficinas de fandango do ponto de vista educativo e de produção de conhecimento da comunidade como fala Oliveira: “Pensamos que a finalidade de qualquer ação educativa deva ser a produção de novos conhecimentos que aumente a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2006, p.19).

Seguindo a preparação do terreno, partimos para as entrevistas com **Cleiton Carneiro do Prado**, caiçara e morador da Vila da Barra do Ribeira, membro fundador da AJJ e artesão construtor de instrumentos e também fandangeiro; **Adriana Souza Lima**, caiçara e educadora social residente na comunidade caiçara do Guaraú, município de Peruíbe; **Odirlei Alves de Lima**, construtor de instrumentos musicais do fandango e residente na comunidade da Vila Nova; **Nicleto Silva**, morador da comunidade da caiçara do Guaraú, no município de Peruíbe.

Selecionamos e consultamos os materiais produzidos pela AJJ nos últimos vinte anos separando em:

- *Pesquisa iconográfica*: fotos das famílias caiçaras que moravam no território caiçara da Jureia, dos mutirões, da fundação da AJJ, dos fandangos, dos instrumentos musicais (rabeça e viola branca), da extração da caxeta e outras tantas que compõem a história das famílias caiçara da Jureia;

³³ Coivarear é retirar as madeiras da área (roça) para cavar e plantar as manivas (rama) da mandioca.

- *Pesquisa documental*: documentos da história das comunidades caiçaras da Jureia (teses, monografias), documentos da AJJ (fotos, livros, panfletos, vídeos, etc) e outros relatos da comunidade local e adjacente.

Reunindo a comunidade para encontros de educação popular, fomos aplicando a entrevista semiestruturada nos momentos que sentávamos para ouvir as histórias dos tempos dos antigos, os causos das festas de mutirão, o debate sobre a situação atual das famílias caiçaras, as experiências com projetos no Centro de Cultura, os projetos em andamento na Jureia sobre o território caiçara e os tantos sonhos que movem a vida dos caiçaras da Jureia.

Nos encontros, fomos percebendo que a mística do fandango resguarda uma potencialidade capaz de reunir as pessoas em torno da festa possibilitando o sonho e a partilha da vida.

A potencialidade que existe no fandango caiçara, que neste trabalho estudamos a partir das oficinas de instrumentos, constitui espaço de resistência cultural e potencialidade de educação popular que vai juntando as experiências, as falas, os sonhos, enfim, juntando os “meios gritos” para se chegar ao “grito inteirado” como descreve a equipe das comunidades de base e de Agentes da Diocese de Goiás, citado no livro pesquisa participante:

O grito inteirado é quando o povo todo souber que tem aqueles direito. E, que se ele tá sofrendo isso, não é aquela história de dizer que é porque Deus quis, não. Mas que se ele tá sofrendo desse tanto é porque tem um lá em cima que pisando ele, e que vem pisando, vem pisando, pisando de lá para cá (*In BRANDÃO*, p. 131).

Assim, seguindo esse ritmo de entrevistas, pesquisas, reuniões com a comunidade e compilações fui levantando dados e redigindo os textos discutidos com a orientadora, colegas do PPGEd e banca de qualificação.

Mutirão de plantio

Passado o tempo de coivarear, chega o tempo do mutirão de plantio na comunidade caiçara. É tempo de juntar as forças, solidarizar-se. Preparar a comida, o pouso para os convidados, as ferramentas. Tempo de encontrar os amigos e de trabalhar coletivamente.

No mutirão, as pessoas compartilham a vida, contam e ouvem histórias, relembram fatos, encontram amigos, renovam as esperanças, sonham juntas. As energias dispostas no trabalho comunitário resultam no plantio da roça de mandioca.

Se fosse para uma família realizar o trabalho sozinho levaria dias, mas juntando as forças o serviço é facilmente executável em até meio dia, dependendo do número de pessoas trabalhando.

O mutirão tem o poder de unir as pessoas, promover a solidariedade e a experiência de compartilhar a vida gratuitamente sem que ninguém peça em troca uma recompensa capital. O mutirão resgata, mantém e cuida da capacidade humana de praticar a solidariedade.

Dessa forma, seguiremos o trabalho de pesquisa juntando minha força com a da comunidade e da orientadora para estruturarmos os capítulos da dissertação. É a etapa da organização das ideias provenientes da pesquisa bibliográfica, da pesquisa de campo, da pesquisa iconográfica, das conversas com a orientadora e das reflexões solitárias embasadas nas ideias dos pensadores da educação e também com a colaboração das comunidades onde compartilharemos o processo de pesquisa.

Será o momento da produção do conhecimento, de entrar no mutirão das palavras, de ir construindo os parágrafos da história, das experiências vividas pelos caiçaras da Jureia nos quinhentos anos de Brasil, de realizar o trabalho de tradução (SANTOS, 2004, p. 807).

Nesse trabalho de mutirão com as palavras, enquanto pesquisador, irei me inserindo no cotidiano da comunidade e dialogando com os agentes, pois como diz Freire “o povo tem que participar na investigação como investigador e estudioso e não como mero objeto” (FREIRE, 2006 p. 37).

Nesse processo de leitura, reflexão, orientação e, diálogo com a comunidade, irei recolhendo saberes que relevam o quanto as oficinas de fandango na AJJ propicia dados que se revelam através das falas, dos textos, documentos. Assim irei compondo a dissertação que teve dentre os objetivos: cartografar o Território Caiçara da Jureia, recolhendo e revelando elementos presentes no modo de vida destas comunidades tradicionais principalmente a partir do fandango; visitar as experiências das oficinas de fandango realizadas na AJJ a partir de 2000, procurando registrar o histórico, a diversidade de saberes presentes nesta iniciativa comunitária e institucional; relevar o potencial de resistência da cultura caiçara presente nestas experiências culturais e educativas em forma de educação popular.

A colheita e a casa do tráfico da farinha³⁴

Após 12 meses da realização do mutirão, o caiçara começa a fazer a colheita da mandioca. Ele vai à roça e arranca as raízes e as carrega para a casa do tráfico da farinha onde raspa, lava e deixa secar. Em seguida, ele rala até se tornar massa. Depois prensa a massa no tipiti até sair a mandiguera, líquido que ao decantar produz à goma da mandioca, também conhecida por fécula.

Da prensa, a massa enxuta vai para o cocho³⁵ onde é peneirada e através da cuia³⁶ ela segue para o forno quente onde é forneada e torrada até se tornar a farinha de mandioca que serve as mesas do caiçara.

Na pesquisa, essa etapa corresponderá ao processo de produção, lapidação e revisão da escrita. Esse processo ocorrerá em conjunto com a comunidade que, como acontece na fabricação da farinha, contribuirá na reflexão sobre a elaboração dos capítulos através de leituras e opiniões. Nesta etapa também acolhemos as orientações da banca de qualificação, recolhemos novos elementos para o texto final da dissertação com novas revisões bibliográficas, entrevistas e análises.

Fandango, a conclusão da pesquisa

A farinha da mandioca torrada é o resultado final do mutirão de plantio, momento de confraternização, comemoração da colheita e expectativa para o baile de fandango.

O fandango encontra-se em latência desde o momento da escolha do terreno até a hora do bailado. Para os antigos caiçaras o mutirão só tinha sentido com a presença do fandango que, dentro da tradição, funcionava como o pagamento do trabalho realizado no plantio da roça ou outros trabalhos coletivos.

Nas comunidades caiçaras, ao anoitecer de um dia de mutirão, após o jantar, o dono da casa convida os fandangueros para a afinação dos instrumentos e em seguida dá a ordem para o início do baile.

A viola branca iguapeana, a rabeça, o cavaquinho, a timba e o pandeiro entram em ação dando por iniciado a festa. A dança, o toque, as comidas típicas, os sapateados

³⁴ No território caiçara da Jureia, o tráfico de farinha é casa onde se faz a farinha artesanalmente.

³⁵ Cocho é um recipiente onde é colocada a massa úmida que vem do ralador e também a massa seca que vem o tipiti. Em algumas comunidades caiçaras o cocho era feito de pedaços de canoa velha.

³⁶ A cuia é uma vasilha feita de cabaça, uma planta, para colocar e tirar a massa no forno e também servir a farinha torra na mesa caiçara.

expressam a vitalidade da cultura caiçara. O fandango é a força que o caiçara resguarda enquanto resistência ao modelo capitalista que insiste em desconsiderar o saber da experiência dos fandangueiros, dos artesãos, dos contadores de histórias, dos pescadores. É também constitui o momento em que a comunidade se reúne para celebrar colheita.

O baile segue noite adentro e os fandangueiros se revezam na viola enquanto o povo se movimenta no salão onde dançam juntas crianças, jovens, adultos e idosos. É um tempo de aprendizagem que permite a troca de informações, experiências, encontros de famílias e compartilhamento de muitas comidas típicas.

Ao amanhecer do dia, os fandangueiros enceram o baile cantando a moda de despedida que anuncia a voltar para casa e também à esperança e o desejo de retornar para um novo fandango. Cada pessoa leva com ela a satisfação e alegria das experiências que viveram no encontro do fandango.

Assim será a conclusão desta pesquisa de mestrado. Esforço por terminar o estudo, mas vontade de continuara a pesquisa na comunidade. Um tempo que não termina com a defesa do mestrado, mas que continua na vida como acontece no mutirão de fandango, no ato de torrar a farinha de mandioca...

A continuidade é a devolutiva à comunidade, a reflexão sobre os dados analisados, o amadurecimento da consciência coletiva. Compartilhar os dados produzidos com a comunidade, com os jovens estimulando-os a também se tornarem pesquisadores da cultura caiçaras e de suas histórias. Sonhar junto com a comunidade novos projetos que venham para valorizar e potencializar o fandango caiçara.

Fundamentando teoricamente o desenvolvimento da pesquisa, o estudo utilizou-se de conceitos estudados por Diegues, Branco, Ribeiro, Fortes para dialogar com a questão da formação das comunidades caiçaras, seu desenvolvimento, implantação das Unidades de Proteção Ambiental e a valorização e visibilidade da Cultura Caiçara através do estudo sobre oficina de fandango promovida pela AJJ.

Quanto à discussão sobre o fandango foi importante à contribuição de Gramani, Pimentel, Correa, Rodrigues que escreveram sobre a temática,

uma manifestação cultural popular que reúne dança e música e possui regras estéticas definidas. Em cada localidade, entretanto, existem características específicas, criando assim uma realidade artística rica e variada. (GRAMANI e PIMENTEL e CORREA, 2006. p.21).

No debate em torno da educação popular apoiamo-nos em Freire, Brandão e Santos.

No desenvolvimento da pesquisa também foram considerados os relatos dos mestres artesãos, fandangueiros e oficinairos e de pessoas que atuaram como aprendizes nas atividades educativas.

Nos relatos foram destacadas as etapas de aprendizagem das oficinas que começam com o conhecimento da caxeta, a extração, o manejo sustentado, o preparo da madeira, a confecção das partes dos instrumentos, a montagem, afinação, dança e o fandango. Nessa etapa os participantes se envolvem como o fazer dos instrumentos tanto na prática como na escuta dos saberes dos mestres. Fazendo o instrumento e escutando as histórias sobre a cultura caiçara, os participantes vivenciaram o verdadeiro saber de experiência, pois mergulharam no cotidiano da comunidade e foram marcados pelo fazer e pelo ouvir, pelo que acontece em cada um, através da experiência que fica marcado no corpo conforme concebe Larrossa (2004).

[...] a experiência não é aquilo que acontece, o que se passa, mas o que nos passa, o que nos toca, o que nos acontece [...]. [...] se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece”. (LARROSA, 2004, p.20).

No ambiente da oficina onde acontece o encontro com os idosos, os jovens e as crianças, o trabalho artesanal de esculpir madeira, lixar e montar as partes dos instrumentos propicia à concentração, a narrativa, a memória, a contação de história, o resgate e a valorização cultural, com lembra Benjamin:

Contar histórias sempre foi à arte de contá-las de novo, e ele se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde quando ninguém mais fia ou tese enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta a história de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual (BENJAMIN: 1994: p.205).

Esta pesquisa, desenvolvida ao modo caiçara, pretende-se concluir com a realização de um baile de fandango conforme nos propusemos realizar atendendo as etapas da metodologia caiçara do mutirão.

OBJETIVOS DA PESQUISA

-Cartografar o território Caiçara da Jureia, recolhendo e revelando elementos presentes no modo de vida destas comunidades tradicionais principalmente a partir do fandango;

-Revisitar as experiências das oficinas de fandango realizadas na AJJ a partir de 2000, procurando registrar o histórico, a diversidade de saberes presentes nesta iniciativa comunitária e institucional;

-Relevar o potencial de resistência da cultura caiçara presente nestas experiências culturais e educativas em forma de educação popular.

JUSTIFICATIVA

O que justificou a realização deste trabalho, foi que a partir de 2005, após fechar a ECJ, como já disse anteriormente, continuei lecionando nas escolas públicas do município de Iguape e Ilha Comprida. Nessas unidades de ensino, quando perguntava aos alunos do ensino médio o significado da palavra Caiçara e Fandango, era comum ouvir deles que caiçara era um ser “Vagabundo” e fandango era um “Salgadinho”.

Procurando entender mais detidamente o porquê da associação do termo caiçara com a palavra vagabundo encontrei uma possível explicação no dicionário Aurélio, edição de 1970, que entre outras definições encontrava-se a palavra “vagabundo” como uma das definições do termo caiçara. Também, outra possível explicação repousa na visão depreciativa que a cultura urbana tem em relação à cultura caiçara. Quem vem da cidade julga o estilo caiçara como improdutivo e preguiçoso. Essa visão preconceituosa permanece atuante, pois com grande frequência se ouve pessoas compararem o caiçara como um sujeito preguiçoso e vagabundo.

Já a questão da associação da “cultura do fandango” ao Salgadinho “Fandangos”, da marca Elma Chips, é, em parte, compreensível por se tratar de um produto do mundo da juventude, consumidos cotidianamente por eles. No entanto, essa realidade também mostra o desconhecimento da cultura caiçara e o velamento da realidade que é imposta pela lógica neoliberal de forma errada como entende Santos “conhecer erradamente é a ignorância não assumida” (SANTOS, 2006, p.163).

O relato dessas situações de trabalho em salas de aulas me ajudou a perceber a necessidade de se desconstruir a imagem depreciativa que o senso comum faz sobre o caçara e de sua cultura, em particular o fandango.

O estudo das Oficinas de Fandango na AJJ, como educação popular pode contribuir para o reconhecimento da potencialidade da cultura caçara e instigar o interesse, o entusiasmo da juventude na busca pelo conhecimento da história do Brasil, dos bairros onde moram, dos saberes de experiências que existem nas comunidades tradicionais caçaras do município de Iguape e do Vale do Ribeira, contribuindo para o fortalecimento das comunidades caçaras que estão se desintegrando por conta da restrição ao território de origem.

Essa pesquisa procura dialogar com outras pesquisas acadêmicas cuja temática é o fandango caçara da Jureia. Entre elas destacam-se: “O Lugar do Fandango Caçara: natureza e cultura de "povos tradicionais", direitos comunais e travessia ritual no Vale do Ribeira (SP), tese de doutorado defendida em 2013, na Universidade Estadual de Campinas, pela pesquisadora Profa. Dra. Carmem Lúcia Rodrigues; “Vamos fazer um fandango: arranjos familiares e sentidos de pertencimento em um dinâmico mundo social” dissertação de mestrado defendido em 2013, na Universidade Federal do Rio de Janeiro pela socióloga Joana Correa e “Reflexões sobre a eficácia do registro do fandango caçara como forma de expressão do patrimônio cultural do Brasil”, dissertação de mestrado apresentada pela pesquisadora Daniele Maia Teixeira Coelho ao programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo em 2013.

Além dessas pesquisas acadêmicas, o projeto “Museu Vivo do Fandango” realizado pela Associação Cultural Caburé/RJ, que encabeçou junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional-IPHAN, em 2012, o processo de registro do Fandango como Patrimônio Cultural Brasileiro, também é campo de diálogo com a pesquisa.

Por fim, esta pesquisa contribui para o fortalecimento dos vínculos verdadeiros entre pesquisador-comunidade caçara além de revelar experiências tidas como ausentes tornando-as presentes e credíveis no sentido de contribuir para o fortalecimento da cultura tradicional caçara.

Essa pesquisa segue na contra mão da lógica capitalista, consumista, que dissocia o saber prático do saber intelectual aprofundando e legitimando cada vez mais a ideia de que uma classe social deve “pensar” e a outra “fazer” como observa Arantes.

Nas sociedades industriais, sobretudo nas capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são pensados e vivenciados como realidades profundamente distintas e distantes uma da outra. [...] Embora essa separação entre modalidade de trabalho tenha ocorrido num processo preciso da história e se aprofundado no capitalismo, como decorrência de sua organização interna, tudo se passa como se “fazer” fosse um ato *naturalmente* dissociado de “saber”. Essa dissociação entre “saber” e “fazer”, embora a rigor falsa, é básica para a manutenção das classes sociais, pois ela justifica que uns tenham poder sobre o labor de outros (ARANTES, 2006, p.13).

Valorizar as experiências do encontro com o outro é resistir a lógica do mundo líquido-moderno que faz do ser humano um indivíduo de “vida líquida”, sem tempo para pensar sobre si, contar histórias, tecer cestos e esteiras porque se tornou um indivíduo da “modernidade líquida”, como afirma Bauman.

A “vida líquida” e a “modernidade líquida” estão intimamente ligadas. A “vida líquida” é uma forma de vida que tende a ser levada à frente numa sociedade líquido-moderna. “Líquido-Moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para consolidar em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e da sociedade se alimenta e se revigora mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade Líquido-moderna, não podem manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo (BAUMAN, 2007, p.7)

Contra a arrogância de um pensamento hegemônico ocidental que julga a realidade a partir da monocultura do saber, a pesquisa também dialoga com concepção de contrariar os desperdícios das experiências no mundo proposta por Boaventura como um trabalho de tradução que “visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade” (SANTOS, 2006, p.129)

Tendo em vista o aspecto formativo, que se apresenta em potencial nas oficinas de fandango, a contribuição de Paulo Freire é de fundamental importância da conscientização da incompletude humana que impulsiona o indivíduo a buscar cada vez mais o melhor de si com mundo.

Enquanto embasamento metodológico, a visão de Brandão do ponto de vista da pesquisa participante perpassa todo o caminho traçado pela pesquisa que se estruturou nos passos de um mutirão de fandango caiçara.

CAPITULO I – CENÁRIOS DOS TEMPOS CAIÇARAS: DO TEMPO DOS ANTIGOS AO TEMPO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA

1.1. O Tempo dos antigos

Pela superfície oceânica, maleável, parecida a um infindável deserto, navegaram as primeiras naus comandadas por homens sedentos por “coisas” do novo mundo que resultassem em bens capitais e que pudessem enriquecer os cofres europeus. Nesse caminho, o vento que se contava como a energia propulsora das caravelas também atuou na resistência desafiadora do conhecimento da engenharia naval europeia que se testava diante das tempestades e dos lendários monstros do Atlântico.

Quando os portugueses aqui chegaram, o índio, em meio à floresta, sua Pátia Mama, ao oferecer a mulher ao estrangeiro, gesto que escandalizou o missionário, queria dizer ao branco que o aceitava em sua própria tribo (MARCÍLIO, 1986, p.19). Mas como sobreviver esse gesto de tamanho acolhimento diante de uma visão europeia que só deixava espaço para a dominação e exploração? O gesto desconcertante dos indígenas foi sufocado pela violência, invasão, imposição cultural, uso da arma de fogo, escravidão indígena e africana que ao longo do litoral deixou suas marcas nos pelourinhos, fortes, igrejas, vilas e cidades resultando numa etnia mestiça e transplantada.

Assim, surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos (RIBEIRO, 1995, p.19).

Em Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo, região do Vale do Ribeira, o Tempo dos Antigos, como é conhecido pelos caiçaras, perdurou até aproximadamente 1950, que conforme Sanches, constituiu uma “fase caracterizada pela economia de subsistência, voltada aos cultivos em pequena escala do arroz, do feijão, da mandioca, do milho, entre outros, os quais eram comercializados na base de troca em Iguape e Peruíbe, até o início do século XX” (SANCHES, 2004, p.62).

Esse tempo passado, fragmento da história do Brasil, que vive na memória dos antigos caiçaras é possível resgatar percorrendo a história da cidade de Iguape e a formação das comunidades tradicionais da Jureia.

A cidade de Iguape, fundada em 1538, viveu dois grandes importantes ciclos econômicos. O primeiro deles foi o ciclo do ouro que compreende um período que vai do ano

de 1630 a 1760, conhecida como a opulência de uma era (FORTES, 2000, p. 53) e o segundo foi o ciclo do arroz que perdurou até o século XIX.

Foi a partir de Iguape que os colonizadores seguiram pelo Rio Ribeira praticando a mineração do ouro de aluvião, ouro de lavagem, formando pequenos povoados no Vale do Ribeira em função da extração do ouro (RODRIGUES, 2013, p.22) e enfrentando índios até chegarem à região de minas gerais. Seguindo esse raciocínio, o historiador iguapense registrou em seu livro *“Iguape... Nossa História”* a seguinte constatação:

A história da mineração do ouro no Brasil deve ser escrita a partir de Iguape. Apesar da inexistência de documentação histórica conclusiva a respeito, as evidências levam a crer que foi na Vila de Nossa Senhora das Neves [nome antigo de Iguape] que se descobriram os primeiros veios auríferos de que se tem notícias em nosso país. Muitas décadas antes de as vilas das Gerais conhecerem o esplendor aurífero, já o Vale do Ribeira vivia o fausto e a ilusão provocados pelo cobiçado metal (FORTES, 2000, p. 53).

O encontro das minas gerais colocou em decadência a cidade, uma vez que grande parte dos mineiros mudou para o interior da colônia. Nesse período, a população que permaneceu no litoral, ou seja, no local onde é hoje o município de Iguape, dispersou-se pela praia, beira de rios, encostas de morros e outros espaços geográficos onde passaram a praticar a agricultura de subsistência.

Em meados do século XIX, surge um novo ciclo econômico na região. Dessa vez foi à rizicultura que eleva Iguape a capital do arroz fazendo reviver nova era de apogeu.

Sobre esse período, Fortes também registrou sua observação:

Depois do ouro de lavagem, [ouro de aluvião] Iguape conhecia sua mais importante fase econômica: o ciclo do arroz. Nesse período, pequena Vila projetou-se como a Capital do Sul da Província de São Paulo, tornando-se uma das localidades mais influentes do Império. Estabeleceram-se no município dezenas de fazendas de arroz, todas com engenhos à roda de água, trabalhados por numerosos escravos, sob o olhar severo do senhor do arroz (FORTES, 2000, p.79).

Dessa época, resultam os casarios, o Santuário do Bom Jesus, no centro histórico da cidade, e tantas ruínas de engenhos de arroz espalhadas pelos sítios do município.

Com a mudança na política de estado, que levou os empresários para outras regiões, e também com a abertura do “Valo Grande”³⁷, a produção do arroz decaiu colocando Iguape em permanente estagnação econômica.

³⁷ O Valo Grande foi um canal artificial aberto pelos escravos no século XIX para ligar o porto fluvial, localizado no Rio Ribeira de Iguape, ao porto marítimo situado no Mar Pequeno. O canal inicialmente media 1.500m X 4,5m e tinha por objetivo facilitar o transporte do arroz por água de um porto ao outro dispensando, em parte, a tração animal. A correnteza da água do Rio Ribeira, em direção ao Mar Pequeno, foi solapando as

A população que vivia atrelada aos senhores de engenho se dispersou pelo litoral indo morar nas encostas de morros, nas beiras de rios onde havia terra fértil para o plantio das roças de mandioca, arroz e outros produtos da terra.

O isolamento dessas populações no meio da Mata Atlântica onde passaram a viver em harmonia com a natureza fez com que surgissem as comunidades caiçaras que “resultam do processo de desintegração dos ciclos econômicos, principalmente do ouro e do arroz, que obrigaram esses grupos sociais a buscarem sobrevivência próxima ao litoral onde estabeleceram uma relação harmoniosa com a natureza”. (DIEGUES, 2003, p.3).

O convívio harmonioso com a natureza permitiu que o caiçara desenvolvesse um saber próprio sobre o mar, os ventos, os rios, as ervas medicinais, a construção da canoa de um tronco só, as casas de sapé, artefatos de fabricação da farinha artesanal, a coivara (roça) que é um sistema do uso da terra utilizado pelos indígenas por séculos.

Conforme Diegues (2007), “Os caiçaras, vivendo no interstício da Mata Atlântica e do mar, estuários, mangues, restingas e lagunas, usando seus recursos naturais para a reprodução de seu modo de vida, construíram um território rico em diversidade biológica e cultural” (DIEGUES, 2007, p.17).

O tempo dos antigos, nas comunidades caiçaras da Jureia, vem desde o descobrimento do Brasil quando o aprendizado se dava no cotidiano das primeiras comunidades litorâneas e mais tarde também se integrou nos trabalhos práticos dos mutirões caiçaras.

Por estarem isoladas, as comunidades caiçaras não dispunham de nenhuma escola formal e quem se interessava pelo aprendizado das contas, das letras e da leitura procurava, por si próprio, alguém que voluntariamente ensinasse o princípio da alfabetização. Nesse caso, procurava-se alguém que soubesse um pouco de leitura e escrita e esse “professor” escrevia numa tábua o ABCDÁRIO riscado com carvão, pois esse ensino geralmente acontecia ao pé do fogão à lenha, e o “aluno” precisava decorar as letras do “a” ao “z” e vice-versa.

Depois dessa atividade decorativa, passava-se para a formação de sílabas até chegar ao conhecimento das palavras que normalmente acontecia por conta própria do

margens do canal até alcançar a largura de 400 m pondo em risco a cidade e causando a diminuição na produção do arroz que conseqüentemente a estagnação econômica da cidade.

“aluno” utilizando normalmente em revistas espíritas que eram distribuídas pelas comunidades.

O estudo no tempo dos antigos não era importante, pois se valorizava mais o aprendizado prático que o intelectual. O rapaz, por exemplo, precisava saber trabalhar de foice e machado para conseguir fazer roças e conseqüentemente poder sustentara a família.

Assim, o cotidiano do caiçara não incluía estudo intelectual, mas exigia um ritmo prático bem diversificado. Pela manhã, por exemplo, o caiçara armava a rede de “espera” ou de “estaca” e levava os peixes (tainha, robalo, pescada, etc) no cesto de Timbopeva para casa onde “consertava” e parte deles defumava em cima o fogão a lenha preparando para comer assado com farinha e café se fortalecendo para ir à roça de mandioca carpir as ervas daninha e lenhar para alimentar o fogo diário.

Durante o sol a pino, permanecia em casa confeccionando o tipiti, balaio, cesto, peneira, pilão, remo, viola branca, rabeca e também tecia rede a sombra do abricó.

No cair da tarde, retornava à praia para fazer visita às redes de espera, visitava também os cóvos no rio e a noite costumava passar tresmalhos na costa onde pescava a tainha e o parati.

Na fase de lua nova, quando a maré estava baixa, levantava de madrugada e acompanhado da família subia o rochedo da Jureia indo passar o dia acampado em lajedos de pedras onde encontrava mariscos no tamanho ideal para retirar de seu habitat. Com auxílio de uma sarapua³⁸ retirava o mariscos da pedra, cozinhava numa lata de aproximadamente 18 litros e quando a concha do molusco abria levava a lata para cima do lajedo derramando sobre a superfície onde se fazia uma pilha de marisco.

A família toda se reunia em torno da pilha de marisco e começava o trabalho da retirada do molusco da concha. As mãos adquiriam um ritmo próprio daquele ofício onde os movimentos dos dedos eram precisos para separar o miolo que ia para uma vasilha e a casca para outro lado. O ritmo, que faz lembrar o filme “Tempos Modernos” de Chaplin, onde se faz uma crítica da produção em série, estava longe de ser um trabalho alienante e escravizador.

Os movimentos repetitivos das mãos em contato com os mariscos eram libertadores da mente, pois o corpo todo se integrava ao trabalho do descascar ao mesmo tempo em que aprendia com a natureza e vivia a experiência do prazer da liberdade. O vento

³⁸ Normalmente uma foice velha utilizada para extrair o marisco da pedra.

leste, o barulho das ondas do mar se harmonizavam com os olhares, os falares, os sinais. O aprendizado acontecia no aqui e agora entre adultos e crianças que compartilham as diversidades de saberes em torno do descascar o marisco.

Não havia dor no trabalho e nem fadiga, mas um prazer de trabalhar juntos. Não havia também ansiedade e pressa para acabar, pois tempo e o espaço estavam destinados à vida e o aprendizado era intrínseco a cultura, pois “aprender significa tornar-se, sobre o organismo, uma pessoa, ou seja, realizar em cada experiência humana individual a passagem da natureza à cultura” (BRANDÃO, 2012, p.23).

Quando o sol vai avançando e a sombra começa a chegar ao lajedo, sinalizando o início da tarde, é chegada a hora de voltar para casa. Então, o caiçara arruma as coisas e coloca a lata de marisco descascado na costa e ruma de volta para casa com a família.

Após caminhar pela trilha e pela praia que leva e trás do costão da Jureia, o caiçara continua a trabalhar em casa. Novamente a família se senta em torno da vasilha de marisco, ou seja, do miolo do molusco, e começa o trabalho de enfiar o marisco na corda. A corda onde o marisco descascado será enfiado, ou seja, espetado, é um espeto fino de taquara de 40 cm de comprimento que ele torce ao meio dividindo em 20 cm de cada lado.

De posse da corda do marisco, como é conhecido na comunidade da Jureia, ele vai espetando o miolo do marisco até completar os dois lados e depois é estendido em cima do fogão à lenha onde permanece defumando por alguns dias até ficar pronto para o próprio consumo ou para o comércio na cidade.

Outra atividade típica das comunidades caiçaras da Jureia é o mutirão de fandango que ainda acontece em algumas comunidades como a Vila do Prelado e a comunidade do Grajaúna. Introduzido no Brasil colonial, provavelmente pelas elites espanholas, o fandango foi sendo lentamente incorporado pelas culturas populares a partir do século XVIII (GRAMANI, CORRÊA, PIMENTEL, 2008) e se associou ao mutirão que para Branco,

[...] é uma forma comum de trabalho coletivo em todas as áreas onde ocorre agricultura de subsistência. Ora na terra de um, ora na terra de outro, todos ajudando dispensavam maquinário-que não teriam mesmo que quisessem – e não perdiam o tempo bom para que a colheita fosse produtiva. (BRANCO, 2005, p.55).

Ao se falar em mutirão de fandango não se pode esquecer a farinha da mandioca que é o alimento básico da cultura caiçara bem como o beiju, a coruja, o pirão e outras tantas comidas típicas que compõe a rica e farta culinária caiçara.

No tempo dos antigos, quando um caiçara decidia fazer uma roça de mandioca ou realizar outras atividades que necessitasse de ajuda coletiva, ele podia contar com a comunidade através do mutirão, pois esse modo de trabalho fazia parte do cotidiano das pessoas e da tradição do lugar. Lembro-me de uma declaração do senhor Adriano na comunidade da Vila do Prelado, em 2004, quando ele me disse o seguinte:

[...] no nosso tempo não criava mato nesse caminho. A gente se juntava, uma meia dúzia de rapaziada ai e cada um dava uma foiçada nesse mato. Naquele tempo não criava mato no caminho do Prelado. Hoje não tem mais mutirão. Depois que entrou essa tal de prefeitura ninguém mais se ajunta pra trabalhar. Tudo mundo quer que a prefeitura faça [...] (Adriano do Prado, 68, morador da Vila do Prelado, 2004, minha anotação de campo).

Essa fala, que por um lado mostra a inversão de valores, também demonstra o quanto o mutirão era presente no Tempo dos Antigos.

Nesse contexto, no caso de uma caiçara decidir fazer uma roça de mandioca, ele podia escolher um local apropriado e começava seu trabalho de roçada. Em alguns casos era feito um pequeno mutirão, com poucos convidados, para derrubar a mata e na época do plantio fazia-se um mutirão maior incluindo o fandango, daí o nome de mutirão de fandango.

Após a derrubada das árvores vinha o período da secagem. Passado um tempo, colocava-se fogo o suficiente para queimar as folhas e limpar o terreno. Em seguida fazia-se a coivara que é a acomodação das madeiras na beira da roça deixando o terreno limpo para receber o plantio.

O mutirão começava com os cavadores. Eles iam para uma das extremidades da roça e de lá seguiam cavando em fileira até o meio do terreno. Logo atrás vinham as espalhadeiras das manivas da rama e em seguida as plantadeiras que as enfiçam nas covas. Na beira da roça os picadores da rama ajudavam as crianças a encher o balaio de rama facilitando o trabalho das espalhadeiras.

O bule de café vinha acompanhando a moqueca de marisco, beiju, bolo de roda e farinha. Enquanto se alimentavam, as pessoas contavam histórias passadas e se alegravam confraternizando a vida e fortalecendo os vínculos familiares.

Ao anoitecer, após a finalização do mutirão, chega o momento do “fandango que é um baile realizado em diversas ocasiões, às vezes, ligado ao calendário católico, às vezes, ligado as comemoração esporádicas como mutirões, aniversários ou casamento” (MEIRA, 1997, p.86).

Para animar o baile, os fandagueiros munidos dos instrumentos musicais (viola branca, rabeca, pandeiro, etc.) tocavam as modas cujas letras, compostas por eles mesmos, falavam do cotidiano da cultura caiçara de uma forma poética e sentimental.

O ambiente comunitário promovido pelo fandango de mutirão pode-se dizer que além de fortalecer o sentimento de pertencimento a comunidade também formava uma autêntica escola popular onde os saberes da experiência eram compartilhados entre crianças, jovens, adultos idosos e de quem chegasse de outra comunidade.

As crianças e os jovens aprendiam com os adultos os afazeres da vida, pois com eles conheciam os saberes da mata, da pescaria, da culinária, das lendas e de outras tantas sabedorias que se partilhavam no ambiente comunitário.

Assim acontecia o processo de ensino aprendizagem da cultura caiçara como salienta Brandão:

A criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa. (...) com os velhos em volta de fogueira. (...) O saber da comunidade, aquilo que todos conhecem de algum modo; o saber próprio dos homens e das mulheres, de crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos; o saber de guerreiros e esposas; o saber que faz o artesanato. (...) Os que sabem: fazem, ensinam, vigiam, incentivam, demonstram, corrigem, punem e premiam. Os que não sabem espiam, na vida que há no cotidiano, o saber que ali existe, vêm fazer e imitam, são instruídos com o exemplo, incentivados, treinados, corrigidos, punidos, premiados e, enfim, aos poucos aceitos entre os que sabem fazer e ensinar, com o próprio exercício vivo de fazer. (BRANDÃO, 2007, p.22).

Ao raiar do dia dava-se por encerrado o fandango. Vinham os agradecimentos ao dono da casa e, às vezes, alguém fazia um convite de mutirão de fandango para outra comunidade.

Transcorrido um ano do plantio, as folhas da rama amarelavam e caíam sinalizando o amadurecimento da roça da mandioca. A família acompanhava com muita alegria a chegada da colheita porque se esperava a farinha da mandioca para fazer pirão de peixe, beiju de goma, coruja, paçoca de carne seca, pixé e pichorroto ou a chiputa.

No tempo certo da colheita o chefe da família ia à roça e arrancava as mandiocas, ou seja, fazia a colheita e trazia para o tráfico da farinha onde amontoava as mandiocas. Depois chamava a família que em volta do amontoado se sentavam para raspar as raízes. De posse de conchas da praia e de facas bem amoladas, uns iam cortando as pontas das

mandiocas para retirar as partes duras e outros iam raspando e colocando em caixas plásticas ou balaio de Timbopeva³⁹.

Parecido ao trabalho de descascar marisco da pedra, a família caiçara também desenvolvia educação popular fazendo farinha. Sentados em torno do “monte de mandioca” eles trabalhavam para manter a vida ao mesmo tempo em que praticavam o ensino aprendizagem contando histórias e ensinando como se fazia a farinha da mandioca. Essa educação popular caiçara era normalmente realizada na “casa de farinha”, “tráfico” ou “aviamento”, que conforme Diegues (2007) é o nome dado ao lugar onde ficam os equipamentos de produção da farinha (DIEGUES, 2007, p.18).

O sentar em roda, o partilhar dos alimentos em família, o ensinar a raspar a mandioca, a contação de histórias, os olhares de aceitação dos adultos para com as crianças, o sorriso comum, a alegria coletiva constrói o “repertório dos momentos que garantem o surgimento de sentimentos do “eu” e de “nós”, o que possibilita um relacionamento entre iguais tão estáveis e profundo que possa ser, por isso mesmo, a condição de um modo de diferente de ensinar-e-aprender” (BRANDÃO, 2012, p.20).

Do balaio de Timbopeva, as raízes de mandioca raspadas são lavadas e seguem para o ralador. Normalmente os homens se encarregam de girar a roda de ralar e as mulheres se ocupam de cevar, ou seja, colocar as mandiocas em contato com a roda de ralar.

Abaixo da roda de ralar fica o coxo, um recipiente que acolhe e armazena a massa ralada para depois ser depositada no tipiti onde é prensada e enxuta para seguir para o forno a lenha.

Depois que massa descansa na prensa, no dia seguinte começa o trabalho de “fornear” que é o processo de torrar a farinha. Nessa etapa, a massa é retirada do tipiti e é levada para o forno onde será torrada.

Aproveitando a quentura do forno, quando a farinha torrada já estava ensacada e pronta para ser levada para casa, as crianças eram chamadas para dentro do tráfico de farinha e os adultos as ensinavam a fazer “perereca” da fécula da mandioca.

O preparo da perereca se dava misturando ovo caipira, açúcar com a goma de mandioca (ou fécula) para assar no forno ainda quente. O nome “perereca” vem do som que era produzido pelo contato da mistura com o forno quente.

³⁹ A timbopeva é um cipó que cresce nos galhos das árvores e solta suas raízes até o chão. O caiçara sabe a época certa para extrair os cipós que servem para fazer balaio e o Tipiti, artefatos da cultura caiçara. Apesar de ser uma extração sustentável, atualmente essa prática foi proibida ao caiçara.

Assim se finalizava a fabricação e farinha de mandioca.

O cotidiano dos antigos caiçaras da Jureia era restrito na maior parte do tempo em seu território. Poucas coisas se buscavam fora, na cidade. A religião e os remédios, por exemplo, tinham um endereço certo: Cachoeira do Guilherme, casa de Sátiro Tavares.

Segundo Melo,

A Cachoeira do Guilherme, próxima à cachoeira do mesmo nome, fica a margem de um riacho, afluente do Rio Una, mais conhecido por Rio Comprido. Pode-se chegar ao local por trilhas na mata ou pelo rio, em uma viagem que demora de hora e meia a duas horas de barco a motor (MELO, 2000, p.5).

Sátiro Tavares, filho de Henrique Tavares, veio com seus pais da cidade de Pariquera-Açú para morar na região do Rio Comprido onde formaram uma comunidade espírita conhecida por Tavarana.

A partir da década de 1970, Sátiro passou a liderar a comunidade da Cachoeira do Guilherme, conhecida por Coração da Jureia, dando continuidade aos trabalhos do pai e curando as pessoas com remédios homeopáticos.

Sobre a ação dessa liderança carismática, do coração da Jureia, Melo (2000) registrou em sua pesquisa um depoimento do seu filho, Irácio Tavares, que transcrevo em parte aqui:

Ele fez muitas curas difíceis. Eu assisti. Nós chegamos na Barra do Ribeira e um homem soube que passávamos por lá e já foi atrás. Um senhor que chamava-se José Fabiano: “seu Sátiro, daria pro senhor ir pousar na minha casa, que eu tô com um filho lá que tá esperando a hora de desencarnar.” Meu pai falou: “vou, sim”. Porque ele era muito prestativo. Não media distância nem dificuldade, o que ele queria era ajudar. Muito bem, chegando lá na casa, realmente, tava moribundo o rapazinho. Fazia oito noites que não dormiam, guardando ele. Eles chamam de guardar. Ali, em observação. Meu pai olhou, o rapazinho tava sem os brilhos dos olhos e os dentes cerrados, que eles chamam, né? Ele olhou e falou: “José, podem ir dormir sossegados. Quando eu sair amanhã, ele vai ficar sentado, tomando chá com biscoito”. Eu olhei, nem acreditei no que ouvi. Ai, ele mandou a gente na vizinhança arrumar homeopatia, quatro homeopatias, quatro tipos diferentes. Quando foi 11 horas da noite, o moleque mexeu com um braço. Quando foi meia-noite ele chamou a mãe: “Mãe!” Ah, foi o maior espanto pra ela. Pulou de lá e veio correndo, aquela alegria: “Seu Sátiro foi o menino que falou? Foi o meu filho eu falou?” “Foi” Ele olhou pra ela, tal. Quando foi sete horas da manhã ele sentou-se na cama. Meu pai mandou a gente comprar biscoito na venda, o menino ficou tomando chá com biscoito e nós viemos embora. Vinte dias depois ele estava curado [...] (Irácio Tavares. *In*: Melo. A floresta, a Mesa e as Leis, 2000, p.29).

O isolamento das comunidades caiçaras da Jureia, ao longo do tempo, foi se encarregando de criar as condições para que a vida existisse e se transmitisse para as gerações futuras.

A experiência como da Cachoeira do Guilherme, o mutirão de fandango, o fazer marisco de corda, a fabricação da farinha e outros tantos afazeres caiçaras mostram que o modo de vida dessa população é sustentável e segue um ritmo que concilia o uso dos recursos naturais e a preservação da natureza, pois a vida na floresta não é regida pela lógica racional capitalista e sim pela harmonia homem-natureza.

1.2. O Tempo da Especulação Imobiliária e o Tempo da Nuclebrás

Da imensidão oceânica, chega à forma de rajadas intermitentes e vai enrugando a superfície do mar e soprando forte contra os paredões rochosos. Espalha-se rapidamente pelas pontas e fendas das pedras chegando até os mariscos, os guaiás, as ostras e tantos outros moluscos e crustáceos que residem agarrados nas diversas encostas marinhas.

Segue adentrando as tocas escuras e úmidas onde habitam os pequeninos seres da escuridão e desliza sobre as copas das árvores que crescem na descavada e íngreme escarpa do costão da Jureia cujos galhos já estão moldados em direção ao cume devido à rotineira pressão que exerce sobre eles e continua em direção à praia levando consigo o salitre responsável pela corrosão das enxadas, machados, facas e outros objetos de metais.

Sopra contra o barranco cavoucando-o e retirando as areias secas que se espalham pela praia seguindo em direção à vila do Prelado. Causa o repicamento nas ondas tornando o mar sem condição de pescaria e afugenta os peixes para longe da costa. Carrega as espumas do mar para junto dos galhos secos das árvores encostadas ao barranco da praia. Sacode as cauneiras situadas a beira da praia onde a vegetação de restinga predomina. Balança as folhas dos caitéis, dos caraguatás e de diversas outras vegetações menores e rasteiras que compõe a biodiversidade da Mata Atlântica.

Emboca pelo túnel formado pelos galhos das cauneiras que se entrelaçam no alto da copa. Vai chacoalhando-as e levando suas folhas ao chão. O caminho fica sombreado e repleto de folhas. Segue seu caminho até chegar ao clarão do terreiro.

Lá, assopra as folhas secas caída sobre a areia branca e solta. Sacode os galhos das goiabeiras até que as frutas caiam no chão. Movimenta as gangorras feitas de cordas de barbatana amarradas nos galhos de uvaia. Retorce as varas de bambu causando ruídos característicos da tormenta.

Penetra pelas frestas dos bambus que compõe a parede da cozinha e alcança a chama de fogo no fogão a lenha.

Abaixo das passanguvas, madeiras por onde deslizam as janelas, duas pequenas prateleiras equidistantes sustentam as lamparinas a querosene que a noite clareia o pequeno espaço. No esteio central, próximo à porta da sala, repousa uma Viola Branca Iguapeana. Do lado direito esta dependurada uma rabeca e do lado esquerdo da viola descansa um cavaquinho. Abaixo, um pandeiro faz companhia a uma timba e em cima dela um triângulo de metal e um pandeiro.

João Zito, caiçara simples que viveu na Jureia até os anos 80, encontra-se conversando com sua família e alguns vizinhos postos ao pé do fogão a lenha. A frente deles está uma cuia de farinha branca, peixe assado na brasa, um bule de café e um pequeno pilão com paçoca de carne seca.

Enquanto a prosa segue animada, as batidas de palmas na porta da sala suspeita a chegada de gente estranha. A prosa interrompe-se. João Zito sai no quintal e dá de cara com o Zuza. O jagunço salta do cavalo, retira um papel da pasta que traz no tiracolo e entrega na mão de João Zito e depois retorna ao cavalo e segue em direção à praia.

Pela fresta da janela, a família acompanha em pânico a cena no quintal. De volta à cozinha, com a folha de papel em mãos começam as interrogações. O que queria o Zuza? Seria uma intimação?

João Zito pede para que seu vizinho leve o papel ao inspetor de quartelão ler. Mais tarde a notícia é recebida com muita tristeza, pois informação que vem do papel é de que João Zito deveria se retirar de sua casa com sua família no prazo de 48 horas a pedido dos especuladores haviam grilado sua terra.

A partir da década de 1970, período que se intensificou a grilagem de terra na Jureia, foi uma “fase intensa especulação imobiliária motivada pelo turismo em todo o litoral paulista e as terras da Jureia-Itatins não fugiu à regra” (SANCHES, 2004, p.79).

De acordo com Diegues,

A desapropriação das terras caiçaras e de outros grupos tradicionais pelos especuladores foi, muitas vezes, realizada de forma violenta, através de jagunços que ameaçavam e expulsavam os moradores, mas, na maioria das vezes estes foram ludibriados, com o uso de artifícios legais. . Em certos casos, o caiçara, depois de vender sua propriedade acabava trabalhando como caseiro do novo proprietário de fora que construía sua casa na praia. Em muitos casos, os moradores caiçaras, depois de venderem suas praias para veranistas, foram obrigados a construir suas casas nas encostas das serras, em lugares sujeitos a perigo de desabamentos onde tampouco sua presença é legalmente autorizada. Depois de serem considerados “posseiros” em suas próprias terras, são considerados agora moradores ilegais nas encostas das serras, em áreas de restinga e mangue, consideradas áreas de proteção permanente (APPs), (DIEGUES, 2007, p.27).

No tempo dos Antigos, assim como João Zito, muitos caiçaras foram silenciados⁴⁰ perdendo suas casas, terras e a dignidade, pois tiveram que migrar para outras localidades onde foram morar em periferias carregando para sempre o sentimento de impotência e a perda da identidade cultural.

Em meio ao Tempo da Especulação Imobiliária, entrou em cena o Tempo da Nuclebrás que, de certa forma, inibiu a especulação e a grilagem de terras caiçaras, mas também trouxe medo para as comunidades e deu início a restrição ambiental e a implantação da primeira Estação Ecológica no Grajaúna, território caiçara da Jureia.

O Tempo da Nuclebrás teve início no ano de 1980 quando o Governo Federal declarou nas comunidades do Grajaúna, Cachoeira do Guilherme e Parnapuã uma grande área de utilidade pública com a finalidade de instalar as usinas nucleares Iguape 4 e 5 pela NUCLEBRÁS- Empresa Nuclear Brasileira- em cumprimento ao decreto federal n. 84.973 de 29/7/1980 (SANCHES, 2004, p.79).

O projeto das usinas nucleares do Governo Federal, de certa forma, barrou a expansão da especulação imobiliária na Jureia paralisando o projeto da construtora “Gomes de Almeida Fernandes” que pretendia construir um condomínio para 70.000 turistas contemplando um hotel com mirante na ponta do Maciço da Jureia que seria alcançado por um teleférico semelhante ao do Corcovado/RJ (QUEIROZ, 1992, p.74).

O decreto federal, em cenário de regime militar, criou a primeira Estação Ecológica da Jureia numa área de 23.600 hectares restringindo grande parte das atividades de subsistência caiçaras sendo permitida apenas a derrubada de capoeiras “fina”, o corte de palmito e caxeta pelas empresas.

Com a criação da Estação Ecológica Federal, criou-se uma “hierarquia político-econômica” entre aqueles contratados como fiscais, “servente de campo”, pela NUCLEBRÁS para fiscalizar as áreas e abrir trilhas causando conflitos na comunidade (SANCHES, 2004, p.80).

Embora a primeira Estação Ecológica não tenha afetado tanto a vida dos caiçaras geograficamente, pois abrangia uma área montanhosa e ainda permitia algumas atividades, a NUCLEBRÁS mesmo assim representou um tempo de medo, incertezas e deslocamento das comunidades para as periferias das cidades.

⁴⁰ Os grileiros silenciavam os caiçaras através de jagunços, como foi caso do Zuza que vivei na praia da Jureia, de contratação de advogados e de polícia florestal.

A rejeição ao projeto nuclear foi estendida a toda população paulista e nacional através de importantes empresários da cidade de São Paulo que atuaram na campanha contra a presença da NUCLEBRÁS na Jureia tendo com meios de comunicações a Folha de São Paulo e o Estadão.

A pressão dos empresários autodenominados ambientalistas se espalhou tanto na mídia que a o Governo Federal foi obrigado desfazer o acordo entre Brasil e Alemanha que visava implantação das usinas nucleares Iguape 4 e 5.

1.3. Tempo da Estação Ecológica

O tempo da Estação Ecológica começa em 1986, ano que a NUCLEBRÁS desistiu da construção da usina nuclear após o “Governo Montoro assumir o compromisso publico de não aceitar a construção de usinas nucleares em seu estado” (QUEIROZ, 1992, p.81).

Recuperando o tempo dos antigos, vale lembrar que o conceito de propriedade particular de terra inexistia no universo da cultura caiçara, tal como definido na sociedade capitalista (SANCHES, 2004, p.95), pois para o caiçara servia para uso comum onde se praticava a agricultura de subsistência.

Na década de 1970, o professor ambientalista e escritor, Ernesto Zwarg, costumava visitar a Jureia e, encantado com a beleza cênica da Mata Atlântica, encaminhou pedido ao Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo-CONDEPHAT para que fosse tombado o maciço da Juréia, fato que ocorreu em 1977.

Em 1978, Zwarg com apoio do jornal o “Estadão” sobrevoou a região da Jureia ao lado do Secretário do Meio Ambiente Federal, Paulo Nogueira Neto, que simpatizado pelo local, procurou em Iguape o proprietário de uma parte da área, Carlos Telles Correia, de quem conseguiu, em comodato, uma parcela da propriedade em torno de 2.000 hectares englobando o Maciço da Jureia e a foz do Rio Verde, onde foram construídas duas casas para pesquisadores da USP.

Com o comodato assinado, o movimento ambientalista na Jureia adquiriu força uma vez que tinha o apoio da Secretaria do Meio Ambiente Federal, na pessoa do professor Paulo Nogueira, e com toda a força do “marketing ecológico” propagada pelos empresários da fundação SOS Mata Atlântica, que culminou na restritiva implantação da Estação Ecológica Jureia-Itatins/EEJI em 1987 através da lei n.5.649 (MAHFOUD, 1996, p.01).

O projeto da EEJI foi amplamente divulgado pelas “ONGs marqueteiras”, que a partir de 1982, quando o governo Montoro assume o poder, empresários paulistas propagaram um ambientalismo ideológico embasado no “Marketing”, no “profissionalismo” e no “pragmatismo” (QUEIROZ, 1992, p.90).

De início, a retórica do movimento ambientalista de que a implantação da EEJI era um meio eficaz para coibir a construção da usina nuclear, convenceu as comunidades caiçaras a apoiar o projeto tendo em vista que era garantido a permanência e a segurança das comunidades caiçaras no território de origem. No entanto, tão logo o decreto foi assinado pelo governador, às restrições ambientais começaram a afetar o modo de vida da população da Jureia, conforme a entrevista de um ex-morador.

No início, ninguém sabia o que era uma estação ecológica, depois que ela foi toda implantada, toda criada, aí que veio: olha só, você não pode fazer isso e isso [...] (Nélio Gomes, entrevista no Grajaúna em 2012 agora. In: Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. p.4).

Os caiçaras começaram a ser proibidos de exercerem suas atividades cotidianas como roçar, pescar, reformar suas casas. Essas proibições eram exercidas pela polícia ambiental, que na época era conhecida por florestal, e pelos próprios parentes, aqueles que foram capturados pelo governo para serem fiscais da EEJI.

Segundo Sanches (2004), a criação da EEJI no início “representou, de antemão, um êxito no tocante a garantia de uma parcela representativa da Floresta Atlântica, porém se tornou um peso as famílias caiçaras que passaram a estar compreendidas no seu interior” (SANCHES, 2004, p.81).

A forma autoritária pela qual foi implantada a EEJI, sem esclarecimento e coercivo, é reconhecido mais tarde pelo ambientalista e um dos idealizadores da EEJI, Paulo Nogueira Neto, no final da década de 1980, quando admite que a administração da Estação Ecológica era difícil por abrigar uma população caiçaras relativamente grande quando afirma: “A Estação Ecológica Juréia-Itatins é considerada uma área de administração difícil, pela sua diversidade de características e também pela sua ocupação humana relativamente grande, que seria na ordem de 320 famílias (...)” (MARQUES, 2004, p.15).

As mais de 320 famílias que habitavam o território caiçara, transformada em unidade de conservação integral, sem presença humana, foram obrigadas a deixar suas casas para irem disputar os reduzidos espaços nas periferias das cidades de Iguape, Pedro de

Toledo, Itariri, Miracatu e Peruíbe onde acabaram perdendo sua identidade e os valores, como por exemplo, o costume de dançar o fandango.

Segundo Silva (2012) “as unidades de conservação sobrepostas aos territórios tradicionalmente ocupados é o local onde as diferentes histórias de chocam após um logo tempo que coexistiram indiferentes uma das outras” (SILVA, 2012, p. 48).

O tolhimento do modo de vida caiçara se deve ao modelo de preservação “homem longe da natureza” adotada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo que segue a lógica neoliberal desconsiderando a vida da população nativa, sua tradição e seus conhecimentos.

De acordo com Diegues:

a política ambiental equivocada, que transforma os caiçaras em grandes devastadores da natureza, e a especulação imobiliária, com a construção de casas de veraneio, expulsando-os de suas terras são, a nosso ver, os processos sociais que mais atingem o modo de vida caiçara, uma vez que leva a perda de seu território, como local de reprodução social. Esses processos vieram acelerar, de maneira geral, o fluxo migratório para as favelas das cidades litorâneas, iniciado anteriormente. (DIEGUES, 2005, p.313)

O distanciamento do território, conforme salienta Diegues, é um dos fatores que pode silenciar os caiçaras dificultando a perpetuação dos saberes de experiência nas histórias, lendas, contos e no conhecimento da flora e da fauna da Mata Atlântica.

Mas, a força do fandango resiste à lógica perversa do ambientalismo de gabinete, pois constitui um espaço de educação popular onde se promove o encontro, as festas, os rituais, os simbolismos e os mutirões que renova a vida e tradição dos antepassados.

Nos últimos 15 anos, o aumento das discussões e resistência que se manifestou dentro do “Território Caiçara”, região geográfica compreendida entre o Estado do Rio de Janeiro ao Estado do Paraná, vem dialogando coma sociedade e autoridades no sentido de adequar às políticas ambientalistas com os direitos das comunidades tradicionais caiçaras para esse modo de vida litorâneo tenha maior visibilidade e participe na história do Brasil.

Em 2000, com a criação da lei no. 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, esperava-se decisões do governo que avançasse no sentido melhores conciliações home e natureza. No entanto, o art.9º do capítulo III do SNUC aprofundou mais ainda a separação home natureza com a redação que diz: “a Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científica” (SNUC, 200, p.13).

O sonho pela conquista do território caiçara, onde o homem e a natureza vivam juntos, confraternizando-se através do fandango, continua sendo um projeto em construção.

CAPÍTULO II – A CRÍTICA À RACIONALIDADE OCIDENTAL E A ECOLOGIA DE SABERES NO MODO DE VIDA CAIÇARA

Expandir o presente e contrair o futuro (SANTOS, 2006, p.95)

No capítulo 1, apresentamos o cenário dos tempos caiçaras, uma descrição bem sucinta da formação das populações litorâneas da Jureia e suas características adquiridas no decorrer do processo histórico que a tradição a batizou de Tempo dos Antigos, Tempo da Especulação Imobiliária, Tempo da Nuclebrás e Tempo da Estação Ecológica.

Neste capítulo, apresentamos sucintamente a crítica do Sociólogo português, Boaventura de Souza Santos, ao modelo de racionalidade ocidental, sua proposta contra hegemônica concebida por ecologias de saberes e as potencialidades educativas existentes no modo de vida caiçara concebidas nesse trabalho como ecologias de saberes caiçaras presentes.

2.1. Crítica ao modelo de racionalidade ocidental segundo Santos

O renomado sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, é um pesquisador internacionalmente conhecido pelas suas críticas ao modelo de racionalidade ocidental.

No projeto denominado, “A reinvenção da emancipação social”, Santos estuda as alternativas a globalização neoliberal e ao capitalismo global partindo dos estudos e valorização das iniciativas realizadas por entidades sociais de países distantes dos centros hegemônicos da ciência social.

Englobando países como Moçambique, o país mais pobre do mundo, Brasil e outros países da América Latina, o sociólogo pesquisou as lutas, iniciativas e movimentos contra hegemônico que se apresentam como alternativas credíveis ao capitalismo global.

Nesse trabalho exaustivo, Santos percebe que há uma grande riqueza no mundo todo e que a tradição filosófica e científica não reconhece e que essa riqueza está se desperdiçando e desse desperdiço tem se nutrido as ideias de que não há mais alternativas ao modelo de globalização hegemônica da economia porque a história chegou ao fim ou algo semelhante (SANTOS, 2004, p 780).

No contexto sobre a morte da história, o professor Paulo Freire, também criticou a ideia mecanicista de história disseminada por uma educação bancária que concebe o

educando como um depósito de informações. Contrário a essa concepção, Freire, durante toda sua missão acreditou na capacidade do ser humano enquanto sujeito da história.

A proclamada morte da História que significa, em última análise, a morte da utopia e do sonho, reforça, indiscutivelmente, o mecanicismo da asfixia da liberdade. Daí que a briga pelo resgate do sentido da utopia de que a prática educativa humanizante não pode deixar de estar impregnada tenha de ser uma sua constante. Quanto mais me deixo seduzir pela aceitação da morte da História tanto mais admito que a impossibilidade do amanhã diferente implica a eternidade do hoje neoliberal que aí está, e a permanência do hoje mata em mim a possibilidade de sonhar. Desproblematizando o tempo, a chamada morte da História decreta o imobilismo que nega o ser humano (FREIRE, 1996, p.115).

No texto intitulado “uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, Santos afirma que:

[...] para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhe dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mas do que isso, é necessário propor um modelo de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito (SANTOS, 2006, p.94).

Ao criticar o modelo de racionalidade ocidental, defendida pelo autor como razão indolente, Santos parte das seguintes constatações aqui resumidas:

- A compreensão do mundo excede a compreensão ocidental de mundo e tem que ver com o tempo e a temporalidade;
- A contração do presente e expansão do futuro (característica fundamental da concepção ocidental de racionalidade) é um desperdício das experiências pulsantes;
- Transformação do presente em instante fugidio entrincheirado entre o passado e o futuro tratando o presente como desimportante e desnecessário (concepção linear de tempo e planificação da história).

Como trajetória inversa da racionalidade indolente, que contrai o presente e expande o futuro, Santos propõe uma racionalidade cosmopolita-não excludente - que expande o presente e contrai o futuro que em seu trabalho estão dispostos em três procedimentos meta-sociológicos. São eles:

- Sociologia das ausências;
- Sociologia das emergências;
- Trabalho de tradução.

O procedimento da sociologia das ausências é expandir o presente. Dar visibilidade as experiências de vida comunitárias que a lógica neoliberal quer desacreditar, tornar esquecidas. A sociologia das ausências quer permitir que o aqui agora seja vivido e não esperado como algo desimportante como trata a razão indolente, pois viver o presente é tornar o *carpe diem* possível e a abertura para as experiências credíveis.

A sociologia das emergências propõe a contração do futuro de modo a tornar visíveis e credíveis as inúmeras experiências educativas presentes no mundo procurando se somar as alternativas que tragam mais igualdade e justiça social.

Por último, o trabalho de tradução, longe de ser uma teoria geral, constitui “um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade” (SANTOS, 2006, p.95).

Assim, nessa pesquisa, pretendemos fazer um trabalho de tradução das oficinas de fandango caiçara, experiência de educação popular realizada pela AJJ/ Barra do Ribeira/ Iguape/SP, entre 2006 a 2012, explicitando o potencial das experiências educativas enquanto alternativas credíveis diante do mundo contemporâneo e consumista.

Para tanto, nesse capítulo que segue, apresentaremos a multiplicidade das experiências comunitárias presentes no modo de vida caiçara que entendemos constituir a ecologia de saberes presentes das comunidades tradicionais caiçaras da Jureia.

2.2. A ecologia de saberes presente no modo de vida caiçara

Do homem, o que amamos acima de tudo é o que dele se pode escrever.
(BACHELARD, 1997, p.11)

Ao longo de nossa existência inteira e em cada uma das dimensões de que ela vai se compondo, vivemos mergulhados em toda espécie de ambiente, não só humano.
(ROLNIK, 1993, p.1)

Para Santos,

A ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemonicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstracto, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de práticas de saberes (SANTOS, 2004, p.154).

Ao propor a ecologia de saberes, o sociólogo não descarta as epistemologias existentes no mundo, pois admite que “o conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação” (Santos, 2006, p.137).

No entanto, alerta para o fato que,

[...] de uma forma ou de outra, a razão última do debate tem sido sempre o facto de as formas privilegiadas do conhecimento conferirem privilégios extra-cognitivos (sociais, políticos, culturais) a quem as detém, tendo em vista que o conhecimento, em suas múltiplas formas, não está equitativamente distribuídos na sociedade e tende a estar tanto menos quanto maior é o seu privilegio epistemológico (Santos, 2006, p.137).

Concebida pela ciência moderna e pela racionalidade ocidental, Santos afirma que a monocultura do saber silencia os saberes imbricados nas diferentes linguagens - oral, narrativa, música, canto, silêncio - intrínseca na multiplicidade cultural porque padroniza, como “legítimo”, o modo de vida moderno onde predomina o urbano, o industrial, o tecnológico desvalorizando e colocando a margem do desenvolvimento intelectual as culturas tidas como subalternas, como é o caso da cultura caiçara.

A cultura caiçara, como a de outros grupos que permanece à margem do desenvolvimento intelectual nacional, é referida com maior ou menor travo de subalternidade. Mesmo para o investigador despojado de qualquer tendência discriminatória torna-se difícil evitar os efeitos de um conceito que nasceu para distinguir aspectos de uma cultura nacional consideradas populares, mas simples e mais rústicos. Os seus herdeiros, frequentemente, recusam o termo “caiçara” por pejorativo. “Caipira, matuto, primitivo; bronco ou asselvajado; pessoa estúpida ou inútil; homem ordinário, malandro, e vagabundo” – é este um dos significados mais comumente encontrados para esta palavra nos dicionários brasileiros (BRANCO, 2004, p.21).

O modo vida caiçara, apesar de permanecer à margem do desenvolvimento intelectual nacional, como salienta a autora no texto acima, apresenta uma diversidade de saberes e valores que devem ser conhecidos e valorizados como, por exemplo, a cultura do fandango que é um dos valiosos patrimônios culturais do Brasil e que resguarda e mobiliza experiências comunitárias a ser conhecidas e apropriadas.

O caso da cultura caiçara, bem como de tantas outras no Brasil, são exemplos de culturas silenciadas pela lógica neoliberal, excluída do sistema que privilegia a monocultura do saber, que precisam ser vistas, creditadas e reconhecidas como espaços de experiências disponíveis na sociedade.

Como já foi dito em dicionário⁴¹, o termo caiçara, além de ser definido com tom pejorativo, sempre foi esquecido pelas políticas públicas e o diálogo com essas populações continuam sendo dificultadas.

Diante desse contexto, optamos por realizar um trabalho de tradução revelando que a cultura e os saberes caiçaras não são inferiores a outras culturas e saberes, mas na lógica ocidental capitalista, são produzidos para que se reconheçam como impotentes e inferiores. Diversas indagações nos mobilizaram para então podermos afirmar que existe uma infinidade de saberes que tecem o modo de vida caiçara e que de modo muito próprio apresentam-se como contra hegemônico ao modelo de racionalidade ocidental.

Uma possível resposta a essas indagações pode ser encontrada na visão de Brandão quando reflete sobre o aprisionamento do conhecimento em instituições de ensino que se autodenominam portadoras da razão universal. Para Brandão (2012), o conhecimento surge e circula no mundo e não é porque uma determinada instituição, ao longo da evolução humana, tenha se apropriado de uma parcela do saber e dele feito um modelo de saber válido para humanidade que isso seja, de fato, a verdade absoluta.

Ao analisamos o capítulo I desta dissertação, em que se insere os cenários caiçaras, que trata sobre o modo de vida caiçara, podemos identificar o quanto à lógica ocidental capitalista foi produzindo o sentimento de impotência nessas populações (SANTOS, 2004, p.789) e o quando as oficinas de Fandango realizada na AJJ no período de desde 2006 a 2012 apresenta-se como experiência contra hegemônica que abre caminhos para relevar as potencialidades presentes no modo de vida caiçara vencendo o silenciamento que esses saberes sofreram ao longo da história caiçara e fazendo parte das ecologias de saberes como apresenta Boaventura:

A ecologia e saberes visa uma nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento. Consiste em conceder “igualdade de oportunidades” às diferentes formas de saber envolvidas em disputas epistemológicas cada vez mais amplas, visando a maximização dos seus respectivos contributos para a construção de “um mundo possível”, ou seja, de uma sociedade mais justa e mais democrática, bem como de uma sociedade mais equilibrada em suas relações com a natureza (SANTOS, 2007, p.108).

A seguir, compartilharemos espaços e vivências onde a educação popular e as ecologias de saberes se fazem presentes.

⁴¹ A edição do dicionário Aurélio de 1970 define o termo caiçara como vagabundo.

2.2.1. O vento leste

Os primeiros raios de sol que atravessaram a fresta da parede de tabuado foram suficientes para despertar João Zito⁴² do sono amanhecido. Seus pés descalços, como de costume dos antigos, tocaram o chão de barro batido que o tempo foi ali compactando. O costume de andar descalço fez da sola de seus pés uma superfície grossa capaz de suportar a areia quente do caminho da praia, os espinhos de nhopecanga⁴³ e algumas vezes os pontiagudos dentes das atentas jararacas.

Sentado a beira da tarimba⁴⁴, João Zito afina seu ouvido com o som da maré. Mesmo longe da praia, o velho se desloca pela deixa da maré⁴⁵ imaginando-se num diálogo com o oceano. É uma comunicação interna que somente o praiano consegue desenvolver porque aprende a ouvir a voz do mar e da natureza na vivência cotidiana. É uma experiência que o tempo imprime no corpo vibrátil⁴⁶ do caiçara a capacidade de captar no ar a singularidade de cada situação que se faz presente na diversidade de experiências da sua cultura. Santos concebe essa diversidade de ecologia de saberes.

João Zito se comunica com a natureza através dos sentidos. Sua comunicação com o mar, por exemplo, se faz com o ouvido. Pela manhã, o zou das ondas toca as marcas⁴⁷ da vida que reside no interior do seu corpo vibrátil e o leva para fora de sua casa. No terreiro - quintal caiçara - ele pisa sobre a terra coberta de orvalho da madrugada e seus rastros na terra orvalhada vão lhe seguindo pelo caminho da praia. Leva em sua companhia um cesto de timbopeva dependurado nas costas enquanto ouve os cantos das arapongas e dos tucanos que amanheceram nos galhos mais alto do guanandi.

Enquanto se aproxima do barrando da praia, tem o tempo necessário para olhar a vegetação de jundu e restinga que estão ao lado do caminho. Os caraguatás, as samambaias,

⁴² João Zeferino Ribeiro, “João Zito”, como era conhecido, foi um caiçara que nasceu, viveu e morreu na Jureia. Recuperar a memória de um nativo para, a partir dele, traduzir as ecologias dos saberes caiçara que estão presente no modo de vida do praiano, constitui uma proposta de dar voz aqueles que nunca tiveram chance de falar de si e de contar sua própria história. Recuperar a memória de João Zito, caiçara nato, é também falar do saber de experiência da cultura caiçara através de quem viveu na essência. Tequinha, é o nome fictício de uma das suas esposas.

⁴³ A nhopecanga é um espinho resistente que cresce debaixo das folhas secas e pode até furar a sola dos calçados.

⁴⁴ Tarimba era o nome dado às camas humildes dos caiçaras.

⁴⁵ A “deixa da maré” é local onde o caiçara retira da praia os frutos do mar, tais como: o siri, a pegoava, o babacarê.

⁴⁶ Corpo vibrátil é termo utilizado pela pesquisadora Suely Rolnik presente no livro *Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo*, Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

⁴⁷ Termo também utilizado pela mesma autora no texto: *Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico*.

Acesso em 31/10/2014. <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>.

os caités, as flores do sumbarê e os araçás maduros estão em sintonia com o velho caiçara e a natureza.

Ao colocar a cara no barranco, quase todos os sentidos são estimulados. O mar aumenta a barulho e João Zito coloca-se a ver e ouvir o que se passa a sua volta. Bate os pés na praia para tirar a areia com orvalho que trouxera do caminho e repara o céu para saber a previsão do tempo. Não há nuvens esparsas.

A praia está completamente vazia desde a banda do Morro da Jureia até os confins da Barra do Ribeira. A maré se mantém calma e baixando aos poucos. O sol se levanta na linha do horizonte e o vento leste começa soprar suavemente enquanto ele se põe lentamente a caminho do mar.

2.2.1.1. A Rede de espia

Os pés do velho caiçara toca a água fria e a massa líquida transfere para seu corpo uma sensação de estranheza e pensamentos propiciando a criação de um mundo em seu interior (BACHELARD, 1997, p.10). O mundo que João Zito cria com a experiência de visitar a rede no mar compõe-se de pluralidades de marcas. Seu corpo é um território de passagem⁴⁸ que enquanto retira os peixes da rede dialoga com as experiências que trás na memória e do cotidiano. Uma memória que viaja no tempo trazendo recordações desde seu tempo de criança quando aprendera com seus pais a visitar rede na costa do mar.

Terminada a visitação da rede, ele retorna para a praia com o cesto de peixes nas costas e segue de volta para casa. Na fonte da casa, mina d'água ou riacho, o velho conserta e salga os peixes deixando-os prontos para o consumo.

O primeiro ofício do dia começou com resultado positivo, pois a rede de espera que passou a noite pescando lhe dera mistura suficiente para uma semana. Agora os peixes salgados seguem para ser defumados em cima do fogão à lenha enquanto alguns são separados para o café da manhã.

Sentado a mesa com Tequinha⁴⁹, sua esposa, enquanto colocava a farinha manema em uma “posta de robalo” moqueado e, se servia do café que fumegava no bule, João Zito deu pela presença de Zé Vareta⁵⁰ que se estacionou na porta da cozinha. Erguendo os

⁴⁸ Termo usado por Jorge Larrosa no texto intitulado “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”.

⁴⁹ Tequinha foi uma das esposas de João Zito que com ele compartilhou o modo de vida caiçara.

⁵⁰ Zé Rodrigues, apelidado de Zé Vareta, por ser alto, foi um caiçara contemporâneo de João Zito. Também nunca saiu da Jureia e sempre viveu da agricultura de subsistência e da pesca. Era um dos vizinhos de João Zito com quem costumava compartilhar a vida.

braços para apoiar as mãos nos batentes, a visita deu bom dia e entrou na cozinha assim que o dono da casa lhe fizera o convite.

Aceitando compartilhar do café matinal, sentado a mesa, Zé Vareta conta às novidades que havia escutado sobre a Jureia. Começa falando sobre a vinda de algumas pessoas para a região conhecida por ambientalistas e que essas pessoas comentaram lá na Vila do Prelado que a Jureia iria virar uma tal de Estação Ecológica para preservar o meio ambiente. Continuando, Zé Vareta acrescentou que o boato que estava se espalhando era de que o governo iria tirar os caiçaras da terra para cuidar na natureza.

A notícia trazida por Zé Vareta colocou pulga atrás da orelha do casal. João Zito reagiu bravejando, pois, segundo ele, não bastasse à repressão que viveram das investidas dos grileiros com seus capangas para espoliar as terras caiçaras agora queriam novamente infernar a praianos. O assunto causou revolta, medo, dúvida e perguntas...

Embora a notícia não tenha sido bem vinda, a vida não deixava de continuar acontecendo e Zé Vareta aproveitou a visita para convidar o casal para um mutirão de fandango no qual iria plantar uma roça de mandioca.

Terminando o café e confirmado o compromisso do mutirão de fandango, Zé Vareta foi embora e tanto João Zito como Tequinha saíram cada qual para seus afazeres.

O dia estava embalado pelo vento leste, brisa fresca que vem do mar, deixando o céu limpo de nuvens e transmitindo para o corpo do caiçara muita energia e entusiasmo. Nessa atmosfera de sensações positivas, João Zito segue para debaixo do pé da uvaia para onde vai arrumar seus instrumentos de pesca. Estica a tarrafa no galho da árvore e vai remendando os buracos da panajem. Com auxílio do canivete e de uma agulha com fio de nylon conserta pacientemente cada rasgo que vê pela frente.

O vento leste sopra os cabelos ralos, balança os dosséis das árvores, carrega as folhas secas do chão, alegre os cantos dos pássaros e penetra os poros do caiçara chegando até as crateras do seu inconsciente. De lá emergem as lembranças que povoam seu mundo. Lembranças da roça, da pescaria, dos mutirões... As lembranças são entoadas pelos assovios que emprestam do fandango a sua inseparável melodia.

2.2.1.2. O Tresmalho

Seguindo o ofício da pesca, o velho caiçara passa para o entralhe da rede “tresmalhos”. Ele estica paralelamente dois cabos, cordas grossas, entre duas árvores de modo

que em uma delas ele embute os chumbos e na outra as boias e quando as cordas estão bem tensionadas ele vai entralhando⁵¹ a panajem da rede nas cordas.

O entralhe da rede se dá de forma lenta e flui da seguinte maneira: Amarra-se o fio da agulha do pescador numa das extremidades da corda e vai tecendo a panajem da rede no cabo. A cada duas ou três malhas da rede tem-se uma arcala que é normalmente medido com um pequeno pedaço de madeira que é usado para distribuir a rede uniformemente ao longo da corda.

Quando a tarde vai caindo à prestação, os raios do sol poente penetravam pelos vão das árvores tornando um efêmero ambiente colorido entre as madeiras que delimitavam o terreiro. O vento leste continuava soprando e com ele vinha à brisa fria do mar.

No momento que o corpo de João Zito começava a dar sinais de recolhimento, Tequinha aparece por trás da pitangueira trazendo na costa uma carga de timbopeva⁵². Ambos se encontram e o crepúsculo da tarde os convida para se sentarem a soleira da porta da sala de onde se avista o caminho do mar. É hora da Ave-Maria e os sentidos se preparam para ouvir a oração da natureza. As corujas e urutaus entram em cena com seus cantos noturnos. Os dois caixaras se esquecem no tempo e aos poucos vão se recolhendo para a cozinha lenha. Escurece...

2.2.2. O vento nordeste: secante

Amanhece... Logo cedo João Zito levanta e vai para a cozinha preparar o café. Antes de olhar o monturo percebe que o vento leste se foi. O barulho nas árvores, a ausência dos cantos dos pássaros e a própria disposição do corpo são indicativos de mudança de tempo.

No terreiro, João Zito confirma a hipótese que tinha antes: é vento nordeste. De volta para a cozinha prepara a lenha para tear o fogo. Os pedaços de Cambuí que estavam encostados na perde são ateados enquanto Tequinha chega do galinheiro com uma cesta de ovos para preparar uma farofa de farinha manema para tomar com café.

Os dois velhos se põem a comentar sobre os próximos dias. Eles sabem que o vento nordeste, por ser conhecido por secante, estraga a pescaria, resseca os brotos do feijão, do milho, da abóbora e, ao contrário do vento leste, que geralmente demora até uma semana, o secante não passa de três dias e na sua sequência quase sempre vem o vento Noroeste.

⁵¹ Entralhar é tecer a panajem da rede, ou seja, a rede propriamente dita, em cabos grossos – cordas- para deixar em condição de pescar.

⁵² Timbopeva é um cipó que cresce nos galhos das árvores e lança suas raízes até o chão.

O conhecimento que os caiçaras têm sobre o tempo permite que se planejem os afazeres para enfrentar a fase de chuva que inevitavelmente chegará. João Zito com Tequinha são caiçaras experientes e, por isso, estão preparados para passar pelos diferentes temporais da vida.

Após o reforçado café da manhã, ambos se preparam para participar do mutirão de plantio da roça de mandioca na propriedade de Zé Vareta. O velho caiçara prepara a enxada, a lima de afiar e outros pertences enquanto Tequinha arruma a sacola com as roupas para o fandango.

2.2.2.1. O mutirão de fandango

Os dois seguem para o mutirão de fandango, atividade coletiva muito utilizada pelos caiçaras no tempo dos antigos e pouco praticada atualmente por conta do aumento das restrições ambientais dentro do território caiçara.

A casa de Zé Vareta encontra-se movimentada. Ele corre de um lado para outro acolhendo as pessoas e organizando a atividade braçal que ocorrerá na roça. Sua esposa reúne as mulheres na cozinha enquanto as crianças brincam no terreiro de esconde-esconde, balançam nas gangorras e também sobem nos galhos do cajueiro que cresceu ao lado do caminho do mar.

Os homens usando na sua grande maioria chapéu de palha se reúnem na frente da casa do dono do mutirão e após os cumprimentos colocam as enxadas encostadas na parede enquanto conversam entretidamente entre si.

O ritual do mutirão começa com caminhada para a roça. Com as enxadas nas costas eles vão contando histórias, brincando e se preparando para o trabalho. Na caminhada surge o assunto da Estação Ecológica que rende variadas opiniões. Uns acreditam que a tal preservação da natureza viria para ajudar os caiçaras, mas outros não tinham dúvida que o governo iria prejudicar o modo de vida local.

Enquanto conversam, os cavadores chegam à roça na companhia de Zé Vareta. Era um espaço de aproximadamente 250m², área suficiente para se produzir a farinha de mandioca para o sustento da família. Antes de preparar o terreno, Zé Vareta conheceu a área e também discutiu com os vizinhos a viabilidade de ali se fazer uma roça. Depois de decidido, esperou chegar à fase da lua minguante para iniciar a roçada. De posse de uma foice bem afiada começou a derrubando as árvores menores até delimitar o espaço que usaria para a

roça. Na sequência, fez uso do machado para levar abaixo as árvores maiores ao mesmo tempo em que foram picadas e descansadas o tempo necessário para secar naturalmente.

Quando ventou o noroeste, fez o aceiro, cuidado que se toma para não deixar a lavareda se alastrar pela mata, e pôs fogo nas árvores picadas queimando as folhas e os galhos menores restando os galhos maiores. Depois coivareou, ou seja, retirou os galhos maiores depositando nas beiradas da roça para usá-los como lenha. Feito todo esse trabalho até chegar à limpeza do terreno, marcou o mutirão para que os amigos viessem ajudá-lo a plantar a roça.

Agora estava ali com os amigos que diante da roça coivareada, os cavadores se posicionam lado a lado começando a cavar a partir de um canto do terreno.

Os cavadores vão abrindo as covas em ritmo rápido até o meio da roça até completar a metade. Depois passam para o outro lado e repetem a cavação até chegar à outra extremidade da roça onde conclui a cavação.

Existe vários saberes presentes no processo de mutirão. Começando pela cavação, a enxada usada para fazer as covas é diferente da que se usa para carpir. A enxada de carpir pode ter cantos, ser pequena e o cabo além e ser mais longo pode ter uma inclinação mais aguda. Já a enxada para cavar é preciso ser grande, sem cantos e com inclinação mais leve. Esses detalhes, que parecem desprezíveis, são fundamentais na hora do trabalho. No momento da cavação, por exemplo, a ausência dos cantos na enxada evita que o cavador machuque seu companheiro no caso dele acertar uma raiz e a enxada ser desviada para o lado.

Além dos saberes que se observam na cavação, também é possível verificar saberes no ato de plantar as manivas das ramas. As manivas são pedaços da rama da mandioca que são fincadas nas covas onde vão brotar e produzir, mas para isso é necessário que elas sejam fincadas de “olho para baixo”, ou seja, com a ponta que fica para a raiz e nunca o contrário, pois senão elas não brotam.

Esses e outros tantos conhecimentos são compartilhados na prática do mutirão e constituem sabedoria que o caiçara aplica no seu cotidiano.

No final da tarde a roça se encontra cultivada completamente. O retorno para a casa de Zé Vareta acontece em clima de satisfação e alegria pelo serviço realizado. Em volta da mesa o povo se concentra para compartilhar o café da tarde. Todos participam do momento comunitário e continuam no espírito de confraternização atualizando a conversa, procurando um local para tomar banho, indo jogar bola na praia, sair para pescar no rio até chegar o momento do fandango.

Participar de mutirão significa aprender a conviver com as pessoas, lidar com a timidez, viver o diferente, fazer a experiência da solidariedade, compartilhar a vida, observar e aprender com as pessoas, reinventar a vida...

2.2.2.2. As plantas medicinais

Às vezes, acontece acidente na hora da cavação, pois o ritmo acelerado dos cavadores pode fazer com que alguém acerte o pé do companheiro com a enxada causando ferimento profundo. Quando isso acontece, o grito de dor do acidentado paralisa os cavadores que imediatamente levam o acidentado para a beira da roça onde é atendido pela comunidade. Nesse instante entra em cena o conhecimento popular sobre as plantas medicinais que compõem os remédios caseiros.

Alguns dos remédios que aparecem com frequência são as folhas da arnica e do palmito Jussara que macerados produzem o líquido apropriado para ser derramados no ferimento com objetivo de estancar o sangue e ajudar na cicatrização.

Os caiçaras antigos dificilmente iam à cidade em busca de remédios para as suas curas. Na própria comunidade eram preparados os medicamentos com plantas medicinais que tinham fins terapêuticos e atendiam grande parte da necessidade da população local (SIMÃO, 2003, p.59).

Segundo Magdalena,

As plantas e ervas medicinais cultivadas nos pés das casas eram as maneiras encontradas para a cura das moléstias, além da confiança nos benzedores, porém os estrangeiros não tinham os mesmos hábitos, mas caso houvesse um ferimento esse era curado com linhas e agulhas próprias, não indo ao médico para tratamento da enfermidade. (MAGDALENA, 2008, p. 35).

Os líderes religiosos, conhecidos por “curandeiros” ou “benzedores”, também detinham conhecimentos sobre as plantas medicinais que herdaram de seus antepassados e no cotidiano colocavam esses saberes a serviço da comunidade.

Com o passar do tempo, grande parte das plantas medicinais perdeu sua utilização nas comunidades caiçaras, pois a medicalização tradicional, embora insuficiente, ficou mais acessível, mas muitos remédios caseiros ainda são utilizados até hoje por mestres que resistem ao tempo moderno e continuam compartilhando seus conhecimentos medicinais na comunidade onde residem.

2.2.2.3. O fandango caiçara

O fandango caiçara é uma expressão musical-coreográfica poética e festiva, cuja área de ocorrência abrange o litoral sul do Estado de São Paulo e o litoral norte do Estado do Paraná. Essa forma de expressão possui uma estrutura bastante complexa e se define em um conjunto de práticas que perpassam o trabalho, o divertimento, a religiosidade, a música e dança, prestígios e rivalidades, saberes e fazeres. O fandango Caiçara se classifica em batido e bailado ou valsado, cujas diferenças se definem pelos instrumentos utilizados, pela estrutura musical, pelos versos e toques. O fandango Caiçara é uma forma de expressão profundamente enraizada no cotidiano das comunidades, um espaço de reiteração de sua identidade e determinante dos padrões de sociabilidade local (Disponível em: [http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folbem cultura registrada E.jsf](http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folbem%20cultura%20registrada%20E.jsf). Acesso em 23 de janeiro de 2014)

O repontar da noite mostra outra feição das pessoas. Diferente daquela que se mostrava no horário do mutirão, agora a expectativa é de festa e divertimento. As roupas novas, os cabelos peteados, os perfumes especiais estão em evidência por toda parte. Aproxima-se o momento dos corpos se juntarem, dos fluidos internos se acelerarem e da afetividade se colocar a prova.

Zé Vareta convida os tocadores para a sala e lhes dá permissão para iniciar o baile. Os primeiros acordes da viola e da rabeça convidam o povo para o meio do salão. O fandango está começado.

O fandango caiçara tem o potencial de reunir as pessoas. Elas vêm de todo canto quando sabem da notícia do baile. Embora o fandango do Tempo da Estação Ecológica não seja acompanhado do mutirão, como acontecia no Tempo dos Antigos, a mística comunitária e dançante não deixa se perder o vínculo, a memória, a tradição mesmo que as pessoas tenham se distanciado do território caiçara.

Os caiçaras que residem em outras cidades quando retornam à comunidade, onde nasceram, costumam visitar os parentes e matar a saudade dos tempos passados relembando o tempo de infância quando participavam dos mutirões de fandango porque o ritual guarda lembranças e transmite valores que se perpetua nas gerações atuais.

O Fandango avança noite adentro e chega à madrugada. Os corpos embora cansados são embalados pelo ritmo das modas, dos olhares, dos sorrisos, das bebidas, da comida, da tradição.

Quando clareia o dia, os fandanguheiros sinalizaram o fim da festa e tocaram a moda de despedida. Zé Vareta agradece a todos e cada família segue pra sua casa.

Após a despedida, João Zito e Tequinha retornam para casa e na praia eles vão catando pegoavas, mariscos-branco e babacarês e para fazer a refeição quando chegarem em casa.

De acordo com o texto descritivo do dossiê de registro do fandango Caiçara (2011),

Um dos principais ensinamentos do fandango é que nele o que prevalece é a constante construção de seus saberes e técnicas. Mais do que uma herança ou um legado a ser recebido, os saberes que envolvem o fazer fandango são parte de uma série de atributos a serem construídos no decorrer da vida de um fandangeiro (Dossiê do fandango caiçara, 2011, p. 25).

O fandango caiçara mobiliza diversos saberes na comunidade. Começando pelo fandangeiro, que normalmente é um compositor, ele compõe as letras das modas a partir da realidade que vive e observa. Ao cantar no baile provoca nas pessoas os sentimentos de pertencimento ou trás para a realidade assuntos que diz respeito ao cotidiano. Nesse sentido o fandango possibilita que os mestres expressem e desenvolvam seus talentos musicais contribuindo com a história da cultura caiçara.

Além das composições musicais, o fandango caiçara também promove o saber artesanal dos instrumentos musicais como a viola branca iguapeana e a rabeça. A construção artesanal dos instrumentos musicais é um saber herdado dos antepassados e envolve conhecimento da mata, do clima além de desenvolver várias habilidades cognitivas e possibilitar o encontro e a conversa no momento da construção dos instrumentos.

No momento no baile, a mística do fandango caiçara se expressa no som dos instrumentos. A musicalidade desperta a memória, trás alegria, disposição e faz esquecer a rotina. O fandango é um evento onde o aprendizado é constante e o mestre fandangeiro procura traduzir essa realidade das modas que compõe e toca nos bailes.

Em baixo da uvaia, ainda com a lembrança do som da viola, o casal se alimentava dos frutos do mar repondo as energias perdidas na noite do fandango enquanto o vento secante ia perdendo a força.

2.2.3. O vento noroeste

Como de costume, João Zito pulou cedo da tarimba. Naquele dia, o velho sentia um ardimento na perna exatamente no local onde fora mordido por jararaca em tempo passado. Além do desconforto do corpo recebeu na cara uma baforada de vento quente logo

que abriu a porta da cozinha o que o deixou meio aíva. A previsão veio em seguida: Vento noroeste.

O vento noroeste é um vento quente, causa mal estar no corpo do caiçara, faz as ondas do mar ficarem bem mansinhas e também afugenta os peixes da costa.

O caiçara também aprende com os ventos, pois sua vida está diretamente ligada à natureza. Em tempo de vento leste, por exemplo, ele sabe que é bom para pesca, fazer roça, passear. O vento leste trás disposição e alegria, mas o vento sul trás a chuva que normalmente dura até uma semana de umidade e confinamento dentro de casa.

Nesse período, o caiçara sabe que as atividades fora de casa é reduzida, então ele se prepara para fazer as coisas que exigem tempo e paciência, como por exemplo, cestaria e instrumentos musicais do fandango. O vento noroeste e o secante causam indisposição do corpo e anunciam a chegada do vento sul.

Logo após o café, o casal começa a se preparar para receber visita, pois era dia de ensinar a comunidade os saberes artesanais da cestaria. Assim, enquanto Tequinha preparava a timbopeva, as famílias começavam a chegar com seus filhos e todos erram acomodados debaixo do pé da uvaia.

2.2.3.1. A cestaria

O casal de mestres compartilha primeiro os ensinamentos referentes à confecção de cestos de pescaria que são bastante utilizados na comunidade, pois segundo Silva,

As utilidades dos cestos são múltiplas: no uso doméstico servem para o armazenamento de mantimentos, mas possuem também função estética (adorno). Os cestos trazem o peixe da pescaria, e nele carregam-se as tralhas nas caminhadas de uma comunidade a outra. [...] e cumpre também, entre as crianças, uma função lúdica. Observei-as brincando com cestinhas presenteados pelos avós-confecções singelas, miniaturas revestidas de profundo carinho (SILVA, 1997, p.178).

Após ensinar a confecção do cesto de pescar, João Zito parte para outro tipo de cesto conhecido por Tipiti, espécie de artefato utilizado na fabricação da farinha de mandioca. Então, o mestre começa explicando que a extração da timbopeva deve ser feita no dia da lua minguante para que a matéria-prima não adquira bicho, ou seja, apodreça rápido. Mesmo com toda explicação introdutória ele convida os participantes, adultos e acrianças, para segui-lo pela mata até encontrar uma touceira de timbopeva da qual vai puxando aqueles que forem mais retos e lisos. Continua explicando que a extração e o uso da timbopeva é uma herança

indígena e que o caiçara incorporou na seu cotidiano por ter dado continuidade a tradição dos seus ancestrais e também porque a pratica é sustentável uma vez que a regeneração do vegetal é bastante rápida.

Após retornarem da mata, tocados pelo mormaço do vento noroeste, o mestre deu sequência ao ensinamento do tipiti e à medida que ia orientando cada participante na confecção também explicava que o segredo estava no começo do artefato, pois se errasse na fase inicial o final do trançado não seria bem concluído.

Terminado a confecção dos tipitis, João Zito levou os participantes para o tráfico de farinha, casa de farinha, para mostrar o funcionamento do artefato. Lá, além de mostrar na prática seu uso, continuou explicando que o tipiti é uma espécie de cesto que se diferencia dos demais pelo fato de ter na sua lateral uma espécie de trançado que ao recebe pressão de cima para baixo não estoura os cipós mesmo fortemente tencionados.

Concluído o trabalho de compartilhamento do saber de experiência sobre as cestaria, onde cada participante tinha em mãos um tipiti, um cesto de pesca e outros artefatos, o casal se sentia satisfeito com o trabalho realizado, pois sabia que parte de seus conhecimentos culturais estavam sendo compartilhados com a nova geração de caiçaras.

Saindo todos ao terreiro, podia-se perceber que o vento noroeste parecia perder força. As nuvens começavam a escurecer sobre o oceano o que sinalizava a provável vinda do vento sul.

2.2.3.2. A comida típica

Assim é a culinária caiçara. Variada, criativa, aproveitando de tudo o que a natureza lhes dá (BRANCO, 2005, p.125).

Enquanto João Zito dava as últimas explicações sobre a cestaria, Tequinho colocou a cara pela janela e convidou a todos para merendar. O convite chegou como um acalentador do cansaço causado pelo vento noroeste que os acompanhou o dia inteiro. Mas o calor não interferiu na disposição de compartilhar e aprender em comunidade que dessa vez teria continuidade em volta da mesa.

O compartilhamento das comidas típicas em comunidade constituía uma continuidade dos saberes caiçaras que começara com a cestaria. O Poeta miracatuense, Júlio Cesar da Costa, dentre seus escritos sobre a região do Vale do Ribeira compôs um poema

intitulado “*Vâmo merendar lá em casa*”, presente no Cd Manema, que ao falar das comidas caiçaras mostra o jeito caiçara de partilhar a vida.

Vâmo merendar lá em casa/ Tem cuscuz branco de arroz/ Lá não tem esse tar sucrio/
Nem esses besteiro da moda/ Tem coruja já bem feita/ e um bom bolo de roda.
Vâmo merendá lá em casa/ Lá tem bolo de fubá/limonada e laranjada /e um bom
suco de cajú. Mas se ocê gosta das coisas/ tem café feito em garapa / E duas fôias de
beijú. / vamo merenda lá em casa/ Tem panela de cará. / Tem um tacho de inhame/
pede ao povo arvorozá/ tem paçoca no pilão / e queijadinha pra assá. Vâmo merendá
lá em casa/ Tem farofa de içá/ Tem pamonha, tem biscoito./ Tem tigela de
curá/Rapadura, inté mingá/ de receita de Iracema. Vâmo merenda lá em casa/ Cê
sabe o quê que tem?/ Tem pixé de manema! (faixa 1 do CD Manema, 2011).

Em volta da mesa, Tequinha não perdia a oportunidade de falar da tradição culinária caiçara, pois como afirma Branco: “há uma grande variedade de comidas típicas na cultura caiçara e suas receitas transmitem toda a criatividade culinária desse modo de vida (BRANCO, 2005, p.120)”. Assim, Tequinha dizia que no tempo dos antigos, o caiçara preparava o “mana-pança”, bolo de roda conhecido por pão caiçara. A preparação, segundo a velha caiçara, ela era simples, pois bastava cozinhar a mandioca, amassar bem até formar uma bola de massa, temperar com erva-doce ou melado e acrescentar uma pitada de sal, enrolar na folha de bananeira e assar no forno a lenha e mais tarde servir para tomar com café.

Enquanto preparava um prato de peixe cozido com banana, Tequinha continuava falando dos hábitos culinários e lembrava que pelo fato do caiçara passar boa parte de seu dia na roça, o “mana-pança” o sustentava até o horário do almoço, mas para aquecer até à tarde, lá mesmo, ele preparava seu alimento, bastando cortar uma Jussara, palmito da Mata Atlântica, abrir a casca, colocar arroz umedecido dentro dela, amarrar a ponta e colocar no fogo para assar e a sombra das árvores, na companhia dos cantos dos pássaros, o caiçara se fartava do arroz com sabor especial do sumo do palmito.

Quando Tequinha acabara de falar sobre o mana-pança, João Zito chegou com uma panelada de robalo em postas temperado com cebolinha, coentro, alfavaca, alho, tomate e pimentão. Sentando-se no meio deles, explicou que aquele prato devia ser cozinhado no fogão a lenha e abafando por aproximadamente quinze minutos, tempo necessário para se aprontar o conhecido “peixe ensopado” ou “abafado”.

Continuando o assunto sobre “peixe ensopado” ou “peixe abafado”, Tequinha apareceu com uma cuia de “farofa de sarnambi” que leva no seu preparo o marisco cozido e depois frito com banha, sal, pimenta, cebola, cebolinha, alho, alfafa, manjerona e hortelã-pimenta e por último a farinha de mandioca. Além das receitas citadas, Tequinha também

falou de outras receitas caiçaras que, entre elas, estão o “azul marinho”(receita com peixe defumado), “paçoca de carne seca”, “beiju de polvilho, “ Bolo de roda” beiju de arroz”, “tainha recheada” e outras.

Após as partilhas dos alimentos e das enriquecedoras trocas de experiências em torno da mesa, todos foram para debaixo do pé da uvaia descansar. A temperatura havia diminuído e a sombra da árvore era boa sugestão para descanso.

No momento em que o povo estava embalado pela conversa, João Zito aparece subitamente da roça com um feixe de cana-de-açúcar na costa e coloca no meio deles para que cada um se sirva à vontade. É a sobremesa caiçara a sombra da uvaia. Depois, ele mesmo se senta, retira da bainha seu fação afiado e começa a ensinar as crianças a descascar a cana. Quando todos estão satisfeitos com a cana *in natura*, João Zito convoca o povo para ir até a moenda e começa a preparar a garapa para se fartar da doçura da cana e também produzir a matéria-prima do açúcar mascavo.

A alimentação caiçara utiliza muitos temperos naturais retirados do próprio terreiro, quintal caiçara, dispensando o uso de conservantes. Os alimentos, como por exemplo, o peixe é fresco e defumado seguindo o modo tradicional do caiçara.

2.2.4. O vento sul

O vento sul, vento de chuva, começava a soprar na caída da noite indicando a mudança de tempo a caminho e mais tarde a inevitável chuva fina.

A mudança do tempo mexe com o mar e também com os peixes, pois eles se distanciam da costa dificultando sua captura. Percebendo essa mudança, que o caiçara chama de rebojo, João Zito prepara o “tresmalho” para passar na costa do mar. Pendura o cesto de timbopevas na costa e convida alguns jovens que participaram da oficina de cestaria e seguem para a praia.

No caminho João Zito vai contanto, que no passado, no Tempo dos Antigos, os pescadores produziam a linha de tucum, espécie de palmeira da Mata Atlântica, que servia para tecer as redes artesanalmente e que, além das redes, outras modalidades de pescaria eram desenvolvidas pelos caiçaras e que com o passar do tempo foram sendo esquecidas ou substituídas por outras.

Ele cita também que entre os instrumentos de pesca, que deixaram de ser utilizados, está o jerivá, espinhel e o cerco fixo⁵³, mas a tarrafa, caceio, arrasto de praia e fundeio ainda são usadas embora com pouca frequência.

Na praia, João Zito sentia o cheiro da tainha que o rebojo exalava no ar. Então, mais que depressa, esticou a rede sobre a areia e pediu que alguém segurasse um dos calões da rede enquanto ele seguiu para dentro do mar puxando outro calão. O rebojo havia deixado à água do mar agitada o que exigia que João Zito puxasse a rede com mais força uma vez que a correnteza estava cada vez mais forte vindo da banda do sul.

Logo que o tresmalho se arrumou na agitada água do mar, João Zito percebeu que havia cercado um cardume de tainhas. As cabeçadas dos peixes na rede sinalizavam que a pescaria seria boa e mais uma vez o rebojo havia se comunicado bem com ele. Então o velho caçara se virou para o lado da praia e colocou toda força no calão da rede para arrastar o tresmalho. A correnteza queria puxar João Zito e a rede para o fundo do mar, mas o velho afinçou a ponta do calão na areia enquanto segurava firme a outra extremidade do calão suportando a correnteza. As tainhas pipocavam na rede com suas cabeçadas potentes e muitas delas pulavam por cima da rede voltando para o mar.

Quando veio uma forte ressaca, eles conseguiram puxar totalmente o tresmalho para fora do mar e esticaram a rede na praia. As tainhas se batiam nas malhas e todos se alegraram com a exitosa pescaria.

O cesto ficou cheio de tainhas e ainda precisou que os ajudantes levassem outras na mão. Em casa, Tequinha preparou uma boa panelada de peixes ensopada com muito cheiro verde. Cada qual fez seu prato com opção de um delicioso pirão acompanhado de pimenta e limão rosa.

Após o jantar, a reunião continuou no pé do fogo a lenha onde foram compartilhados vários causos da região.

2.2.4.1. As rodas de causos

Para todos nós é o primeiro leite intelectual. Os primeiros heróis, as primeiras cismas, os primeiros sonos, os movimentos de solidariedade, amor, ódio, compaixão vem com as histórias fabulosas ouvidas na infância. [...] O valor do conto não é apenas emocional e delicioso, uma viagem de retorno ao país da infância (CASCUDO, 2004, p. 11, p12).

⁵³ Conferir no site: <http://marbrasil.org/home/detalhes/3156/Modalidades-de-Pesca>. Acesso em 02 de agosto de 2014.

Os causos estão presentes a todo o momento no cotidiano caiçara, mas à noite, em torno do fogão a lenha, este espaço se torna privilegiado para a troca de experiência dessa forma de conhecimento popular nas comunidades caiçaras.

João Zito é o primeiro a chegar. Atiça a brasa e coloca mais lenha no fogo para defumar depressa as tainhas que estão no fumeiro em forma de cambada. Quando levanta a luzerna do fogo ele senta ao lado do fogão e coloca algumas bananas para assar na chapa. Faz parte de o cotidiano caiçara conversar ao pé do fogo, pois é o espaço de vivências. Ao ouvir alguém falar de uma panelada de peixe abafado logo vem à lembrança de um momento sentado num banquinho apreciando uma boa comida na companhia de amigos.

É nesse ambiente, onde se compartilha a vida, que as histórias, causos e lendas são transmitidos e também criados como fontes de inspiração para a vida. Muitas das modas de fandango nasceram dos encontros ao pé do fogão à lenha onde as vivências inspiram os mestres fandangueiros. Relatos sobre caçadas, pescaria, visagens e tantos outros acontecimentos também compõe o imaginário da cultura caiçara.

Enquanto João Zito arrumava os banquinhos para o povo sentar, Tequinha chegava com uma cuia de batata doce e mergulhava nas cinzas quentes que retirara debaixo das brasas. Tão logo o povo se dava por acomodado nos banquinhos, João Zito começava a contar causos. Ele começou falando do “Tucano de ouro”⁵⁴, lenda bem conhecida na Jureia que reza assim:

A cada sete anos, garantem os antigos, o Tucano de Ouro sobrevoa os céus da Juréia. Quem consegue avistá-lo é contemplado com sete anos de felicidade. O pássaro encantado mora, desde o princípio de tudo, no Morro do Pogoçá, que é protegido por ferozes mamangavas e cuja escalada desafia qualquer um. O vôo do Tucano, que se alça a uma altura que nenhum outro consegue alcançar, ocorre na Primavera – e a poucos São Bom Jesus reserva a oportunidade de avistá-lo. É o que contam (Retirado do site “Recanto das letras”, em 02 de agosto de 2014).

Outra versão dessa lenda, também intitulada “Tucano de Ouro”, foi composta pelo músico e integrante do grupo Batucajé do Vale do Ribeira, Antonio de Lara Mendes:

Tem um Tucano Dourado, lá na serra da Jureia. “Viche” nossa companheira, é conversa ou coisa séria. É um pássaro encantando, conta a menina donzela. Há um moço enamorado, querendo casar com ela. Minha nossa coisa estranha, o amor é flor do encanto. Bate o coração a frouxa, papagaio cara-roxa. Pois lá contam tantas lendas e histórias de amor. Será que é mesmo verdade ou é prosa de pescador. É de sete em sete anos, após sete primaveras. Dedo de Deus em Itatins, voa pro alto da serra. Quem viu o Tucano Dourado, jura que é mesmo verdade. Sete anos de alegria,

⁵⁴Site: <http://www.recantodasletras.com.br/contos/593558>. Acesso em 02 de agosto de 2014.

anos de felicidade. E a magia caiçara, possa tudo preservar. Rios matas e cascatas e os peixinhos no mar. E a corrida imobiliária de insanos sonhadores. Ao caiçara não seduz, destruir o santuário. Onde acharam o Bom Jesus. Fora as imobiliárias deixem tudo em seu lugar. Não queremos condomínios nem usinas nuclear. (Letra e música: Antonio de Lara Mendes).

Enquanto João Zito seguia contando os causos, as bananas e as batatas doces eram partilhadas no grupo, mas a atenção não se desviava do contador que mantinha firme o dom descritivo.

Quando o velho caiçara começou a contar histórias de visagens, os ouvintes começaram a mudar de comportamento. Aqueles que estavam sentados em banquinhos junto à parede, disfarçadamente mudam para o centro da cozinha, enquanto outros mostram explicitamente a sensação de medo e curiosidade.

O silêncio toma conta do espaço enquanto as histórias são lançadas por João Zito no ar instigando o imaginário e promovendo a reflexão sobre o imanente e o transcendente e o caso sobre visagens resiste um pouco mais o sono que aumenta o barulho da chuva. “É tudo escuro...” (QUINTANA, 2008, p.26).

A chuva fina e incessante trazida pelo vento sul imprime no amanhecer um aspecto triste, úmido e cinzento. João Zito não sente vontade de deixar a tarimba como nos dias de bom tempo quando seu corpo desperta no clarear do dia acompanhado dos cantos dos pássaros. Aquela manhã era diferente, pois ele estava vivendo a semana de o gavião comer o filho⁵⁵, como se diz na cultura caiçara.

A goteira intermitente na beira da casa aciona o conhecimento a priori⁵⁶ do velho caiçara sobre o tempo. Ele sabe que o vento sul muda a maré, causa poça d'água no terreiro, encharca a lenha, entulha os rios e confina as pessoas em casa permitindo apenas olhar pela fresta da janela o chuveiro com vento que vem da banda do sul do país.

Mas, por outro lado, o vento sul também contribui para que os artesãos confeccionem belos instrumentos musicais do fandango como é o caso da viola branca e da rabeça que exigem tempo, paciência e dedicação.

As experiências do cotidiano das comunidades tradicionais caiçaras, que foram descritas até aqui, são as ecologias de saberes que expande o presente valorizando a vida e a

⁵⁵ A expressão “gavião comer o filho” é utilizada pelo caiçara em período de inverno quando a chuva provocada pelo vento sul se prolonga confinando as pessoas em suas casas dificultando pescaria, caçada e outras atividades para se encontrar mistura.

⁵⁶ Termo utilizado pelo filósofo Immanuel Kant em que o conhecimento vem antes da experiência, ou seja, vem antes do conhecimento a posteriori.

ela dando credibilidade como concebe o sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Nessas experiências estão as potencialidades da cultura caiçara e que através do fandango elas adquirem visibilidade ao mesmo tempo em que se tornam credíveis para sociedade.

CAPÍTULO III – OFICINA DE FANDANGO CAIÇARA: CARTOGRAFIA DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA E DE EMPODERAMENTO NA ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA JUREIA-AJJ

No segundo capítulo, apresentamos uma breve visão sobre a forma como a racionalidade ocidental e o capitalismo globalizado têm atuado na produção do sentimento de impotência e inferioridade das culturas tradicionais a partir da monocultura de saberes que ditam os cânones do saber. No mesmo capítulo, como forma de resistência, procuramos relevar as ecologias de saberes presentes no modo de vida caiçara dando visibilidade e tornando credíveis outras formas de saberes que apontam alternativas para caminharmos rumo a uma possível sociedade mais justa e solidária.

No presente capítulo, cartografamos experiências educativas presentes nas oficinas de fandango desenvolvidas pela AJJ como educação popular explicitando o processo de empoderamento da comunidade caiçara da Barra do Ribeira e adjacências, no município de Iguape. Assim, continuaremos o percurso que se apresenta na escrita a seguir.

3.1. A adaptação dos caiçaras a Barra do Ribeira que foram expulsos da Jureia

A partir de 1987, com a implantação da Estação Ecológica da Jureia, iniciou-se uma severa proibição da prática cultural dos caiçaras em seu próprio território causando a expulsão de centenas de famílias da Jureia.

Conforme já foi dito nesse trabalho, das aproximadamente trezentas famílias que habitavam a Jureia, antes da implantação da Estação Ecológica, algumas foram morar na Vila da Barra do Ribeira, localidade situada na foz do Rio Ribeira de Iguape. A chegada dessas famílias expatriadas ao novo ambiente foi acompanhada de tristezas, incômodos, indignação, mas também com muita disposição e vontade de luta pela continuidade da cultura caiçara.

3.2. A Vila da Barra do Ribeira

A Vila da Barra do Ribeira é um bairro predominantemente caiçara, localizado na foz do Rio Ribeira de Iguape, porta de entrada para Jureia, que no início do ano de 2002 Wunder descreveu com olhar de chegada.

Chega-se até a Barra por uma estradinha de terra de 20 km que sai do centro de Iguape, margeia a Ilha Comprida e acaba nas margens do lardo leito do Ribeira.

Uma balsa faz a travessia e por ela avistam-se o mangue que margeia o rio, os maciços da Juréia ao fundo, um horizonte confuso de junção de rio com mar e o porto da vila. Os barcos descansam atracados, coloridos, alguns homens pescam, gaivotas movimentam-se, todos na mesma mansa sintonia. As embarcações são as únicas maneiras de entrada na vila. A balsa é a passagem principal. Ela nos deixa no pequeno centrinho comercial. Os bares, lojas, pequenos restaurantes abertos estão desertos a espera de turistas. Tudo parece estar à espera. Há um vaguear lento dos homens pelas ruas, há poucos turistas e não é época de muitos peixes. Ao sair da Balsa já estamos na rua principal da vila que, em quinze minutos de caminhada, nos leva ao mar (WUNDER, 2002, p.44).

Em 2014, após doze anos da observação da pesquisadora, a estrada que dá acesso à vila foi asfaltada e a balsa sofreu algumas pequenas alterações ao mudar o atracadouro, que antes era no Rio Suamirim, afluente do Rio Ribeira, para a margem do Ribeira onde o rio está mais profundo.

A paisagem marginal do Ribeira continua inalterada e os barcos ainda são atracados ao velho porto embora agora dividam espaço com outras embarcações mais sofisticadas: as lanchas de turistas.

O pequeno “centrinho” recebeu calçamento e os bares, lojas, pequenos restaurantes ainda continuam a espera de turistas assim como o vaguear lento das pessoas se repete indo da balsa à praia e o mar.

O mar parece não ser o mesmo, pelo menos do ponto de vista dos pescadores. O aumento das traineiras, barcos de grande porte que usam radares para localizar os cardumes, tem se intensificado na costa onde os caiçaras sempre conseguiram seus sustentos. A praia da barra vem, a cada ano, recebendo um número cada vez maior de pessoas que visitam nos feriados e temporadas bem como os que decidiram consolidar suas residências.

Há duas escolas no bairro, sendo uma municipal e outra de ensino médio. Ambas são as responsáveis pelo ensino da demanda local como das vilas adjacentes. Os conteúdos curriculares oferecidos aos alunos parcialmente contempla os assuntos relacionados ao território, as áreas de preservação e a expansão do turismo na localidade. O foco maior fica concentrado nos temas exigidos pelos governos municipal e estadual.

Apesar do esforço das escolas em se trabalhar a história local através de projetos ainda é mínimo a discussão sobre a identidade local e insuficiente os materiais didáticos que forneçam informação e formação referente à valorização da cultura caiçara.

Quanto ao território caiçara, à restrição ambiental que chegou à vila a partir do início da década de 1990 foi uma ação que gradativamente afastou o caiçara do contato com a terra e dos saberes que os mestres têm dela. Atualmente quase nenhum barreano cultiva roça

de mandioca e fabrica a farinha para fazer pirão de peixe. Atualmente o caiçara compra a farinha de mandioca na feira da cidade porque o trabalho na terra e seus apetrechos são lembranças do passado.

3.3. Adaptando-se a Vila...

[...] A gente foi pra barra sem casa, sem paradeiro, sem saber o que fazer. Dois dias depois conseguimos arrumar uma casa, aí foram doze pessoas pra uma casa de 2 cômodos (Cleiton do Prado Carneiro, *In: Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil*. p.11).

A saída forçada da Jureia colocou o caiçara em pleno convívio com a vida badalada⁵⁷ da Barra do Ribeira. Viver na presença das luzes, turistas, carros importados, bebidas, som alto, praia com corpos expostos a imaginação consumista e outros pseudos prazeres capitalistas propôs ao corpo vibrátil⁵⁸ do caiçara, um mergulho num mundo de infinitas possibilidades que a modernidade líquida, que trata da passagem da modernidade mais consistente para uma modernidade mais leve e infinitamente dinâmica, instiga o prazer e o consumo, conforme comenta Bauman.

Um mundo cheio de possibilidades é como uma mesa de bufê com tantos pratos deliciosos que nem o mais delicado comensal poderia esperar provar de todos. Os comensais são consumidores, e a mais custosa e irritante das tarefas que se pode pôr diante de um consumidor é a necessidade de se estabelecer prioridades: a necessidade de dispensar algumas opções inexploradas e abandoná-la. A infidelidade dos consumidores deriva do excesso e não da falta de escolha (BAUMAN, 2001. p.74).

Como lidar com esse canto da sereia em um novo território sem perder o compromisso com os valores tradicionais? Como manter a consciência de luta pelo território e pela cultura caiçara diante do novo?

A deliciosa mesa de bufê, com suas irresistíveis guloseimas sugeridas pelos prazeres das temporadas, amortecem as preocupações sociais do caiçara. Os corpos são territórios de passagem por onde transitam as múltiplas sensações advindas das suas experiências com o novo que por sua vez cria expectativas da repetição das experiências. Seria uma forma de alienação?

⁵⁷ Vida badalada, significa nesse contexto, a alteração do ritmo cotidiano da vida dos barreanos nos períodos de temporadas e feriados quando os nativos entram no ritmo dos turistas mudando, de certa forma, seus valores e a identidade local.

⁵⁸ Corpo vibrátil- Sueli Rolnik, 1989: corpo que se compõe pelas marcas da vida.

A realidade concreta exige decisão. Como dizia Paulo Freire (1987) é no desafio da hora atual que os homens propõem a si mesmo como problema. Os problemas dos caiçaras que foram obrigados a deixar o território para viver na Barra do Ribeira foram vários: Onde encontrar um terreno para morar? Com que dinheiro comprar o terreno? Onde trabalhar?

Quando foram obrigados a deixar o território, atitude de espoliação pela lei ambiental, os caiçaras descobriram que poucos sabiam de si, de seu “posto no cosmo” e, por isso, se inquietam por saber mais (FREIRE, 1987, p.29). Uniram-se para lutar pelos seus direitos à vida.

Passando a perguntar e querer saber mais da vida, eles começaram inicialmente buscando as respostas nos trabalhos da pesca da manjuba, na construção civil e nos bicos feitos nas casas dos turistas.

A pescaria da manjuba na vila e em todo município de Iguape, até a década de 1990, foi uma atividade economicamente rentável, pois quase toda a população conseguia sobreviver da atividade pesqueira.

No entanto, com o aumento do número de pescadores na região e também do tamanho das redes de arrasto, a pescaria de manjuba, que é uma pesca predatória, começou a declinar no final da década de 1990 chegando atualmente a um patamar inviável economicamente para a população local.

Com o declínio da pesca da manjuba no rio, passou-se a explorar a pesca no mar, pois o financiamento para aquisição de equipamentos para este tipo de pesca se tornou mais acessível ao pescador.

Além da pesca, o serviço na área da construção civil, como o trabalho de pedreiro e carpintaria, bem como cuidar de casas de turistas também constituíam opções e trabalho uma vez que o turismo começava a crescer na região. As duas últimas atividades foram as que mais os caiçaras expatriados exercem na época e ainda continuam a exercê-la atualmente.

Adaptar-se a Barra do Ribeira não significou um comodismo ou uma aceitação passiva da imposição do governo, mas se tornou um tempo de reflexão, busca e construção da história pela liberdade da cultura caiçara.

Diante desse contexto, formas de resistências foram surgindo na luta pelo território e pela preservação da identidade local. Dentre elas, pode-se destacar a criação das

associações de bairro e a valorização do fandango através de ensaios e oficinas de instrumentos.

Dauro Marcos do Prado, uma liderança caiçara da Jureia, ao lado de seu ex-companheiro de luta, Arnaldo das Neves Jr, fundaram em 1992 a União dos Moradores da Jureia-UMJ com objetivo de representar a população caiçara e denunciar as opressões que vinham sofrendo por conta da Secretaria do Meio Ambiente que forçava a saída dos moradores de suas casas sem qualquer direito indenizatório.

Um exemplo pulsante dessa luta é a vida do senhor Onésio do Prado e dona Nancy do Prado, casal caiçara que resistiram e ainda resistem bravamente à opressão do governo estadual que desde a implantação da Estação Ecológica tenta estrategicamente retirá-los da comunidade do Grajaúna, local onde nasceram há quase um século.

A mais recente ação coerciva do governo paulista aconteceu no mês de agosto 2014, quando a Fundação Florestal, órgão que gerencia a Estação Ecológica da Jureia, iniciou uma obra de ampliação do alojamento de pesquisadores tentando obstruir o caminho de servidão da casa do seu Onésio do Prado, na comunidade do Grajaúna.

A comunidade caiçara se mobilizou para resistiu à ação da Fundação Florestal encaminhando primeiramente ofício solicitando diálogo com a Fundação, mas não foi ouvida e continuou o trabalho na comunidade.

Diante da falta de diálogo como governo, a comunidade veiculou uma petição pública nas redes sociais e organizou um acompanhamento na comunidade do Grajaúna forçando o diálogo com o governo.

Usando de truculência, o governo paulista através da Secretaria do Meio Ambiente tentou usar força policial para coibir a manifestação, mas a comunidade caiçara neutralizou a ação governamental provando a ilegalidade da obra que se pretendia realizar em beira de cachoeira, área que a própria Secretaria do Meio Ambiente diz preservar.

A exemplificação dessa situação mostra o contexto por aonde as comunidades tradicionais da Jureia vem, ao longo de vinte anos, construindo sua história e defendendo seus direitos.

A atuação da UMJ na defesa dos direitos da população caiçara, tanto da Jureia como do território nacional, continua acontecendo em parceria com a AJJ que, atualmente, conta com uma nova força feminina, a caiçara Adriana Lima do Guaraú, que junto com Dauro

da Jureia reforçam a luta de formação e empoderamento das comunidades tradicionais caiçaras da Jureia e do território nacional.

3.4. Origem da Associação dos Jovens da Jureia-AJJ

Por volta de 1998, Dauro Marcos do Prado deu início a uma discussão com os jovens caiçaras da vila da Barra do Ribeira a respeito da criação de uma associação para cuidar da cultura caiçara.

Reunindo-se nas casas para conversar e tocar fandango, as conversas trocadas no grupo foram criando e alimentando ideias e sonhos comuns que silenciosamente foi gestando uma educação popular caiçara oriunda das vontades e necessidades das famílias que revelavam suas vidas através das palavras, pois a palavra como diz Brandão, “é um ato de poder, o que equivale afirmar que ela não é apenas um entre os seus outros símbolos, mas o seu exercício” (BRANDÃO, 2012, p. 8).



Foto 3: Sede da AJJ passando por reformas, em 2000. Autoria: AJJ

O exercício da palavra se pôs em prática e com ela a problematização: onde fazer nosso galpão? A vontade do grupo fez com que Dauro encontrasse uma casa abandonada do Balneário Titanus, caminho da Jureia, local que mais tarde a prefeitura de Iguape cedeu para uso da comunidade. Então, Dauro levou os jovens caiçaras para conhecer o local e lá eles concordaram que o espaço era adequado para implantação da associação. Através dos mutirões de limpeza, os adultos, jovens e crianças trabalharam juntos para adequar o espaço que fora cedido pelo poder público. Assim foi lançada a

pedra fundamental da Associação dos Jovens da Jureia-AJJ.

A partir dessa conquista, Dauro intensificou sua militância atuando no movimento caiçara da Jureia por onde começou participando de encontros regionais e nacionais onde fez várias denúncias das opressões do governo do estado de São Paulo sobre as comunidades tradicionais. Nesses encontros, conhece e se integra com outras experiências comunitárias do Vale do Ribeira, do litoral norte paulista e do sul do Paraná.

Através dos contatos, a liderança caiçara consegue parceiros que se propõem a ajudar na emergente associação caiçara da Barra do Ribeira. Entre as parcerias que fizera, o Proter (Programa da Terra) com sede na cidade de Registro/SP, foi uma das primeiras instituições a ajudar na elaboração de um projeto que foi encaminhando a uma entidade alemã para adquirir maquinários e adequar o espaço para implantação da marcenaria que foi batizado como “Galpão da AJJ”.



Foto 4: Dauro Marcos do Prado assinando projeto em parceria com o Proter. Autoria: AJJ

A parceria junto ao Proter, além de trazer conquista material a AJJ também proporcionou entusiasmo ao grupo que decidiu registrar a entidade em cartório e montar seu estatuto.

Assim, a 26 de abril de 1998, na extremidade da Vila da Barra, no caminho que leva à Jureia, os jovens da Jureia registram em cartório a “Associação dos Jovens da Jureia-AJJ”, que ficou conhecida por AJJ cujos objetivos estão assim definidos em seu estatuto:

- I-Resgatar, disseminar e manter viva a tradição caiçara, entre elas; as danças, as músicas, o artesanato, a culinária, os mutirões e festas religiosas;
- II-Defender os interesses civis e de cidadania das populações tradicionais;
- III-Promover a educação, especialmente a ambiental, das novas gerações, priorizando a experiência direta com os saberes tradicionais caiçaras;
- IV-Estimular o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável dos seus associados e comunidades caiçaras da região, criando oportunidades de geração de renda para as populações atendidas com prioridade no atendimento das famílias priorizadas na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social;
- V - promover o intercâmbio e ações culturais com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos;
- VI- promover o cultivo, manejo, industrialização, processamento, comercialização e transporte dos produtos oriundos dos projetos de geração de renda dos seus associados.

O registro da AJJ com a presença de CNPJ possibilita a conquista de um importante espaço com objetivo de formação popular e representatividade social. No “galpão da AJJ”, como inicialmente era conhecido, os caiçaras se encontravam para compartilhar a vida e planejar as atividades em conjunto.

A ideia inicial do grupo foi consensuada de que a marcenaria começaria com a



Foto 5: Artesanato produzido na AJJ.
Autoria: Crique Caiçara-AJJ.

confeção de artesanato de caxeta. Dessa forma, as mulheres tomaram a frente no ofício produzindo peças decorativas com objetivos de reproduzir os elementos da cultura caiçara, tais como a flora e a fauna da Mata Atlântica, no sentido de agregar valor ao produto e servir como instrumento de divulgação e resistência cultural. As habilidades para tal ofício, elas aprenderam nos cursos promovidos pelas entidades parceiras que a AJJ conquistou no constante trabalho de formação.

Com o passar do tempo, chegaram às dificuldades. A primeira foi com relação à aquisição de matéria-prima, a caxeta, que teve a extração restrita ambientalmente dificultando as propriedades de a região obter autorização para extrair o vegetal legalmente.

Após várias etapas de negociação junto aos órgãos ambientais da região, tais como, DPRN e o IBAMA, conseguiu-se um pouco da matéria-prima com a justificativa de que o uso se fazia prioritariamente para o trabalho da preservação da cultura caiçara.

Com a conquista da caxeta, o desenvolvimento do trabalho artesanal expandiu-se na vila e começou a gerar renda à comunidade local, fato que atraiu as pessoas para a AJJ e os produtos começaram a ser expostos em feiras culturais da região chegando a mídia televisiva.

A TV cultura registrou a iniciativa no programa “Mar sem fim” e a TV globo, em 2000, gravou no documentário “um pé de quê”, da Regina Casé?⁵⁹.

3.5. Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira e as oficinas de fandango: um projeto de educação popular

Recuperando um pouco do contexto que já fora mencionado nesse trabalho, a partir de 2004, é importante enfatizar que o Governo Federal, através do Ministério da Cultura-Minc, lança edital para concorrer projetos de Ponto de Cultura.

⁵⁹ Conferir programa no site da AJJ: <https://ajjureia.wordpress.com/>. Acesso em 30 de janeiro de 2015.

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o ponto de cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando com um ponto de recepção e irradiação de cultura. Com um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo, nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (TURINO, 2010. p. 64).

No começo de 2005, a pesquisadora Joana Correa da Associação Cultural Caburé, do Estado do Rio de Janeiro, sugere que a AJJ escreva um projeto ao MINC para captação de recursos como ela mesma estava pleiteando um projeto intitulado “Museu Vivo do Fandango” que mais tarde veio a ter repercussão nacional.

A proposta da construção do Centro de Cultura Caiçara no espaço físico da AJJ, foi aceita por todos os associados e a escrita do projeto foi elaborada em conjunto com a Associação Cultural Caburé/RJ que recebeu a seguinte denominação: “Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira”, cujo objetivo principal era contribuir para o estímulo e a continuidade das tradições culturais caiçaras presentes no litoral sul de São Paulo⁶⁰.

O projeto foi aprovado e em 2006 foi publicado, no diário oficial, o convênio entre MINC e AJJ e a notícia foi recebida com entusiasmo pelos integrantes da AJJ que esperavam o fortalecimento do fandango, protagonismo juvenil e o empoderamento das comunidades caiçara que havia iniciado na ECJ, no início do ano 2000.

3.6. As Oficinas de Fandango Caiçara enquanto Educação Popular

Eu acho que aquele ver e aprender é a raiz da educação popular. Que na verdade, na educação popular você não tem a base nas escritas, você conversa e ensina do jeito que tem que ser... Ai, isso que tem que ser. Você corta assim, faz assim, sabe, eu acho que isso que predomina na educação popular (Entrevista com Cleiton do Prado Carneiro, em outubro de 2014).

Não é apenas em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo homem. É ao longo do processo coletivo de transformá-la do qual as classes populares se educam com sua própria prática, e consolidam o seu saber com o aporte da educação popular (BRANDÃO, 2012, p.95).

Chegamos à experiência das oficinas de fandango propriamente dita. Até aqui fizemos um percurso pelo território caiçara começando por um breve estudo da origem e

⁶⁰ <http://culturaviva.org.br/mapa/centro-de-cultura-caicara-da-barra-do-ribeira-jureia>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

formação das comunidades tradicionais caiçaras da Jureia e seu processo de desenvolvimento que culminou na implantação da Estação Ecológica.

Nesse estudo percorremos os cenários caiçaras onde resgatamos o modo de vida do morador praiano que aprendeu a viver de forma sustentável e harmoniosa durante séculos no meio da Mata Atlântica. Nesse percurso, mostramos também os conflitos que essa população passou ao longo de sua existência e enfatizamos a força do fandango como mística e potencialidade que emana do seio da cultura caiçara revelando-se como meio de resistência cultural.

Falamos também da saída dos caiçaras de sua terra e da sua adaptação na Barra do Ribeira onde fundaram a AJJ e a partir dela o início das oficinas de fandango caiçara.

Diante desse contexto, começaremos a cartografar a experiência oficinaira entendida aqui como educação pular caiçara.

Baseando-nos no conceito de “cartografia”, utilizado por Suely Rolnik (1989), decido assumir o papel de cartógrafo destas experiências que descreverei a seguir.

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. (ROLNIK, 1989, p.14).

Mergulhando nas vivências das oficinas de fandango, atento às linguagens que lhe atravessaram, sigo analisando a força do fandango enquanto experiência educativa que se manifesta nas oficinas desenvolvida pela AJJ através do Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira durante o período de 2006 a 2012.

3.7. A experiência educativa e o empoderamento da comunidade caiçara

Como foi dito, em 2006, inicia-se o projeto do Centro de Cultura Caiçara na AJJ. Como um dia disse Frei Beto, “[...] primeiro devemos acreditar nas ideias e depois buscar os meios (BETO, 2000, p.4)”. Nós acreditávamos na ideia, mas precisávamos encontrar os meios para que as ideias pudessem acontecer. Transpor o ideal para o prático, para realidade concreta, necessitava de reflexão sobre o “O que?”, “ Como?” e “ Por quê?”

Tínhamos que pensar na parte burocrática do projeto-responsabilidade com o MINC- e na metodologia do trabalho, ou seja, o fazer do modo caiçara e isso nos exigia um bom planejamento, ou seja, “algo que nos colocasse em movimento (LARROSA, 2003, p.140)”.

A tarefa era desafiadora e ao mesmo proporcionava um espaço de educação popular, pois vivíamos um movimento que nos interpelava a pensar a maneira de compartilhar com a comunidade os saberes da cultura caçara através das oficinas. Como seria o ensinar fandango à comunidade através da confecção de instrumentos musicais? Quem estaria habilitado a ensinar uma manifestação cultural que é um costume vivê-la na prática? Como se daria o diálogo, a vivência e a teoria?

Nós não queríamos que as oficinas fossem como acontece nas escolas formais, uma educação bancária onde o educador, conforme Freire (1987), concebe o educando como depósito para quem se deve transmitir o suposto conhecimento, onde o educador é obrigado a fazer da linguagem um instrumento do poder. Nós acreditávamos num processo que “trapaceasse” a linguagem do poder, como esperava Barthes: “[...] trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder [...]” (BARTHES, 1997, pg. 34).

Nós acreditávamos numa educação popular na qual a relação entre educador e educando fosse mediados pelo diálogo que o trapacear da língua, a língua fora do poder como diz Barthes, fosse o ensinar do jeito caçara, como se fazia no mutirão, pois não havia sentido ensinar um saber da experiência que não fosse pela vivência.

Era preciso que as trocas de experiências do fandango com a comunidade acontecessem de forma que o privado se tornasse público para que as experiências das entranhas dos mestres artesãos e fandangueiros fossem compartilhadas e creditadas pela comunidade no fazer, contar história e ser o que é, pois a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos (ARENDDT, 2009, p.60).

Assim, adotamos como princípio das oficinas a Educação Popular a partir de uma perspectiva do movimento de criação e empoderamento da comunidade.

3.8. Indo para prática: Chegando às escolas

As primeiras experiências com as oficinas de fandango caçara foram realizadas nas escolas estaduais e municipais, principalmente no período da Escola da família⁶¹. As

⁶¹ Programa criado em 2003 pela Secretaria de Estado da Educação para proporcionar a abertura de escolas nos finais de semana à comunidade Acesso em 26 de novembro de 2014.
<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/sobre.html>.

direções das escolas, de modo geral, aceitaram bem a proposta das atividades uma vez que as atividades oficinairas acrescentavam na programação da escola nos finais de semana.

Para o desenvolvimento das oficinas entraram em cena alguns jovens, que daqui para frente, iremos chamá-los de “Jovens da Jureia”, são eles: Marcos, Heber, Anderson, Gilson e Pedro, esses jovens são frutos do processo de formação da AJJ que, junto aos seus mestres, aprenderam o potencial da cultura caiçara e assumiram o compromisso com o fortalecimento e valorização da identidade local e histórica.

Eu, autor desse trabalho e Dauro Marcos do Prado, atuamos conjuntamente nesse processo sendo que Dauro voltou-se mais ao nível da política nacional, reivindicando junto a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)⁶² o direito de território das comunidades caiçaras da Jureia enquanto e eu permaneci na articulação local levando as oficinas para as escolas junto aos jovens da Jureia.

As experiências com as oficinas de fandango caiçaras, nas escolas não, foram animadoras. Mesmo organizando encontros dinâmicos com a presença dos mestres artesãos, danças e discussões sobre a cultura e o fandango caiçara o envolvimento por parte dos alunos não era satisfatória. Após várias tentativas, chegamos à conclusão de que nos espaços formais não era possível fazer um trabalho educativo ao modo da educação popular, mas somente apresentações mais gerais da cultura caiçara como palestras, por exemplo.

Em reuniões avaliativas, os jovens da Jureia decidiram mudar o foco das oficinas concentrando a maior parte dos trabalhos no próprio Centro de Cultura de modo a facilitar a familiarização do espaço e promover a educação popular do modo caiçara.

3.9. Experiência educativa no Centro de Cultura Caiçara como Educação Popular

[...] o artesão ia entalhando, esculpindo como se imitasse a paciente obra da natureza, obtendo tonalidades novas com uma série de camadas sutis e transparentes (BOSI, 1994, p.88).

Assim, aos poucos, fomos gestando uma nova forma de trabalhar a oficina no Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira. Ela iniciava-se com a acolhida dos

⁶² Ver site: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct>. Acesso em 26 de novembro de 2014.

participantes como nos tempos dos antigos caiçaras quando se encontrava as pessoas na porta da frente da casa. Chegando ao Centro de cultura, os participantes tinham a oportunidade de conhecer o espaço da AJJ, a história e também se falava do objetivo das oficinas buscando sempre proporcionar um ambiente com o jeito do cotidiano caiçara.

Na companhia de um cafezinho, conversas sobre a região e, às vezes, ao som de uma moda fandanguera, introduzia-se o participante no processo educativo da oficina. A forma de falar da cultura através da construção dos instrumentos de fandango se dava com base na tradição dos antigos e também com apoio das inovações tecnológicas que ajudam a refletir e a viver a educação popular em sua constante transformação como concebe Gohn.

A cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constante mente se modificando, mas ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra (GOHN, 2005. p.98).

Após a acolhida e apresentação dos mestres, os Jovens da Jureia criavam um ambiente descontraído e prazeroso para o desenvolvimento das atividades, pois a “educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado” (BRANDÃO, 2012, p.98).

Nesse trabalho, cartografaremos a construção da rabeca que segundo Pimentel (2010) é um instrumento de cordas friccionadas encontrada em diversas regiões do país trazida pelo colonizador português e que teria sua origem nos instrumentos árabes como o *rebab* ou *raba*.

Com um grupo de oficinairos definido, os Jovens da Jureia dão uma aula inaugural para familiarizar os participantes com o projeto e as ferramentas que irão utilizar. Na continuidade eles agendam uma aula de campo para conhecer na natureza a caxeta (*tabebuia cassinoides*), que segundo Aguiar (2005) é uma madeira que não pega “bicho” e cresce abundante no litoral. Caxeta é uma madeira leve e fácil de trabalhar na confecção dos instrumentos do fandango e outros apetrechos da cultura indígena e caiçara.

Dando continuidade a cartografia, elencaremos aqui a rabeca de aro para descrevermos seu processo de fabricação e seu histórico, pois na tradição caiçara, a rabeca pode ser confeccionada de duas formas. A primeira, conhecida por rabeca de coxo, é esculpida na própria madeira. Nesse caso, o mestre artesão retira da mata a caxeta e desenha na madeira o modelo do instrumento e depois vai cavoucando com auxílio do cepilho, formão, martelo e do alegre, ferramentas do artesão, para dar forma ao instrumento. O alegre

é uma ferramenta feita normalmente de faca cuja ponta é entortada em semicírculo para poder cavoucar com perfeição a madeira.

A outra forma de fazer rabeca é com o uso de aro que é a tábua fina preparada com auxílio do cepilho para ser colada entre a tampa e o fundo da rabeca. O aro deve ser flexível para conseguir contornar as curvas do instrumento. Na AJJ o aro é retirado com auxílio da serra fita, maquinário apropriado para tal serviço.

Aqui vamos nos deter na cartografia da rabeca de aro, ou seja, descrever como sentimentalmente cada pessoa se relaciona com seu instrumento, com o grupo e com a cultura caiçara, antropofagando a experiência do fazer (ROLNIK, 1989, p.2).

Após a aula de campo, onde se conhece um pouco da história da caxeta e da Mata Atlântica, inicia-se então a confecção propriamente dita da rabeca de aro. O artesão prepara a tora de caxeta e ensina como esquadrear a madeira de onde sairá o braço da rabeca, a primeira parte do instrumento.

Pacientemente o mestre artesão vai esculpindo a madeira e dando forma ao braço da rabeca. Numa da extremidade da peça fica o caracol, detalhe estético do instrumento, que também serve para fixar as cordas e esticá-las.

Terminada o braço vem à etapa do aro e as outras partes de sustentação do braço. A madeira para o aro também precisa ser retirada da tora bruta que tem procedência de uma área onde há autorização de manejo, transporte até o armazenamento na AJJ. Da tora bruta o mestre vai ensinando como retirar a parte adequada para a confecção do aro.

No processo de retirada da tábua fina, lisa e flexível, educadores e educando vão contando e ouvindo a história da caxeta, da sabedoria que o homem adquiriu da flora num diálogo onde o projeto de educação popular acontece no vivenciar da experiência.

Educadores e educando, cada um com sua história, cada qual com sua especificidade, vem fazer parte de um projeto de educação popular e é, muitas vezes, nele, que passam a vivenciar experiências de grupo, jamais imaginadas. Ambos constroem juntos, a cada dia, a relação pedagógica necessária para alimentar sonhos, que são fundamentais na mudança dos envolvidos e da sociedade como um todo (PEREIRA, 1999. p. 74).

Nesse processo de preparação do aro da rabeca, que exige tempo e paciência, muitas histórias vão sendo contadas pelos mestres sobre o fandango caiçara incluindo os causos de mutirão, de caçada, de pescaria, de assombrações e de tantas outras que compõe o farto repertório da sabedoria caiçara.

Nos compartilhamentos dos saberes de experiências, entre silêncios e palavras, o ritmo das oficinas vai proporcionando aos participantes a vivência num território de pertencimento indenitário, pois enquanto esculpem o aro, jovens e mestres entram em contato com os saberes local.

Terminada a confecção do aro, inicia-se a confecção das tampas do instrumento. As tampas, tanto inferior como superior precisam ter envergamentos que são necessários para o som sair com perfeição. Para tanto, os mestres novamente ensinam a retirar da tora bruta a tábua adequada. Estas quando prontas, são fixadas na bancada com auxílio de grampos para que bem firmes possam ser trabalhadas. Nesse processo,



Foto 6: Construção do tampo de uma rabeça de aro. Autoria: AJJ

os saberes de experiência vão sendo compartilhados no processo de ensinar e aprender de modo que jovens e mestres compartilham suas experiências comunitariamente.

Com auxílio do alegre⁶³, os mestres vão pacientemente ensinando a fazer a envergadura das tampas. O ambiente calmo do Centro de Cultura permite que o mestre conduza o participante ao conhecimento das técnicas de esculpir, de lixar, colar... Nesse ambiente de convivência agradável são condições favoráveis para que as pessoas compartilhem os saberes da cultura caiçara, reflitam sobre a situação do bairro, do ser cidadão enfim, das experiências concretas que vivem.

Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, sobre vivências, distintas daquelas do profissional. O profissional oferece seu saber por que julga o da população insuficiente, e, por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente (VALLA, 1998, p.5)

No processo de colagem da rabeça, momento que são juntadas as tampas, o aro e o braço para montar o instrumento, os participantes são levados pelos mestres a se perguntarem pelas histórias do fandango, sua importância para as pessoas e para a comunidade. As perguntas são feitas pelos participantes e os mestres começam a compartilhar

⁶³ Alegre é uma faca com ponta entortada em semicírculo que o mestre utiliza para cavoucar a madeira. Essa ferramenta é confeccionada pelo próprio mestre.

suas memórias através das narrativas propiciando a comunicação e a construção de sonhos entre jovens e adultos.

A narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa a transmitir o “em si” do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma. Tendência comum dos narradores é começar com a exposição das circunstâncias em que assistiu ao episódio: “Certa vez, ia andando por um caminho quando...” Isso quando conta como não diretamente vivido por ele (BOSI, 1994, p.88).

As narrativas sobre a cultura caiçara fez com que no início das oficinas surgisse à ideia de se criar um jornal onde fossem publicadas as atividades oficinairas do projeto Centro de Cultura Caiçara bem como o saber da cultura local. A ideia foi compartilhada no grupo e os jovens da Jureia levaram adiante o projeto conseguindo recurso do próprio Centro de Cultura Caiçara até que apareceu o jornal “A voz Caiçara”.

No jornal, os jovens da Jureia publicavam as atividades do Centro de Cultura e incentivam os participantes da oficina e também os alunos das escolas públicas a escreverem sobre a história da cultura caiçara local. O informativo não se encontra mais em circulação, mas o aprendizado certamente continua com as pessoas que vivenciaram a experiência.

Continuando a montagem da rabeca, segue-se a colagem e em seguida vem à etapa de lixar a madeira. Neste tempo de acabamento as pessoas escolhem um local aconchegante para se sentar e demoradamente vão lixando o instrumento com toda sensibilidade do corpo e da alma. Sentem-se acolhidos, pois como diz Bauman “a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva, como uma lareira diante da qual esquentamos mão num dia gelado [...] (BAUMAN, 2003, p.7)”.

O ambiente de paz, tranquilidade e acolhimento é o que caracteriza o modo de vida caiçara, pois é através dele que se compartilham os saberes de experiência que estão no ato de cortar, esculpir, lixar, colar a madeira e a valorização e empoderamento dessa das comunidades caiçaras.



Foto 7: Página do jornal Voz Caiçara. Autoria: Paulo Cesar Franco

Na fase final da montagem da rabeca, são colocados os cavaletes, as cravelhas e por último as cordas onde elas são fixadas. No braço da rabeca, alguns mestres costumam colar um pedaço de cera, conhecido por breo, que é usada para passar nas cordas durante o fandango.

O arco da rabeca, confeccionado separadamente do instrumento, é um artefato que em contato com as cordas da rabeca produz o som característico do fandango. Tanto o arco da rabeca, o cavalete e as cravelhas são confeccionados com madeiras de lei, tais como a canela preta, cedro ou ipê amarelo. A rabeca em conjunto com a viola branca compõe a dupla fandanguieira.



Foto 8: A rabeca. A autoria: Paulo Cesar Franco.

O desenvolvimento das oficinas de fandango caiçara constitui um espaço de vivência de educação popular onde se reafirma o potencial das Comunidades Tradicionais Caiçaras.

Nessa realidade histórica e concreta, a pedagogia do oprimido de Paulo Freire é um suporte teórico fundamental para pensar o processo de emancipação que viveram, e que continuam a viver, os jovens da Jureia juntamente com a liderança de Dauro Marcos do Prado, Adriana Sousa Lima, as mulheres do artesanato e as comunidades caiçaras.

O aprendizado proporcionado pelas atividades oficinairas, que esteve parado até 2014, e que a partir daquela data retomou as atividades, constitui uma superação dialética, um esforço, uma luta pela liberdade que se concretiza na renúncia do opressor que atua silenciosamente para consolidar o “velamento” do direito a liberdade.

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienem. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, 1987, p.34).

A consciência da inconclusão humana é o que move os jovens da Jureia a não aceitarem a condição de oprimidos, mas de lutarem pela liberdade de viverem e praticarem seu modo de vida. É nesse movimento que “partejam a pedagogia de sua libertação (FREIRE, 1987, p.32).”

A luta da comunidade pelo direito de viver o fandango em território original e de extrair a caxeta para construir a rabeca e manter a tradição, por exemplo, é resultado de uma formação que respeita a história dos antigos onde se valorizava o olhar o fazer dos mais velhos, do sentar ao pé do fogo para ouvir história e com elas aprender o sentido da vida que se faz em comunidade.

Por que esse conjunto de saberes não pode mais ser vivido em seu território de origem? Porque as políticas ambientais não conseguem ver nessa “ecologia de saberes” um aliado na preservação e não um perigo para a natureza? Seria as oficinas de fandango caçara um campo de educação popular que dialogasse no sentido encontrar uma forma onde o fandango, a natureza e Estação Ecológica vivessem em paz?

Não é objetivo de esta pesquisa dar respostas definitivas para estas perguntas, mas de buscar evidência nos “meios gritos”, experiências obtidas nas oficinas que foram se juntando e constituindo o “grito inteirado” resultado da formação comunitária que significa a consciência do povo sabendo dos seus direitos e sabendo reivindicá-los (BRANDÃO, 2006, p.131).

Podemos dizer que o grito inteirando, que representou essa vivência, continua ecoando até o presente momento e dentre os gritos inteirados, pode-se destacar a construção de uma “lojinha de artesanato”, no centro da Barra do Ribeira, para divulgar a cultura caçara e para comercializar os produtos da AJJ.

As margens do Suamirim, último afluente do Ribeira, ergueram uma loja verde, toda feita de madeira. Foram os jovens da Jureia, reunidos em mutirão, como faziam os antigos, em tempo de ademão. A loja caçara, serve pra divulgação, da cultura caçara e também pra informação. Lá também se gera renda para o povo caçara. Apareça na loja e se torne um associado. Nela tem artesanatos, todos feitos de caxeta, uma madeira caçara de grande uso e proveito. Sua tabua é bem levinha, fácil de manusear, pra esculpir um passarinho não dá pra considerar. A rabeca e a viola, também são feitas com ela, pelos mestres fandangeiros que vieram da Jureia (VOZ CAÇARA, 2010, p.1).

Os gritos inteirados também se manifestaram na vontade de conectar as experiências educativas com o mundo da tecnologia. Essa vontade se concretizou quando foi instalada a internet na AJJ para praticar a inclusão digital na comunidade. Esse projeto que contou com o protagonismo dos jovens da Jureia começou a ser realizado em 2011 quando foi firmada parceria com a ONG “Coletivo Digital⁶⁴” de São Paulo através do financiamento

⁶⁴ <http://www.coletivodigital.org.br>. Acesso em 8 de dezembro de 2014.

do Ministério das Comunicações “ telecentro. com. br⁶⁵”. Através do projeto foi possível instalar uma antena para captação de sinal da internet com possibilidade de conectar dez computadores ligados em rede.

No entanto, a ausência de manutenção e continuidade do programa fez com que os computadores não fossem e disponibilizados ainda à comunidade. Temos esperança que, em breve, a comunidade tenha acesso à internet.

Outra iniciativa dos Jovens da Jureia, que teve início em 2012, foi o “Turismo de base comunitária”, cujo objetivo era levar grupos de pessoas a vivenciar o cotidiano caiçara nas



Foto 9: Rabecas de aro em exposição em escolas de rede públicas. Oficina de fandango Caiçara. Autoria: Paulo Cesar Franco.

comunidades caiçaras seguindo uma programação local com base no histórico da AJJ e do fandango Caiçara.

Todo esse grito inteirado fortaleceu e está hoje interagindo no processo educativo que partiu da experiência educativa realizada através das oficinas de fandango. A experiência oficineira, que muito contribuiu para o fortalecimento do modo de vida caiçara, continua fortalecendo a

luta do caiçara pelo seu território e o fandango constitui a mística dessa educação popular caiçara.

Eis a seguir, um relato da festa de confraternização fandanguieira na Jureia, no entorno da Estação Ecológica.

3.10. O baile de fandango: A festa de Santo Antônio na comunidade do Prelado

A comunidade do Prelado também é conhecida pelos animados bailes de fandango. Situada na praia da Jureia, distante 13 km da vila da Barra do Ribeira e 5 km do Costão da Jureia, onde está à trilha Imperador, a localidade abrigou no tempo dos antigos um

⁶⁵ <http://www.mc.gov.br/telecentros>. Acesso em 8 de dezembro de 2014.

leprosário que recebia visitas periódicas dos prelados, nome eclesiástico que antigamente era atribuído aos padres e que no decorrer da história passou a denominar o povoado local.

Na década de 1970, a Vila do Prelado concentrava uma quantidade considerável de caiçaras que cultivam o arroz, extraíam caxeta e o palmito na região do Rio Comprido⁶⁶, de onde traziam para a vila, para depois transportarem para a cidade de Iguape.

Nos finais de semana, realizavam partidas de futebol entre comunidades vizinhas, organizavam mutirões para plantio de roças e outros trabalhos comunitários e também, dançavam o fandango até o raiar do dia como era costume na comunidade.

A partir de 1987, com a criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, que restringiu o modo de vida local, as famílias foram se dispersando pelo município de Iguape e também para outras cidades vizinhas deixando o bairro isolado até que recentemente a localidade vem se tornado refúgio de veranistas.

Com a criação da AJJ em 1998, os jovens da Jureia iniciaram ações de resgate e valorização cultural que perdura até os dias de hoje. Somando-se as atividades oficineira que vimos estudando nesse trabalho, os Jovens da Jureia organizam há quase uma década a festa de Santo Antônio na comunidade do Prelado que reúne a comunidade local e adjacente para prestigiar o evento que conta com ritual de hasteamento de bandeira e baile de fandango que dura até o sol raiar, como é costume falar entre os caiçaras.

Nas épocas de baile, a notícia se espalha rápido pelas redes sociais. O compartilhamento pelo facebook se multiplica durante algumas semanas que antecede a festa em homenagem a Santo Antônio.

No prelado, onde acontece o baile, os integrantes da Associação dos Jovens da Jureia-AJJ trabalham diariamente organizando o espaço físico, preparando a fogueira, os enfeites do quintal, a pintura do mastro da bandeira de Santo Antônio, a preparação da comida, a arrumação do assoalho da casa e outras tantas atividades necessárias para a festa.

No dia 14 de junho de 2014, os convidados para o baile começam a chegar cedo ao local. Alguns já conheciam o caminho, mas outros precisavam ser informados, pois o acesso se dá pela praia e é preciso passar quando a maré está baixa.

Atravessando pela balsa e passando pela vila da Barra do Ribeira avista-se o morro da Jureia à distância. Após alguns quilômetros de praia é preciso entrar por uma estrada

⁶⁶ O Rio Comprido ou Una do Prelado, é o maior rio de águas escuras do Estado de São Paulo. Tem sua nascente no morro da Jureia, 5 km da Vila do Prelado, e sua foz fica na Vila da Barra do Una, divisa com o município de Peruíbe e sua extensão ultrapassa 70 km.

de terra estreita e esburacada até chegar ao local da festa. Lá as crianças brincam de esconde-esconde, os adultos conversam em grupo no quintal e os organizadores acolhem os visitantes com atenção e presteza.

Ao escurecer, os fandangueiros se reúnem no salão para dar início ao ritual da festa. Os mestres fandangueiros se posicionam em círculo diante da mesa onde se posta à imagem de Santo Antônio. Eles tocam os primeiros acordes e vem à cantoria acompanhada das vozes femininas. Os que assistem se colocam em posição de respeito e as crianças são avisadas para não circularem pelo salão enquanto o ritual perdurar.

Terminado o ritual no salão, o santo é levado para fora da casa e os tocadores o acompanham até o mastro que se encontra totalmente enfeitado ao lado da fogueira. Enquanto a bandeira de Santo Antônio é lentamente hasteada, o som das violas fandangueiras vai convidando as pessoas a reflexão bem como o respeito pelo momento que se compartilha em comum.

Logo que finda o ritual religioso, os fandangueiros vão para dentro do salão onde afinam os instrumentos novamente para darem início ao baile de fandango. Enquanto os mestres preparam os instrumentos, na cozinha é servido o jantar aos que chegam de longe. O falatório aumenta sinalizando a animação das pessoas que vieram de perto e de longe para vivenciar novamente a tradição caiçara.

Quando os primeiros acordes são tocados, o corpo muda de comportamento. A animação toma conta das pessoas e elas se aproximam do salão. Assim que adentram, os cavalheiros chamam as damas e formando duplas vão dançando e lotando o salão.

Algumas pessoas ficam olhando o movimento pela janela enquanto outras entram e encostam-se à parede ou se sentam nos bancos espalhado pelos cantos. Também tem aquelas que ficam



Foto10: O casal Seo Onésio e Dona Nancy dançando fandango caiçara. Autoria: AJJ.

espiando os tocares que se posicionam no canto do salão.

O ritmo do fandango é composto basicamente pela viola branca iguapeana, rabeca, cavaquinho e pandeiro sendo que em alguns casos são acrescentados o violão e a sanfona. As letras das modas normalmente falam do cotidiano caiçara e é necessário prestar bastante atenção para compreender o conteúdo da cantiga porque

o som não tem nenhum auxílio de aparelho eletrônico.

De moda em moda, o fandango segue noite adentro. Os fandangueiros se revezam nos instrumentos para que o baile siga animado. Nos intervalos, as comidas típicas são compartilhadas na cozinha de modo que as pessoas se sintam a vontade e acolhidos em família.

Quando sentem sono, as crianças são acomodadas em quartos apropriados e os idosos também podem descansar assim que necessitarem, pois devem ser bem acolhidos na casa do fandango.

Ao amanhecer do dia, os fandangueiros tocam e cantam a moda de despedida e, no quintal, a fogueira amanhece em cinzas simbolizando o dever cumprido de mais uma noite de fandango.

O som da viola amanhece e permanece no corpo de cada fandangueiro. Na esperança do reencontro para o próximo ano, os agradecimentos e os “até logos” encerram a festa de Santo Antônio na comunidade caiçara do Prelado. Para alguns fica a sensação de saudade do fandango, para outros a esperança de um novo encontro a se anunciar.

Além do som do fandango que fica na cabeça uma pergunta poderia ser feita: qual a relação do baile de fandango com a educação popular?

Partindo da concepção de Brandão (2012) que sustenta existir uma prática pedagógica em quase toda a história da humanidade seja imersa no trabalho (caça, pesca, coleta, agricultura, pastoreio) ou no ritual (iniciação ou enterro) é possível afirmar que o baile do fandango apresenta-se como uma vivência em educação popular.

Essa educação popular começa pela organização da festa. Entre os adultos existe a memória da festa que vem desde o tempo dos antigos. Ao descrever os acontecimentos do passado, os adultos compartilham valores, sonhos e problematizam a tradição caiçara junto com os jovens da AJJ e das comunidades caiçaras que estão localizadas nas adjacências. Essa problematização não fica apenas no discurso teórico, mas vai para prática encorajando e ensinando cada sujeito que participada da organização da festa. Como dizia Paulo Freire, a educação não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987, p.67).

No trabalho prático, na vivência do ritual, no encontro com o outro é que se vai problematizando a si e ao mundo, pois a educação ultrapassa os limites do escolar, do formal

e engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não-formais, que desenvolvem a autonomia tanto da criança quanto do adulto (GADOTI, 2012, p.9).

O olhar da criança para os adultos que acolhem seus semelhantes com alegria, que ensinam a



Foto 11: Apresentação de fandango pelos jovens da Jureia.
Autoria: AJJ

fazer a fogueira, a comida típica, contam os causos, ensinam a tocar os

instrumentos proporciona um ambiente onde é possível sonhar com uma vida melhor e produtora de "um conhecimento prudente para uma vida decente" como chamou o sociólogo português, Boaventura Sousa Santos.

A festa do fandango também tem o objetivo de produzir experiência de vida. Assim, segundo Rodrigues.

O fandango representa um *tempo* ou um *lugar* onde estas pessoas podem ser o que são, se reconhecem e reconhecem nos parceiros e parceiras seu mesmo modo de vida e a mesma visão de mundo. Parece ser o momento em que podem compartilhar dos mesmos valores, costumes, problemas, sonhos, expectativas (RODRIGUES, 2013, p.199).

O ritual do fandango cria o tempo e o lugar. Pelo tempo as pessoas se recriam, se inventam, sonham... O lugar tem o cheiro do tempo, do passado, da história, da musicalidade, daquilo que falta! Através do fandango o homem comum se liberta e faz sua ciência. Sua invenção é reconhecida e imitada pelo grupo como lembra Pelbart.

A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode ensejar outras invenções e novas imitações, novas associações e novas formas de cooperação. (PERBALT, 2002, p. 38).

O fandango, entendido pelo caiçara como uma festa de baile de viola, tem o potencial de reinventar a vida das pessoas. A notícia do seu acontecimento desperta os corações de quem sente vontade de se encontrar com seus amigos na comunidade caiçara.

A chegada à comunidade fandanguera é marcada pela alegria de rever os amigos, um estado espiritual que nasce e se manifesta fazendo presente a história do passado, no tempo de infância, das brincadeiras e outras experiências coletivas.

A comida compartilhada em comum também desperta a reflexão sobre a memória do passado, mas também do presente onde se tem a oportunidade de ouvir, se ouvir e se falar.

A dança, a musicalidade, a festa integram a mística do fandango fazendo que as pessoas sintam-se em pleno contato com suas raízes cultural.

DESPEDIDA NA FOLHINHA DA TAQUARA⁶⁷

Para um caiçara, amanhecer num baile de fandango significa um dever cumprido. Um dever que não se pauta na cobrança, na obrigação como acontece no cumprimento de uma tarefa nos moldes das relações sociais capitalistas.

Na comunidade caiçara, o sentimento de dever cumprido que perpassa o corpo de um fandanguero, no amanhecer de um baile de viola, significa sua contribuição no sentido de continuidade da tradição que vem desde o tempo dos antigos. É uma satisfação fazer parte de um ritual que a tradição caiçara legou de seus antepassados e que seus seguidores se sentem no dever de respeitar e dar continuidade garantindo que a geração futura também tenha o direito de conhecer.

O respeito e o sentimento pela continuidade da tradição caiçara podem ser observados no ritual do baile de viola que é uma experiência de encontro que deixa marcas do som da rabeca, da viola branca, dos olhares, dos sorrisos, das danças, das comidas no corpo de cada pessoa que vive a experiência do fandango.

O fandango resguarda em si uma mística que vem desde os antepassados caiçaras, desde o **TEMPO DOS ANTIGOS**, termo que os caiçaras se reportam frequentemente com se fosse um estatuto, uma espécie de referência moral. Mas o que é este TEMPO DOS ANTIGOS? Qual sua importância histórica para o caiçara diante de uma sociedade que não valoriza o silêncio, o ato de narrar e ouvir história?

O Tempo dos Antigos é um legado que os antepassados deixaram para a cultura caiçara da Jureia e esse tempo é composto de trocas de saberes que fandango renova na comunidade a partida festa, da alegria.

A notícia do baile, a preparação e a viagem ou a caminhada para o local da festa é uma espécie de romaria como acontece em tantos locais do Brasil e do mundo! É um caminhar em busca do encontro, da expectativa do novo. O amanhecer no baile deixa gravado o som nos corpos das pessoas e mobiliza expectativas e possibilidades.

Na caminhada em busca do fandango ou no retorno dele, o caiçara encontra pelo caminho a taquara que é uma espécie de bambu da Mata Atlântica. Essa planta por ter inúmeras utilidades na comunidade é sempre lembrada nas modas dos fandangos, pois ela serve para fazer balaios, cestos, peneiras e outros artefatos da cultura local. Quando os

⁶⁷ Pela folha da taquara, espécie de bambu da Mata Atlântica, é um verso utilizado no fandango para anunciar o fim da moda de viola e convite para um novo tocar assumir o acento.

tocadores vão finalizar uma moda, para passarem a viola aos companheiros, eles cantam um verso lembrando a natureza e a taquara faz parte desse momento. Por isso, o título dessa consideração final: “Quero dar por despedida na folhinha da taquara”.

Assim é esse trabalho. Igual ao fandango quando amanhece e seu movimento de interação com a cultura, também esta pesquisa abre novas possibilidades de investigações, pois a exigência de tecer considerações finais nos desperta para a consciência do inacabamento humano que Paulo Freire incansavelmente proferiu na sua militância pedagógica.

A consciência de que somos seres inacabados nos faz refletir que todo esse esforço físico e intelectual que nos seguiu pelo caminho da pesquisa só nos permitiu saídas, partidas e poucas conclusões até aqui.

O movimento que fizemos intelectualmente nos permitiu refletir sobre o corpo em coma, como discute Suely Rolnik, que necessita ser tocado para sair em busca de alternativas e rotas de fuga no intuito de construir novos modos de ser e estar no mundo como caçara.

Minha experiência como pesquisador na AJJ, onde me aventurei na companhia libertadora de minha orientadora, professora Dulce, para entender e traduzir a experiência educativa das oficinas de fandango caçara, fez com que eu mergulhasse na minha história e na minha prática educativa.

O transitar entre memória e fandango caçara me colocou no mundo das indagações a respeito da vastidão das possibilidades que a cultura caçara resguarda em si e que o fandango se mostrou como uma chave para entrar nesse mundo e ao mesmo tempo um mobilizador dessa potencialidade.

O fandango faz o modo de vida caçara ser movimentado, revitalizado na sua capacidade de potencializar a vida a partir da alegria, da sinceridade, da gratuidade, do comum mostrando o quanto é possível viver de forma contra hegemônica reinventando o modo de viver ao mesmo tempo em que construímos novos territórios existenciais caçaras.

As oficinas de fandango caçara, que a partir de 2014 voltei a praticá-las nas comunidades e nas escolas, me fez descobrir a fecundidade de educação popular que se concentra no fazer instrumento e compartilhar com a comunidade seus saberes. Uma educação popular que permite o caçara acreditar que fazer a história por si também é possível

e credível. Desconstruir a crença de que a história é feita somente pelos poderosos foi uma experiência que tive nesse percurso de pesquisa quando me dei por pesquisador caiçara.

Quero continuar acreditando e lutando para que, através do fandango, nós caiçaras da Jureia não sejamos meros informantes, mas sujeito de nossa própria história e que a educação um dia possa realizar-se, em uma sociedade democrática, como uma educação popular (BRADÃO, 2012, p.57).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Roberto Zanello de. **Fandango do Paraná**: olhares. Textos de Edival Perrini. Curitiba: Optagraf, 2005.

ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação**. Campinas: Versus, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Tópicos).

BAUMAN, Zygmund. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____, Zygmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2001.

_____, Zygmund. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BARROS, Manuel. **Entrevistas**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

BENAZERA, Clara; CAVANAGH, Julie. Burocracia, ciclo econômico e espaço familiar no Vale do Ribeira. In: Org. Diegues. **Enciclopédia Caiçara**: o olhar estrangeiro. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005. v. 3.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.1).

BETO, Frei. **Desafios da educação popular**. São Paulo: CEPIS, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei.n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Decreto n. 30, de 22 de agosto de 2002. 5. edição, Brasília, 2004.

BRITO, Sergio. **Enquanto houver sol**. Acesso em 21 de outubro de 2014: <http://www.vagalume.com.br/sergio-britto>.

BRANCO, Alice. **Cultura Caiçara**: resgate de um povo. Peruíbe, SP. Etecê, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasilienses, 2007. (Coleção primeiros passos, 2007).

_____. **O que é educação popular.** São Paulo: Brasilienses, 2007. (Coleção Primeiros passos, 20).

_____. (Org.) **Pesquisa participante.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. (Org.) **Repensando a pesquisa participante.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil.** 13. ed. São Paulo: Global, 2004.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de filosofia.** São Paulo: Saraiva, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Vale do Ribeira e litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população.** (Texto originalmente preparado para o CENPEC). Acesso em 15 de setembro de 2014: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>.

Ivan Breton ... [et al] Antônio Carlos Diegues(org.). **ENCICLOPÉDIA CAIÇARA: O Olhar do pesquisador.** São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP, 2005. v. 1.

FORTES FILHO, Paulo Fortes. **Falares Caiçaras. Enciclopédia Caiçara.** (Org.) Antonio Carlos Diegues. Vol. II. São Paulo: Hugitec-NUPAUB/UsP, 2005. (rever citação, entrada é por Fortes Filho e não apenas Filho)

FORTES, Roberto. **Iguape... Nossa História.** Vol. 1. Gráfica Somet, Iguape, 2000.

FRANCO, Domingas Prado. Entrevista concedida na comunidade da Vila Nova em 25 de setembro de 2003.

FRANCO, Paulo Cesar. **Escola Caiçara da Jureia.** (Narrativa de minha experiência como professor na Escola Caiçara da Jureia entre os anos de 2003 e 2005, na Comunidade da Cachoeira do Guilherme, Estação Ecológica Jureia-Itatins/Iguape/São Paulo, 2010. Texto não publicado).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido,** 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática da liberdade educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Criando métodos de pesquisa alternativa: Aprendendo a fazê-la melhor na prática da ação.** In Brandão, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante.** São Paulo, Brasiliense, 2006.

GADOTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum.** IV congresso intranacional de pedagogia social Unicamp, Unisal, Usp, Puc-SP, Mackenzie e Campinas, 25 a 27 de julho de 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo no terceiro setor.** 3 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

HUGO, Victor. **Os trabalhadores do Mar.** Tradução de Machado de Assis. São Paulo, Nova Cultural, Obras Primas, 2002.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Leituras da Secretaria Municipal de Campinas, Campinas, SP. N. 04, julho de 2001. SP.

_____. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas.** 4 ed. Texto de Jorge Larrosa, tradução de Alfredo Veiga-Neto, Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

MAGDALENA, Bianca Cruz. **Reza lenda. A cultura caiçara de Cananea vivenciada no bairro rural de Santa Maria.** Ilustrações de Felipe Augusto. 1ª. ed. Londrina, PR, 2008.

MAHFOUD, Miguel. **Folia de reis: Festa raiz ou Experiência Religiosa em Comunidades da Estação ecológica Jureia-Itatins na perspectiva da psicologia Social Fenomenológica.** Tese apresentada ao Instituto de psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção de grau de doutor em psicologia. São Paulo, 1996.

MARCILIO, Maria Luiza. **Caiçara. Terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.** São Paulo: Paulinas: CEDHAL, 1986.

MELO, Teresa Mary Pires de Castro. **A Floresta, a Mesa e as Leis: espaços, comunicação e mudança cultural em comunidades tradicionais da Estação Ecológica Jureia-Itatins.** Dissertação de mestrado apresentado ao departamento de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MUSEU VIVO DO FANDANGO. Alexandre Pimentel, Daniela Gramani, Joana Corrêa (Orgs.). Rio de Janeiro, Associação Cultural Caburé, 2006.

Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: **Comunidades Tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruíbe.** Coord. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Acevero Marin; equipe de pesquisa: Adriana Souza Lima... [et al] – Manaus: UEA Edições, 2013.

PELBART, Peter Pål. **Poder sobre a vida, potência da vida.** Acesso em 16 de dezembro de 2014. http://uninomade.net/wp-content/files_mf/Pelbart.pdf.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira. **Educação Popular: Uma experiência no cenário dos anos 90.** Dissertação de mestrado apresentado no Departamento de Administração e Supervisão Educacional da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

_____. **Educação e comunidade: em busca de novas formas de cooperação.** Artigo publicado no jornal Cruzeiro do sul-Sorocaba. 11/02/203. Acesso: em 08/07/2014. Link:<http://www.cruzeirosul.inf.br/materia/453645/educacao-e-comunidade-em-busca-de-novas-formas-de-cooperacao>.

PRADO, Adriano do. **Conversa em setembro de 2004 na Vila do Prelado**, Jureia.

PIMENTEL, Alexandre. **A confecção de instrumentos musicais do fandango caiçara**. IPHAN, CNFCP, Rio de Janeiro, 2010.

QUINTANA, Mario. **80 anos de poesia**. Seleção e organização Tania Franco Carvalhau. São Paulo, Globo, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, companhia das letras, 1995.

ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético, estético, política no trabalho acadêmico**. Palestra proferida no concurso para o cargo de Professor Titular da PUC/SP, realizado em 23/06/93, publicada nos Cadernos de Subjetividade, v.1 n.2: 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduados de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, set./fev. 1993.

_____. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

RODRIGUES, Carmem Lúcia. **O lugar do Fandango Caiçara: natureza e cultura de “povos tradicionais”, direitos comunais e travessias no Vale do Ribeira (SP)**. Tese de doutorado apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de doutorado em Antropologia Social. Campinas, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **"Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências"**, Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: São Paulo, Cortez, 2008.

SILVA, André Luiz Ferreira da. **Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na Mata Atlântica brasileira: Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP**. Dissertação de mestrado apresentado na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear de Agricultura, Piracicaba, 2012.

SIMÃO, Cristiana Guimarães. **Áreas cultivadas na Comunidade da Cachoeira do Guilherme, Na Estação Ecológica Jureia-Itatins, SP**. Dissertação de mestrado em Ecologia de Agro ecossistemas apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

SUGUINOSHITA, Maria Luiza. **Discurso de formatura da turma de pedagogia da UNESP**, 2010-2013.

OLIVEIRA, R. Darcy de; OLIVEIRA, M. Darcy de. **Pesquisa Social e Ação Educativa: Conhecer a realidade para poder transformá-la.** In Pesquisa participante. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. São Paulo, brasiliense, 2006.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima.** 2 ed. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VALLA, Victor Vicent. **Sobre participação popular: uma questão de perspectiva.** Acesso em 04/12/2014: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v14s2/1322.pdf>>

VOZ CAIÇARA. Um jornal a serviço da comunidade. Iguape, 2010.

WUNDER, Alik. **“Encontro de águas” na Barra do Ribeira: imagens entre experiências e identidades na escola.** Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PRINCIPAIS SITES E LINKS CONSULTADOS:

Site: <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br>>

Link: <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/sobre.html>>

Site: <<http://www.svdesdeva.com.br>>

Link: <<http://www.svdesdeva.com.br>>, acesso em 11 de junho de 2014.

Site: <<http://batucajedovale.blogspot.com.br>>

Link: <<http://batucajedovale.blogspot.com.br>>, Acesso em 18 de julho de 2014.

Site: <<http://ittesp.com.br>>

Link: <<http://ittesp.com.br>>, acesso em 20 de junho de 2014.

Site: <<http://www.rederua.org.br/rederua>>

Site: <<http://www.rederua.org.br/rederua>>, acesso em 11 e junho de 2014.

Site: <www.facebook.com/ajj.associacaodosjovensdajureia>.

Link: <<https://www.facebook.com/ajj.associacaodosjovensdajureia>>, acesso em 11 de junho de 2014.

Site: <speedtest.copel.net>

Link: <<http://speedtest.copel.net>>, acesso em 18 de julho de 2014.

Site: <www.registro.unesp.br>

Link: <http://www.registro.unesp.br/sites/museu/basededados/arquivos/00000228.pdf>, acessado em 23 de junho de 2014.

Site: www.apeoesp.org.br

Link: <<http://www.apeoesp.org.br>>, acessado em 15 de maio de 2014.

Site: <<http://www.artesol.org.br>>

Link: <<http://www.artesol.org.br/site/iguapesp>>, acessado em 17 de junho de 2014.

Site: <www.cultura.sp.gov.br>

Link: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>>, acesso em 1 de maio de 2014.

Site: <<http://www.artesol.org.br>>

Link: <http://www.artesol.org.br/site/iguapesp>, acesso em 29 de março de 2014.

Site: <marbrasil.org>

Link: <<http://marbrasil.org/home/detalhes/3156/Modalidades-de-Pesca>>, acesso em 02 de agosto de 2014.

Site: <EscolaCaiçaradaJureia>

Link: <http://www.registro.unesp.br/sites/museu/basededados/arquivos/00000228.pdf>, acessado em 12 de maio de 2014.

Site: <associacaoculturalcabure>

Link: <http://associacaoculturalcabure.blogspot.com.br>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Site: <vagalume.com.br>

Link: <http://www.vagalume.com.br/titas/enquanto-houver-sol.html>.

Site: <culturaviva.org.br>

Link: <http://culturaviva.org.br/mapa/centro-de-cultura-caicara-da-barra-do-ribeira-jureia>.

Site: <iphan.gov.br>

Link: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistrado>.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quanto tempo você vive aqui neste lugar?
2. Conte um pouco de sua vivência enquanto caiçara na Barra do Ribeira.
3. Você viveu alguma experiência que te marcou no período da Nuclebrás? Da especulação imobiliária? Da criação da AJJ?
4. O que é ser caiçara para você? Que vivências expressam o modo de vida caiçara?
5. Você é mestre artesão? Como você aprendeu esta arte?
6. Você já participou das oficinas fandango que foram realizadas na AJJ?
7. Você já ouviu falar das oficinas de fandango?
8. O que você se recorda das oficinas de fandango?
9. Qual era o objetivo delas?
10. Como se ensinava e aprendia nas oficinas?
11. Qual a contribuição das oficinas para a preservação da cultura caiçara?
12. A tradição caiçara se reconhece no fandango?
13. Você vive o ritual do fandango?
14. Como aprendeu?
15. Por que não existe mais o mutirão de fandango?
16. Você lembra alguma história sobre a construção da AJJ?
17. Como foi construída?
18. Porque foi construída? Quais são os objetivos da AJJ?
19. A que tem servido hoje a AJJ?

AUTORIZAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) _____

Caro amigo (a), estou desenvolvendo uma pesquisa de mestrado pela Universidade de São Carlos – Campus de Sorocaba, com objetivo de entender a atuação das oficinas de fandango caiçara desenvolvida pela Associação dos Jovens da Jureia- AJJ enquanto espaço de educação popular. O tema da minha pesquisa é: **Oficinas de fandango caiçara como vivência de educação popular na Associação dos Jovens da Jureia-AJJ /Barra do Ribeira – Iguape – SP: reafirmando o potencial das comunidades tradicionais caiçaras.**

Tendo em vista sua identidade caiçara e experiência com a cultura caiçara, principalmente o fandango, gostaria de entrevistá-lo (a) para melhor fundamentar meu trabalho com seus depoimentos sobre a temática que estou desenvolvendo.

A entrevista que você me conceder será gravada e depois transformada em texto escrito que comporá a dissertação. Depois de gravada e transmita você poderá ouvir e ler o que você me falou e também ficará guardada em meu arquivo pessoal podendo ser solicitado por você a qualquer momento. Tudo o que for dito na entrevista será confidencial e depois você poderá solicitar a destruição do arquivo gravado, caso queira.

Mesmo tendo concordado, você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem precisar dar explicações, bastando me avisar quando quiser.

Essa pesquisa será desenvolvida por mim, Paulo Cesar Franco, aluno do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Carlos – Campus de Sorocaba, durante os anos de 2013 a 2015 sob a orientação do Profa. Dra. Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira.

Nome do entrevistado: _____

Contato: _____

Nome do entrevistado: Paulo Cesar Franco

RG: 22.774.751-3

Contato do entrevistador: Rua Vila Nova, 1040-casa 01. CEP: 11.920-000 – Vila Nova – Icapara/Iguape Celular: (13) 98165-8980.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Entrevistado: Cleiton do Prado Carneiro

Data: outubro/2014

Local: residência do entrevistado

Paulo: Cleiton, onde você nasceu?

Cleiton: Bom, eu nasci, na verdade, eu nasci em São Vicente, litoral aqui de São Paulo, mas eu fui lá só pra nascer só. Na verdade, é, eu voltei de lá com três dias e fiquei o tempo da dieta da minha mãe em Peruíbe e depois voltei pra Jureia. Na verdade no Rio Verde, onde foi que passei os meus primeiros anos de vida.

Paulo: Você aprendeu a ler e a escrever na escola?

Cleiton: Não, eu não aprendia a ler e escrever na escola. Aprendi a ler e escrever cedo, com dois, três anos de idade com meu pai e já entrei alfabetizado na escola. Na verdade eu fiz um teste, não fiz primeira série. Como lá no sítio não tinha, pré, jardim essas coisas, eu deixei de fazer pré e jardim e acabei não fazendo a primeira série também porque não tinha o que aprender na primeira série. Fui, passei pra 2ª. série, comecei da segunda série na verdade.

Paulo: Como você descreve sua vivência enquanto caiçara na Barra do Ribeira?

Cleiton: É... Então, minha vivência como caiçara na Barra do Ribeira é um pouco restrito, não vou dizer que seja totalmente restrita, mas é um pouco restrita, porque a partir do momento que você sai de sua comunidade, sai de seu território um pouco de sua essência, não digo que perca, mas você deixa de viver a sua essência. Então, aqui basicamente eu toco fandango, não posso fazer minha roça, né, não, não tenho muito contato com a pesca, não por não poder pescar ou por ser distante de locais de pesca, mas, às vezes, porque não dá tempo, trabalho com outras coisas. E se torna um pouco restrito, quando eu posso, você sabe que eu não tenho... assim, eu tenho muita afinidade com o mato, então, o mato que digo, com a parte, como sítio, então tô sempre indo pra casa do meu avô. Lá, lá sim eu tenho contato. Lá eu vivo como caiçara. Mesmo que seja pouco o tempo que eu tenho lá, mas eu vivo como caiçara. Em casa de meu avô, em casa de meu sogro, em casa de meus tios que moram mais retirados da cidade...

Paulo: O que é ser caiçara para você? E quais são as vivências que revelam esse modo de vida?

Cleiton: Então, pra mim, ser caiçara hoje é aquilo que falei na pergunta anterior. É você viver na essência. Se você não tiver no seu lugar e não fizer as coisas que tem na sua cultura, você acaba, sabe, não, não sendo o caiçara, mas não agindo como tal. A gente vive como caiçara na cidade grande, como que eu vivi em Peruíbe. Lá não é uma cidade pequena mais, e para você manter sua cultura, para você viver sua cultura na cidade grande já é meio complicado, principalmente para você criar seu filho como tal, como caiçara.

Paulo: Você se considera um mestre artesão e como você aprendeu essa arte, caso se considere mestre artesão?

Cleiton: Então, assim, eu, eu, sou muito novo para me considerar um mestre artesão. Acho assim, as pessoas sempre falam, assim com a habilidade de fabricação de instrumentos, assim dessas coisas, as pessoas às vezes, falam isso, mas acho que pra você ter uma certeza disso nada melhor do que as pessoas falando pra você. Você tem que se autodenominar também. Eu por enquanto, acho que tenho muito a aprender, né assim, tenho muito a passar pros outros também, mesmo assim muito aprender pra ser um mestre artesão, entendeu? Acho que um mestre é aquele que já chegou num patamar de não aprender mais e sim de ensinar, esse é um mestre no assunto.

Paulo: E qual sua relação com as oficinas de fandango?

Cleiton: Eu comecei, eu comecei com 13 anos a fazer instrumentos musicais. A partir dos 16, 17 anos eu dei a minha primeira oficina de instrumentos musical, não oficina de fandango, englobando o fandango, mas oficina de instrumento musical. E a partir dai eu fui chamado a dar varias oficinas principalmente no SESC, nas escolas públicas, escola municipal. Eu tive contato durante 6 meses com alunos de escola municipal da Ilha Comprida.

Cleiton: Na verdade o que a gente fazia na AJJ era artesanato normal, artesanato tintado: colher de pau, passarinho, sabe, essas coisas... Na verdade, as oficinas de instrumentos, é, quando eu aprendi a fazer instrumento logo eu fui chamado pela Secretaria de Cultura de lá (Ilha Comprida), e não tinha experiência nenhuma com oficina de instrumentos.

Paulo: Você foi o primeiro cara a fazer uma oficina de fandango na AJJ?

Cleiton: Sim, sim. Então a gente teve umas oficinas de fandango na época, eu acho que foi em 95, oficina de dança na AJJ, na verdade, onde agente começou apresentar o fandango só tocando, ainda não tinha dança e nessa época veio um diretor de cultura de Iguape e ministrou uma oficina de fandango coma gente aqui e acho que uma vez a gente foi pra Iguape umas 5 vezes pra ter essa oficina, eu acho que foi no IBAMA, na sede do IBAMA a gente teve umas

4 vezes oficina de dança de fandango na verdade. Foi daí que começou o grupo de fandango. A gente começou com sirindi, com são Gonçalo nessa época.

Paulo: E qual que era o objetivo da oficina de fandango?

Cleiton: Na verdade tinha uma apresentação nessa época em Campinas, pra gente fazer, na Unicamp, quando o diretor de cultura de Iguape soube que a gente tinha um grupo de fandango aqui, na verdade era pro pessoal de Icapara ir.

Paulo: Que ano foi?

Cleiton: Acho que em 1995, 1996. Era pro pessoal do Icapara ir, mas o grupo de lá já estava extinto, não existia mais grupo lá, ele ia fazer esse trabalho com o pessoal do Icapara porque na verdade ele morava no Icapara.

Paulo: O diretor de Cultura?

Cleiton: É, o diretor de Cultura, Gerson...

Paulo: Da oficina Gerson de Abreu?

Cleiton: Sim, sim e daí ele começou ensaiar a gente para essa apresentação na Unicamp. Depois dessa apresentação surgiram mais apresentações. Primeiro no revelando São Paulo que a gente fez, que foi no Parque do Ibirapuera, foi a primeira apresentação que a gente participou e depois disso a gente foi fazendo apresentação de fandango até que a Associação dos Jovens começou a ministrar as oficinas. A gente ia dar oficina de fandango na Ilha Comprida, oficina de dança, oficina de toque e aí surgiu as oficinas de instrumentos musicais que eu ministrava. Na Ilha Comprida eu comecei 3 ou 4 oficinas aí comecei a sair pro SESC e pra outras entidades e surgiu o Ponto de Cultura, surgiu as oficinas do Ponto de Cultura também e daí não foram só oficinas do pessoal que estavam na AJJ, mas outras pessoas que a gente contratou para vir dar oficinas de fandango nas escolas.

Paulo: Como se ensinava e aprendia nas oficinas?

Cleiton: Então, é. se tratando de oficina de dança é... mais na parte oral mesmo, é mais oralidade mesmo, a gente não tem muita essa prática da escrita, a cultura caiçara não tem muita essa didática da escrita. Então é olhando e fazendo. A gente tem essa facilidade de ensinar, de mostrar pros outros aprenderem, pra gente é fácil fazer isso. Passar na teoria é mais difícil. Então, seria na parte, seria basicamente oral.

Paulo: Qual eram as contribuições das oficinas na preservação da cultura caiçara?

Cleiton: A preservação da cultura caiçara, a parte musical é essencial, né. Então, as oficinas de fandango, elas ajudam muito a manter sua essência... se você fala do fandango, em

qualquer lugar, as pessoas falam eu danço fandango, mas o fandango caiçara, aí as pessoas falam sim e você pergunta: você é caiçara? E daí começa a conversa. Tem muita gente que se autodenomina caiçara porque dança fandango hoje em dia, entendeu? E porque aprendeu a gostar de ser caiçara dançando e tocando fandango, porque basicamente é a união de todas as coisas, a parte musical é a união de todas as coisas, você faz uma pescaria boa, na época se fazia uma festa com fandango, faz uma roça, se faz um mutirão, um fandango pra fazer a paga do mutirão e por aí se vai, então, a parte musical o fandango em si é essencial na cultura.

Paulo: Você acha que a tradição caiçara se reconhece no fandango?

Cleiton: Sim, as pessoas te reconhecem tocando fandango de fora, elas dizem esse é caiçara.

Paulo: O que representa o fandango pra você, na sua vida?

Cleiton: Pra mim, representa a minha identidade. Acho sem o fandango hoje, eu trabalho em prol do fandango, eu trabalho pro fandango, construo os instrumentos do fandango aonde eu vou tenho de tocar fandango. Então, pra mim, o meu reconhecimento, a minha identidade é o fandango caiçara.

Paulo: Qual a relação do fandango como mutirão?

Cleiton: A relação do fandango com o mutirão eu acho que é essencial. Hoje em dia se a gente faz um mutirão de qualquer, faz uma roça, faz... vai levantar uma casa, no final tem o fandango. As pessoas não fazem nada sem o fandango hoje em dia na comunidade caiçara tem o fandango.

Paulo: Você acha que o mutirão acabou?

Cleiton: Não. Tá muito longe de acabar. Assim, hoje em dia é difícil você ver um mutirão de roça, no caso. É difícil você ver um mutirão de variação de canoa, mas o caiçara tem muito de se ajudar. É da nossa cultura a gente se ajudar. Chamar alguém para fazer alguma coisa na casa, chamar alguém pra limpar um pedaço de estrada que seja... como a prefeitura não tem condições... Assim, as pessoas se unem pra fazer isso. Então, eu acho que o mutirão em si não acaba.

Paulo: Cleiton, finalizando por aqui, gostaria de você falasse um pouco da AJJ. Início dela, objetivo, seu desenvolvimento e o que ela é hoje.

Cleiton: Bom, a AJJ, ela é, a partir do momento que a gente foi expulso [da Jureia] por não poder fazer as coisas que o caiçara faz no seu território, a gente se viu de mãos atadas, pois a gente veio aqui pra Barra do Ribeira e um pouco foi pra Iguape, a gente se viu de mãos atadas pois além de não conseguir acompanhar as pessoas do lugar... a gente vivia como caiçara,

agente só sabia fazer casa de pau-a-pique, fazer canoa, fazer remo, né, as pessoas só viviam disso. Vender sua farinha de mandioca, vender seu peixe. Não tinha muita intimidade com o trabalho da cidade. A gente se viu de mão atadas, pois todas as pessoas que saíram de lá ficaram sem emprego, ficaram sem trabalho mesmo, pois a maioria não tinha emprego e aí a gente resolveu se unir aqui e formalizar alguma coisa, correr atrás do prejuízo na verdade. Não foi fácil, a gente demorou um pouco pra unir o pessoal e falar, vamos montar uma associação, né. A gente nem sabia na verdade o que era isso, associação. Como que era o andamento disso, mas aí em 1993 a gente teve a ideia de formar a associação, já tinha a união dos moradores, né, e a gente resolveu de formar a associação dos Jovens da Jureia, época eu tinha 13 anos, e fui um dos fundadores da associação dos jovens, mas ela, a fundação da associação dos jovens ocorreu por causa disso, pela falta de opção que a gente tinha aqui... quanto pra lutar pelo nosso território, quanto pra lutar pelas coisas que agente fazia e pra ter uma renda também. Pra o pessoal se unir pra fazer artesanato, pra encaminhar as coisas que não estavam, assim a gente não tinha saída se não fosse a associação dos jovens naquele momento, entendeu? Pra gente hoje em dia ela é essencial, tanto pra manutenção da cultura, tanto pra luta nossa poder conquistar o território, a gente tem um currículo muito grande assim, um retrospecto muito grande se tratando de luta por território, então eu acho que ela ajuda muito a gente nisso e na formação das pessoas também, na formação social que agente tem. Na formação de viver em comunidade, em sociedade, né. Todo mundo que sai daqui, todos os jovens que saem daqui... é, sai com a cabeça diferente, sai com uma mentalidade diferente, né. Ao contrário de várias pessoas que a gente pergunta assim: o pessoal é caçara e o pessoal diz que não é, a gente tem orgulho de ser caçara. Acho que isso é importante pra gente, ter orgulho de ser caçara. E tem orgulho de pensar como tal, e tem orgulho de agir como tal e isso a gente aprende, além de se tratar como família, tudo mundo da associação se trata como família, é... A gente aprende isso um com o outro, entendeu? Cada jovem que vem, cada criança que vem passa a ser jovem dentro da associação e se um dia ela sair, ela sai com uma mentalidade diferenciada dos outros.

Paulo: Você acha que a associação desenvolve um papel de uma escola popular onde se ensina valores, cultura?

Cleiton: Acho que ela tem, pois o objetivo da associação é assim. Acho que o objetivo da associação é manter a educação popular. Manter aquele modo de vida, você consegue fazer da pessoa aquele que ele tem que ser, no caso, o caçara tem que ser caçara. O caçara tem que

aprender a ser caçara, mesmo que ele não viva no seu território, mas ele tem que aprender a ser caçara. Ele tem que, não digo aprender, mas ele tem que continuar com a educação do caçara, você trabalhar sua oralidade, trabalhar seu olhar e aprender, entendeu? Eu acho que aquele ver e aprender é a raiz da educação popular. Que na verdade, na educação popular você não tem a base nas escritas, você conversa e ensina do jeito que tem que ser.. ai isso que tem que ser. Você corta assim, faz assim, sabe, eu acho que isso que predomina na educação popular.

Paulo: As oficinas de fandango tem potencial de criar espaços de conversas, oralidade, partilhas...?

Cleiton: Sim, se você se dedica ensinar fandango, na verdade, você esta ali trocando experiência com os mais velhos e dos mais velhos para com os mais novos. Então, no caso, se uma pessoa da minha idade, eu tenho que trazer os mais velhos para perto dos mais jovens e é ali que gera essa troca de experiência. Hoje em dia, assim, tem coisas que já não se fazem mais no fandango, tem dança que já não se dançam mais e agente procura trazer o mais experiente, a pessoa que vivenciou aquilo pra passar pros jovens, né, porque, primeiro pela responsabilidade de ter que apresentar isso pra sociedade, né, apresentar o fandango pra sociedade como uma expressão musical da cultura caçara. Segundo, poder passar pros jovens o que os mais velhos faziam antes. Hoje em dia você não faz isso sem trazer os mais velhos. Eu pelo menos, eu me dedico ao fandango desde os 15 anos de idade. Desde que eu entrei na associação, eu entrei pra tocar fandango, não porque me falaram: Cleiton você vai entrar na associação pra tocar fandango, mas eu entrei com intuito disso, entrei com isso na cabeça. O estatuto da associação tá falando que é pra manter a cultura, então tem que manter a cultura, né, entrei com isso na cabeça, meu tio, tio Silvano, que ai apresentar antigamente como estava no estatuto. A partir desse momento a gente começou a colher dos mais velhos os que se fazia, né, meus avós, as pessoas que moravam no sítio ainda, pois não saiam de lá porque o modo de vida aqui na cidade era diferente. Tinham pessoas que vinham conversar com a agente e tinha pessoas que a gente tinha que ir lá para buscar o conhecimento deles lá dentro. Então, esse intercâmbio de diferença de idade, ai, possibilita vários ensinamentos, até pra mim, pois sempre estou buscando coisas dos mais velhos pra passar para os mais jovens já é muito importante, pra mim, eu aprendo muito com isso e todas as pessoas que participaram desse processo de aprendizado. Se você não tiver ali uma intermediação pra passar pros mais jovens e trazer os mais idosos pra perto de nós mais jovens. Isso dentro da associação e dentro

do fandango pra gente foi essencial. Por isso que o fandango, a oficina de fandango e importante como educação, como educação popular porque na oficina de fandango você não fala somente do fandango, você fala de toda a cultura caiçara. Quando você tá explicando sobre o fandango, mas em tal lugar tal pessoa fazia aquilo, chamava alguém pra fazer uma canoa, de repente tinha um mutirão e a gente dançava tal moda, quando agente plantava arroz a gente dançava tal moda e tinha que bater o pé... era uma curiosidade do mais novo saber o que acontecia antigamente com os mais idosos, com soa mais experientes digamos assim. Então, o método da educação do caiçara é essa... é... Eu acho que educação popular tem que ser passado do jeito que aquela cultura propicia. E como a educação popular, a educação do caiçara, como ela é mais na base da oralidade com pouco escrita e a única possibilidade de ensinar fandango é mostrando, né, o fandango, é, e em tudo pra continuar sendo uma base da educação popular.

Paulo: Cleiton, agradeço pela entrevista.

Cleiton: Valeu.

APÊNDICE 2

Entrevistada: Adriana de Souza de Lima

Data: Setembro de 2014

Local: Residência da entrevistada

Paulo: Quem é você?

Adriana: Sou Adriana, tenho 41 anos, sou monitora ambiental, educadora popular, atualmente presidente da União dos Moradores da Jureia-UMJ e estudante de Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná.

Paulo: Quanto tempo você vive aqui neste lugar (comunidade do Guararú)?

Adriana: 41 anos.

Paulo: Adriana, conte um pouco de sua vivência enquanto caiçara.

Adriana: Nasci de parteira (Dona Lourdes) e com ajuda do primo da minha mãe, (Nicleto da Silva), quem eu chamo de tio até hoje, na comunidade do Guaraú, município de Peruíbe. Como meu pai (Ismael Ribeiro de Lima) é de Iguape, mais especificamente da Reversa (Rio Comprido), sempre tive ligada ao município de Iguape. Já minha mãe (Neuza Maria de Souza Lima) é nascida em Registro e veio morar na região da Jureia com três anos de idade. Eles se casaram e foram morar no Guaraú, bairro de Peruíbe. Cresci entre esses dois vilarejos, viajando sete horas no fundo da canoa, quase sempre dormindo. A canoa era de um pau só,

conduzida a remo pelo meu pai. Embora meu pai, aos nove anos de idade, tenha sofrido um acidente na fábrica de moer ostra onde perdeu o braço esquerdo, não ficou limitado, pois além de remar horas também fazia sua própria canoa, construía sua casa e todos seus apetrechos necessários à sobrevivência na floresta, caçava para nos alimentar, plantava e pescava com um braço só. Minha mãe cuidava da casa, ajudava na colheita, no beneficiamento do arroz no pilão, mas também caçava aves, principalmente as de porte médio e também ia à praia pescar siri, marisco e saguaritá. Eu sempre acompanhei a colheita, a pesca e o feitiço de canoa e os afazeres de casa principalmente o cozinhar no fogão à lenha e buscar água na fonte. Pescar de vara na canoa, eu gostava muito e também nadar nos rios e no mar. Com meu avó, por parte do meu pai, (Leodoro de Lima) aprendi a alinhar traíra, colocar o covo no rio, gostar do Fandango... Com meu avó por parte da minha mãe (José Martins de Souza) já aprendi um pouco da luta e resistência pela terra, um posseiro que criou seus filhos com muito trabalho na lavoura e com criações de animais de pequeno porte. Outra questão que considero importante foi ter convivido com um curandeiro que eu chamava de Tio Sátiro, que até uns seis e sete anos eu praticamente não ia ao médico convencional, era tratada através da sua religiosidade e da sua orientação no uso das plantas medicinais. Minha mãe trabalhou com uma família de europeus, os quais eu convivi por mais de 18 anos (franceses e italianos). A comunidade sempre foi muito tranquila e ninguém tinha carro, quando as famílias começaram a frequentar o Bairro era possível reconhecer quem ia chegar pelo ronco do motor. Mas rapidamente a especulação imobiliária chegou e com ela um turismo desordenado, trazendo influências de fora, como se nosso modo de vida fosse inferior e, aí, sofremos um processo de quase anulação de identidade, querendo se parecer mais com o outro. Com 14 anos comecei a trabalhar e não tinha muita afinidade com os estudos, aos 17 anos fui para a Capital, acreditando que teria mais oportunidade para estudar e trabalhar. Permaneci por 4 anos lá e tive um grande aprendizado de vida, ao morar em uma periferia. Mas o maior aprendizado foi sobre a minha própria cultura e por isso voltei para o Guaraú. Desde que voltei busco fortalecer a identidade caiçara, me reconhecendo enquanto caiçara e atuo na mobilização e organização comunitária, fazendo parte das associações que lutam por direitos culturais e pelo território e na mobilização regional e nacional (RJ, SP e PR). Atualmente desenvolvo uma oficina de culinária caiçara junto ao companheiro Dauro Marcos do Prado (Tarde Caiçara: Da roça à Mesa) onde o enfoque principal é trazer à tona a identidade do Caiçara no contexto da formação do Povo Brasileiro com toda sua contribuição histórica.

Paulo: Você viveu alguma experiência que te marcou no período da especulação imobiliária?

Adriana: Sim, com a especulação imobiliária, meu avó José foi muito perseguido por jagunços e chegou a ser preso. Foi expulso das terras onde morava toda sua família e seus irmãos, no Morro dos Mineiros (Iguape). O outro por falta de escola e de condições de cuidar dos filhos acabou vendendo suas terras por preço de banana e foi morar em Peruíbe.

Paulo: O que é ser caçara para você? Que vivências expressam o modo de vida caçara?

Adriana: É se reconhecer no modo de fazer, criar e viver no mundo. Ter simplicidade e sabedoria para viver bem, se adaptar as intempéries da natureza, ser parte do povo que constitui e contribui com esse Brasil rico e diverso. As vivências estão relacionadas com a prática da culinária e do uso das plantas medicinais, do extrativismo para todas as necessidades de construção e arquitetura e de alimento; da agricultura de pousio, nas manifestações de fandango, folias e outros, assim como na pesca artesanal no rio e no mar e também no linguajar.

Paulo: Você conheceu ou já participou das oficinas fandango que foram realizadas na AJJ?

Adriana: Não das oficinas, mas já participei das festividades de São João, Carnaval e outros fandangos.

Paulo: Você já ouviu falar das oficinas de fandango? O que você sabe sobre elas?

Adriana: Sim, sei que a AJJ tem um importante trabalho no resgate e manutenção da identidade caçara através da oficina de fandango. A oficina de fandango mobiliza muita gente, principalmente os jovens, estimula os mestres violeiros a participarem e serem valorizados pelo seu saber da experiência.

Paulo: Que objetivos tem as oficinas em sua opinião?

Adriana: Dar continuidade na troca de saberes.

Paulo: A tradição caçara se reconhece no fandango?

Adriana: Sim, o fandango mobiliza as pessoas, faz as pessoas ultrapassar barreiras, físicas e psicológicas para estar num fandango. Pessoas que saíram por algum motivo da região, quando sabem de um fandango, viajam e veem de longe. Todos brincam crianças, jovens e os mais velhos...

Paulo: Você vive o ritual do fandango?

Adriana: Sim, quando tem festas procuro participar. Também já ajudei a organizar alguns na casa do meu pai.

Paulo: Por que hoje não existe mais o mutirão de fandango?

Adriana: Porque o mutirão estava relacionado às práticas do cotidiano, das roças, varação de canoa, construção de casa e outros e com a criação da reserva da Estação Ecológica Jureia Itatins, todas essas práticas foram proibidas. Todos se tornaram clandestinos dentro da sua própria casa e foram impedidos de dar continuidade na maioria dessas práticas.

Paulo: Você lembra alguma história sobre a construção da AJJ?

Adriana: Sim.

Paulo: Como ela foi construída?

Adriana: A partir da organização das famílias que foram expulsas da Jureia, buscaram um meio para se manter juntas e com as práticas que estavam sendo proibidas e também para buscar uma geração de renda. Iniciaram um trabalho com caixeta e depois conseguiram um galpão para fazer uma marcenaria, montaram um grupo de fandango para fazer apresentações em eventos e escolas. Mais recentemente, na década de 2000, conseguiram financiamento com o Governo e com o terceiro setor para ampliar o galpão e transformar num centro de cultura Caiçara. Este está em fase de término e todo o trabalho é feito com mutirões.

Paulo: Porque foi construída? Quais são os objetivos da AJJ?

Adriana: Promover a cultura caiçara, gerar renda para a comunidade, incentivar as práticas e saberes tradicionais, se manterem no território e fazer formação.

Paulo: A que tem servido hoje a AJJ?

Adriana: Tem sido um espaço de constante formação para discutir políticas públicas inclusivas, manutenção da cultura, promoção do Fandango Caiçara no reconhecimento como Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Paulo: As oficinas de fandango constituem um espaço de educação popular?

Adriana: Sim, porque se opõe ao modelo atual de educação formal, que considero fracassado, propõe novas formas de pensar a educação a partir do saber de experiência e os protagonistas são as comunidades.

Paulo: Muito agradecido pela entrevista.

Adriana: De nada.

APÊNDICE 3

Entrevistado: Nicleto Silva

Data: Setembro de 2014

Local: residência do entrevistador

Paulo: Seu Nicleto, onde o senhor nasceu?

Seu Nicleto: Subindo o Rio Catunduva, na cachoeira do Mineiro, fica na Serra do Itatins, depois do Palhau, na região do Rio Comprido.

Paulo: Em que ano o senhor nasceu?

Nicleto: Que ano que nasci? 1938. Dia 15 de agosto de 1938.

Paulo: Como foi sua infância e com que brincava? O senhor lembra-se dessa época?

Nicleto: Assim, eu lembro. Lembro que eu era criancinha e dormia no meio das roupas. Naquele tempo não tinha costureira e quem costurava era minha mãe. Não dá pra lembrar direito, mas eu me lembro daquele tempo. E brinquedo era carrinho de carretel de linha, essas coisas, pois naquele tempo não tinha brinquedo, pois num sertão daquele lá, bem difícil vir pra cidade, quando as pessoas, meus pais, meus avós eles chegaram naquele lugar lá, onde nasci, em 1929, meu pai era solteiro e de lá daquele lugar casou com minha mãe e depois... eu nasci lá.

Paulo: De parto caseiro?

Nicleto: É ... Minha avó, era médica especialista dessas coisas. Ela corria, vinham buscar ela quase um dia de viagem, pois ia de casa em casa procurando e naquele tempo não existia nada. Nosso brinquedo era ficar olhado nosso pais, pois se eles estavam carpindo no quintal, nós estava perto, fomos crescendo daquele jeito. Aquele tempo era tão bom porque se você ficava um ano, três anos no lugar e aí você estava achando que estava meio enjoado de tá ali você mudava, sai do Rio Comprido ia lá pro Aguapeú, Rio das Pedras e vinha aqui pro Guaraú e você fazia ali outra casa e você mora um ano, dois anos, plantava, você vivia só da lavoura, então você plantava um ano, dois anos e se você enjoava daqui ia pro outro canto e não tinha esse problema que tem hoje que se você for montar uma barraca na beira da praia e se você não tiver autorização, se não pagar pra prefeitura, às vezes, você não colhe. Naquele tempo, se você era dono de uma área aqui, chegava aqui: Paulinho, eu tô querendo mudar pra cá, posso fazer uma casa aqui? Você tem bastante terreno aqui, poso fazer uma roça de arroz? E você falava: Ah, pode fazer sua casa, sua riça de arroz onde você quiser.

Paulo: Era uma terra coletiva?

Nicleto: Não, nada... As terras eram respeitadas. Era como se estive um picadão beirando o rio e as pessoas diziam daqui pra lá é seu e daqui pra cá é meu. Mas se precisasse cada um pedia e não tinha esse negócio.

Paulo: Nessa época que o senhor tá relatando, o pessoal era mais do sítio ou vinha gente também da cidade?

Nicleto: Até eu completar oito ou dez anos era mais do sítio mesmo. Era bem difícil quem ia da cidade. Passou lá quando eu era criança, uma vez, os engenheiros fazendo levantamento do nosso perímetro e eu me lembro de que meu pai falava que o nome dele era doutor Peter, foi em 1929, quando teve o levantamento que as famílias de meus avós tanto de meu pai como de minha mãe morava naquela área de terra que hoje tá lá acampado o meio ambiente e tinha os outros moradores antes de nós e depois de nós. Desde aquele tempo era considerado que nós era o dono daquilo ali porque a terra era devoluta. E aí depois mudava, ia pra frente daqui um pouco de mudava de novo, era assim desse jeito. Não tinha esse negócio, cada um tinha a sua casa de madeira e podia se mudar e depois voltar para a casa de pau-a-pique e continuava morando e não tinha esse negócio.

Paulo: Por que as pessoas saíram dos seus lugares?

Nicleto: Porque achavam muito sacrificoso. Naquele tempo saía daqui do Rio Comprido, acabei de falar agora, juntava-se toda a família, pois era muito unido o povo naquele tempo, lá no bairro onde morávamos tinha a vila dos Pedro e tinha nós cá embaixo, no sítio Mineiro, descia vinha pro palhal, que era a turma dos tavaranos, era uma vilazinha de trinta casas cada vizinhança e depois vinha descendo o Rio Comprido, tinha o tocaia e Barra do Una. Tinha também o sítio Baivera, o sítio Morrote... Depois apareceram os empresários lá que começaram a fazer farinha de ostras, fazenda de banana...

Paulo: Em que ano essa fábrica chegou ao Rio Comprido?

Nicleto: Olha, quando essa fábrica chegou eu já tava mais ou menos com uns 15 ou 16 anos.

Paulo: Foi a primeira vez que chegou gente de fora?

Nicleto: Primeiro de tudo chegou no Morrote. Aí o cara chegou com o negócio de corte de caxeta. Ele veio de Santos comprando o arroz do pessoal que plantava lá da lavoura do Rio Comprido, pois era mais fácil tirar pra Santos do que tirar pra Iguape.

Paulo: No tempo de sua infância o que um jovem precisava aprender?

Nicleto: O que mais interessava a nós criança era ver nossos pais com uma foice nas costas, um machado na mão e a gente sai com um pedaço de pau na mão derrubando árvores, fazendo roças. Ia plantar, a gente ficava doído, pequenino, desse tamanho, a gente se juntava 3, 4 molequinhos, de 7, 8 anos e dizia: “vamos fazer uma roça, vamos”... Às vezes, a gente obrigava nossos pais comprar uns podaozinhos assim, pra gente fazer roça. Era a única brincadeira, não tinha outra coisa. Pescar, brincar na cachoeira.

Paulo: Tinha escola lá onde o senhor morava?

Nicleto: Não, nem sabia o que era isso!

Paulo: Onde encontrava o remédio?

Seu Nicleto: Medicina, olha pra falar a verdade nem sabia que existia médico! Se ficava doente, esses corte que tenho aqui no meio do braço, no mato, nunca fui no médico. Eu fui tomar uma injeção, uma injeção, quanto tinha 37 anos que eu tomei a primeira injeção. 37 anos numa farmácia que tinha lá pra baixo do Peninha, em Peruíbe lá, a farmácia era uma porta com uma mesa e um bocado de comprimidos lá. Quando eu tava com uma gripe a turma me levaram na marra lá.

Paulo: Qual a importância da roça da mandioca e da farinha mandioca para o caiçara?

Nicleto: Ah, era importante ter uma ou duas roças, pois se uma não dava a outra dava e todo ano tinha que plantar e replantar.

Paulo: Qual a melhor época para se plantar a mandioca?

Nicleto: Olha, naquela época as pessoas procuravam fazer roças em terra de madeira mais grossa, como mata virgem ou já capoeirão. Eu não gostava de plantar onde tinha capim ou matinho baixo. Então o pessoal sempre procurava derrubar aquela mata mais fechada porque a terra era melhor e daí você plantava um ano ou dois anos naquela área ali. coivara é quando a mata é virgem e você vai plantar a primeira vez e as madeiras são maiores e nunca foi desmatado. Capoeirão é a área que ficou dez anos sem plantar nada, compreende? É um mato mais fino. Aí quando ainda não tava boa aquela terra.. Ninguém plantava 3, 4 anos no mesmo lugar. Se, plantava aqui esse ano, aí eu ia fazer lá e aquele aí só plantava depois que a mata tava grande, já tinha palmito e aí você voltava a plantar lá. Se tinha mata virgem, você plantava 2 anos e a planta é melhor. Quando você tirava dali e aí pra lá aquele aí ficava ali. Aquele mato quando você voltava a trabalhar aí já tava quase mata virgem, não desmatava nunca, nunca acabava a terra nunca ficava aquela terra só capim, sem valor. Porque pra nós, o valor de nós é plantar, colher e preservar aquela área.

Paulo: O que é coivarear?

Nicleto: Coivarear é você queimar a roça e depois vai atorando com o machado e queimando aqueles troncos, aí, até a terra se assentar.

Paulo: Como atuavam os grileiros naquela época?

Nicleto: Os grileiros compravam a polícia naquele tempo e isso não aconteceu só pra nós daquela área ali, acontecia pro pessoal da praia do Una também. Os grileiros foram invadindo, invadindo, invadindo, foram dando 10 reais e mandando o povo embora e os coitados ficaram

por lá com uma mão pra gente e outra pra trás e depois o meio ambiente foi lá e acabou com tudo. A história do Rio Comprido que eu conheço foi tudo grilado e o povo tudo saindo meio na marra, pois se não fosse o aperto eu acredito que o rio comprido ainda estava no mesmo ritmo. Ninguém desmatava ninguém fazia anda para estragar a natureza. Cada um ciava do seu trecho que tinha, não tinha ganância. A gente queria ver o benefício do lugar. O meio ambiente pensa que o caiçara quer destruir a natureza, mas é o contrário. A gente hoje, quem tá vivendo hoje tá pensando que a vida é só isso, de ontem pra hoje, mas pra quem já enfrentou a lavoura toda vida, toda vida até hoje, a gente estranha, por que muitos pensam que o caiçara era crimino, de desmatar, estragar, mas era ao contrário, o povo zelava da área que tinha, pra começar ninguém prantava uma roça em um capinzal e sim numa área que desse.

Paulo: Qual foi o momento mais difícil diante dos grileiros?

Nicleto: o transporte. A moradia a gente sempre foi criado em casa de sape.

Paulo: Obrigado seu Nicleto pela entrevista.

Seu Nicleto: De nada Paulo.

APÊNDICE 4

Entrevistado: Odirlei Franco de Lima

Data: Janeiro de 2015

Local: residência do entrevistado.

Paulo: Odirlei, onde você nasceu?

Odirlei: Eu nasci aqui em Iguape.

Paulo: Onde você estudou?

Odirlei: Estudei aqui mesmo e fiz o ensino fundamental no Icapara, o segundo grau em Iguape e depois fiz o curso técnico florestal no colégio agrícola e agora faço pedagogia, to no quarto semestre de pedagogia.

Paulo: Você viveu fora aqui da Vila?

Odirlei: Sim, eu tive uma experiência em São Paulo, fiquei oito meses em São Paulo, mas foi só, a única vez que eu sai daqui e depois voltei e nunca mais sai de novo.

Paulo: Quanto tempo você mora aqui?

Odirlei: Desde que nasci, fora os oito meses que vivi em São Paulo, o resto foi tudo aqui.

Paulo: Conte um pouco a sua experiência como caiçara.

Odirlei: Então, caiçara, na verdade a gente vivia o dia-a-dia todo e não se preocupava muito e via as pessoas fazendo artesanato e a experiência de saber mesmo da cultura veio depois. Eu

despertei mesmo pra isso foi no ano de 2003 quando dei minha primeira oficina de instrumento e ai que eu vi que não era só uma coisa que as pessoas faziam por fazer, mas um modo de vida. Precisava ser feito isso, precisava ser feito a farinha, precisava pescar, precisava saber a lua que agente tava. E ai depois que eu fui entender e é muita coisa e se você for ver é uma forma de vida que esta desde a pesca, na agricultura, na medicina e é diferente e você percebe que é um modo de vida que pra tudo tem um jeito, um tempo um ritmo de vida pra você fazer hoje.

Paulo: o que é ser caiçara para você?

Odirlei: Então, é isso que eu falei, eu nem sabia e cheguei a viver num tempo do arroz, da mandioca, na época nem sabia direito, pois fazia só que não sabia que era caiara e simplesmente fazia porque gostava e depois que vi que ser caiçara era isso, participar do meio ambiente, da família, tem o momento de festa, de religião, o ano inteiro tem uma etapa, tempo frio, tempo quente e isso a gente aprende depois que a gente cria consciência que isso é ser caiçara e é você saber todo esse ritmo de vida.

Paulo: Você é um mestre artesão?

Odirlei: Então, já faz o tempo que eu trabalho com artesanato, não sei se é, mas eu não me considero um mestre, mas já to um tempo fazendo isso e faço porque gosto mesmo, pois um dia eu fiz pra mim, queria fazer pra mim, depois eu vi que aquilo era legal, de juntar a forma, mas assim não me considero mestre. Tenho como mestre meu pai, meus tios e eu ainda tô trilhando esse caminho.

Paulo: Como que você aprendeu essa arte?

Odirlei: Então, eu sempre vi meu pai fazer e então ele fazia e dai dava aquela vontade da gente ter pra gente, e era uma época pouco difícil e então chegava alguém pra comprar: Quanto é? É tanto. Vendo. E a gente na época ficava um tanto chateado, mas não tinha necessidade, pois éramos seis irmãos e um dia eu pensei em fazer um pois já sabia cortar a madeira e ai eu fiz um cavaquinho. Comecei assim, comecei com cavaquinho e ai fui crescendo e já fiz uma viola e ao a rabeça que é mais complicado um pouco e hoje eu já faço até violão. Já consigo fazer violão e vários instrumentos. A gente começou assim, ele fazia e eu queria pra ter e gente estava em casa e queria pra vender e essa necessidade fez com que eu me dedicasse e fizesse pra mim.

Paulo: Você já participou da oficina de fandango da AJJ, na Barra do Ribeira?

Odirlei: Já, já participei já tive com Cleiton, Anderson lá. São artesãos de lá também. Foi bem legal lá também. Por mais que a gente esteja tão próximo, mas tem sempre alguma coisa que a gente aprende e também passa pra eles.

Paulo: O que você se recorda das oficinas de fandango?

Odirlei: Então, lá eu tinha oficina de viola branca e a rabeca estava entre o terceiro instrumento na lista de confecção, pois era um instrumento que eu tinha muita dificuldade. Eu lembro que eu estava ensinado viola e ao mesmo tempo prestando atenção na oficina de rabeca e, ai, aprendi a fazer de uma maneira mais fácil a rabeca de aro e também ensinei a viola.

Paulo: Qual que era o objetivo das oficinas?

Odirlei: Então, era passar, transmitir o saber de confeccionar os instrumentos da arte de fazer, preservar a tradição e incentivar como forma de renda, artesanato e depois os alunos iam aprender a tocar os instrumentos, uma forma de preservar mesmo a cultura, a tradição do fandango.

Paulo: Como você via a prática do ensinar e aprender lá nas oficinas?

Odirlei: Então, a cultura, assim, caíçara é oficina ela não tem uma metodologia para a gente aplicar, então a forma de transmitir é popular, ter que ser é, não tem um livro e ali é conversa, você senta e o aluno te escuta e você passar, tramite, ensina a fazer, não tem uma metodologia, na verdade o artesão ele cria a forma de passar, de conversa ali junto você conversa sobre o instrumento e como se fazia a tanto tempo atrás, como começou, da madeira e tem que ser assim bem da conversa.

Paulo: E qual que é a contribuição das oficinas pra a preservação da cultura caíçara?

Odirlei: Então, ai, isso é fundamental eu acho né? A contribuição é dá para bastantes coisas, como, porque como a gente vai preservar um negócio se não mostrar. Antigamente até era mais fácil, que nem você podia fazer a roça, dali você criava o mutirão e fandango à noite. Agora com um pouco de restrição, já não se faz mais a roça e então se transmite através da oficina e a cultura através de uma forma de ensino e chama os alunos de uma forma mais direta, mas a contribuição é sem tamanho, imensa, infinito porque se não for às oficinas, assim, hoje em dia é difícil divulgar o fandango, então tem que ter as oficinas porque aquilo ali vai ser a forma de ensinar e divulgar os outros artesãos porque ali fala da madeira da caxeta, então a contribuição ela é imensa mesmo.

Paulo: A tradição caíçara se reconhece no fandango?

Odirlei: A tradição sim. Sim, é junto. Você fala em Caiçara, é como eu falo você fala num modo de vida, você tem tudo, a arte da pesca, da agricultura e o fandango vem com diversão, à festa, ele entra na parte da festa caiçara, no momento de estar juntos.

Paulo: Você vive esse ritual de fandango?

Odirlei: Quando mais novo eu sempre passei, chegava a época de reisado, tirava a folia de reis, tinha a época do baile do fandango, mesmo o mutirão já presenciei, agora tá meio difícil, da forma natural de acontecia antes, tá meio difícil. Mas é o que a gente tenta passar para as pessoas como era, principalmente dos alunos da oficina como era, como fazia pra chegar até depois do fandango, depois do mutirão. Isso fica na memória, não tem como.

Paulo: Porque hoje não existe mais mutirão de fandango?

Odirlei: Então, muita coisa mudou né? Tudo que aconteceu, essa restrição ambiental que proíbe o corte da caxeta, o manejo, a questão fundiária é difícil porque precisa à documentação da terra para fazer manejo e é difícil quem tem toda documentação e ai não tem a caxeta e não dá também para fazer a roça. Sistema burocrático de ter que tirar ordem e com isso tudo você tem que comprar. Não se planta mais, não se faz mais a farinha e as pessoas perderam aquele tempo de estar juntas e ai entra a questão do capitalismo, as pessoas querem dinheiro, você precisa comprar, as pessoas precisam ter dinheiro e se você tem dinheiro você come e você não precisa plantar, pescar... e você não precisa ter trabalho e é 'mais fácil chegar em casa e não precisar conseguir as coisas, então acaba se perdendo nessa parte. Cada um na sua casa e não tem mais aquele momento de estar juntos e ai com isso vai acabando o movimento do fandango.

Paulo: Oque você lembra sobre a AJJ?

Odirlei: Então, quando participei lá o prédio estava em construção, né? Da sede no Ponto de Cultura. A Associação, a gente vê que é bem tradicional ela trabalha diretamente na Cultura Caiçara também participa lá na comunidade, no bairro e ela luta pelos direitos dos caiçaras, os direitos básicos como moradia, direito de pescar, de fazer roça e de estar lá na região, pois é uma região que esta sempre né, as leis tentam tirar os moradores de lá, para os caiçaras conseguirem morarem no local que é de vivência deles.

Paulo: Você acha que o ambiente proporcionado pelas oficinas constitui um espaço de educação popular?

Odirlei: Sim, constitui. A gente sente que é bem tradicional. As oficinas tem tudo como conversas e é bem popular mesmo, como eu disse não tem uma didática, não tem uma

metodologia e é aplicada simplesmente a cultura, a vivência caiçara, a forma de viver o saber caiçara e é bem assim mesmo.

Paulo: Muito bem! Termino aqui e agradeço ao Odirlei pela entrevista.

Odirlei: Obrigado.